

unesp  **UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA**
“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
Faculdade de Ciências e Letras
Campus de Araraquara - SP

MARCOS RIBEIRO

EDUCAÇÃO SEXUAL E A PRÁTICA
PEDAGÓGICA: Formação docente, o trabalho em sala de
aula e a orientação das famílias



ARARAQUARA – S.P.
2023

MARCOS RIBEIRO

**EDUCAÇÃO SEXUAL E A PRÁTICA
PEDAGÓGICA: Formação docente, trabalho em sala de
aula e orientação das famílias**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação Sexual da Faculdade de Ciências e Letras – Unesp/Araraquara, como requisito para obtenção do título de Mestre em Educação Sexual.
Exemplar apresentado para defesa.

Linha de pesquisa: Desenvolvimento, sexualidade e diversidade na formação de professores

Orientador: Ricardo Desidério da Silva

ARARAQUARA – S.P.
2023

R484e

Ribeiro, Marcos

EDUCAÇÃO SEXUAL E A PRÁTICA PEDAGÓGICA :
Formação docente, trabalho em sala de aula e orientação das famílias /
Marcos Ribeiro. -- Araraquara, 2023
182 p.

Dissertação (mestrado profissional) - Universidade Estadual
Paulista (Unesp), Faculdade de Ciências e Letras, Araraquara
Orientadora: Ricardo Desidério da Silva

1. Educação sexual. 2. Gênero. 3. Escola. 4. Família. 5.
Sexualidade. I. Título.

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca da Faculdade de
Ciências e Letras, Araraquara. Dados fornecidos pelo autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.

MARCOS RIBEIRO

EDUCAÇÃO SEXUAL E A PRÁTICA PEDAGÓGICA: Formação docente, trabalho em sala de aula e orientação das famílias

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação Sexual da Faculdade de Ciências e Letras – Unesp/Araraquara, como requisito para obtenção do título de Mestre em Educação Sexual. Exemplar apresentado para defesa.

Linha de pesquisa: Desenvolvimento, sexualidade e diversidade na formação de professores

Orientador: Ricardo Desidério da Silva

Data da defesa: 01/09/2023

MEMBROS COMPONENTES DA BANCA EXAMINADORA:

Presidente e Orientador: **Prof. Dr. Ricardo Desidério da Silva**
Universidade Estadual do Paraná - UNESPAR.

Membro Titular: **Profa. Associada Andreza Marques de Castro Leão**
Universidade Estadual Paulista - UNESP.

Membro Titular: **Profa. Dra. Giseli Monteiro Gagliotto**
Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE.

Local: Universidade Estadual Paulista
Faculdade de Ciências e Letras
UNESP – Campus de Araraquara

À Esméria Freitas

Em nome de todas as professoras e todos os professores, que trazem no chão da escola a educação que, inquieta, transforma e constrói novos sonhos e voos com coragem e amor.

AGRADECIMENTOS

“Mestre não é quem sempre ensina, mas quem de repente aprende.”

João Guimarães Rosa (1994, p. 437).

De início, vale dizer que este trabalho não é só meu, mas foi construído em coautoria com todas as pessoas que encontrei na minha caminhada: com os(as) professores(as) com quem aprendi, com aqueles que cheguei para ensinar e me tornaram o profissional que sou hoje, com os(as) autores(as) que construíram o meu saber e com todas as pessoas que me ensinam diariamente.

Agradeço especialmente ao meu orientador, Prof. Dr. Ricardo Desidério da Silva, que me apresentou a Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp - Araraquara) e que, por isso, pude cursar o Mestrado e, agora, trocar algumas ideias por meio desta dissertação tão importante para a minha trajetória profissional. Ao Ricardo, uma gratidão que não cabe no peito, mas se traduz como memória do coração.

Agradeço à Unesp, que me aceitou como um dos seus alunos e que, no início, com as aulas remotas, me permitiu estar nessa instituição de excelência distante 679,1 km ou 8 horas e 32 minutos da minha residência. A internet uniu o que a BR-116 insistia em separar.

É preciso agradecer a todos(as) os meus(as) professores(as) do Mestrado, mas, em particular, agradeço à Profa. Dra. Andreza Marques de Castro Leão pelo empenho em ajudar os(as) alunos(as), principalmente àqueles(as) de outros estados, não medindo esforços para que continuássemos até a conclusão do curso.

Agradeço à Maria Fernanda Oliveira, importante demais nessa trajetória, por todo o aprendizado que me ajuda muito nessa caminhada e, em particular, nesse trabalho. Uma amizade que quero levar para além desta vida e dos muros da academia.

Gratidão ao Fabio ACM, jornalista e produtor musical, que disponibilizou parte do seu acervo de sambas das décadas de 20 e 30 para compor esta dissertação.

Tenho sorte de ter encontrado nessa caminhada amigos(as) e parceiros(as) tão especiais: Mariana Braga, Rosiane Rodrigues, Fabio Menezes, Hélio Tinoco, Margarida Rocha Bernardes, Naira Maria Barbalho Pinto Fernandes e Reinaldo Ramos, parceiros e parceiras cujo incentivo fizeram toda a diferença.

Agradeço ao Leandro Rangel Ferraz, especialista em Tecnologia da Informação, que, com a excelência do seu trabalho, me ajudou a enfrentar os entraves do computador, sempre que este não me permitia escrever esta dissertação.

Agradeço à Profa. Dra. Rosângela Ávila Dantas, docente da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, pelo auxílio na tradução do resumo deste trabalho para o inglês.

Agradeço também à Profa. Márcia Sangiacomo, docente da Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro, pela gentileza em traduzir o resumo deste trabalho para o francês.

À Débora Guterman, minha agente, por estar junto nessa e em outras caminhadas literárias, o que tem permitido solidificar o meu trabalho como autor.

Agradeço muito gentilmente à Amanda Salimon pela revisão desta dissertação, imprescindível para a qualidade do trabalho.

Como reconhecimento, agradeço às escolas por onde passei, porque foi no chão da escola pública que construí as minhas primeiras histórias. E hoje eu concluo essa etapa, igualmente, numa instituição pública.

Ao meu pai, Virgilino Dionízio Braz, à minha mãe, Adelir Ribeiro Braz, e à minha irmã, Virgínia Ribeiro Braz Bezerra, agradeço por estarem comigo durante toda essa caminhada.

Muita gratidão ao querido Professor Doutor Rinaldo Correr e à Professora Doutora Ana Claudia Figueiredo Rebolho, por aceitarem ser suplentes na banca de defesa.

Por fim, honrado e feliz, agradeço à Professora Associada Andreza Marques de Castro Leão e à Professora Doutora Giseli Monteiro Gagliotto, por terem aceitado compartilhar os seus saberes participando da minha banca e pela rica contribuição nesse trabalho.

“Temos o direito a ser iguais sempre que as diferenças nos inferiorizam. Temos o direito a ser diferentes sempre que a igualdade nos descaracteriza.”

Boaventura de Souza Santos (1997, p. 123).

Resumo

A realização de um trabalho em Educação Sexual conversa com diferentes saberes e, por isso, esta dissertação traz etapas que consideramos importantes para a implementação de um programa de Educação Sexual que valorize a formação docente, a prática pedagógica em sala de aula e a parceria com famílias. Nesse sentido, a presente pesquisa tem como objetivo trazer a essencialidade de um trabalho pedagogicamente planejado, contextualizando aspectos históricos em uma sequência cronológica de 1900 a 2023, os aspectos conceituais e pedagógicos e as políticas públicas realizadas no Brasil nas últimas décadas. Diante de diversas resistências a respeito do tema, julgamos necessário fundamentar este trabalho com aspectos normativos e legais, utilizando documentos dos quais o Brasil é signatário. Aliados à revisão de literatura, imprescindível à análise descritiva que embasa este estudo, concluímos com a apresentação de dois suplementos pedagógicos voltados para os(as) professores(as) e de dois guias de orientação para famílias a partir das temáticas corpo e gênero e com as conclusões finais.

Palavras-chave: Educação sexual, Gênero, Escola, Família, Sexualidade

Abstract

The accomplishment of a work on Sexual Education involves different types of Knowledge. Accordingly, this research presents crucial stages for the implementation of a Sexual Education Program which values teacher training, pedagogical practices in the classroom, and collaboration with families. In this regard, the current study aims at emphasizing the pedagogical significance of a well-planned analysis by contextualizing historical aspects in a chronological sequence from 1900 to 2023, as well as the conceptual and pedagogical aspects and the public policies implemented in Brazil in recent decades. In the face of various resistances regarding the topic, we find it necessary to ground this work on normative and legal aspects, by means of documents to which Brazil is a signatory. In addition to the literature review, which is essential for the descriptive analysis underpinning this study, we also provide two pedagogical supplements for teachers and two guides for families, focusing on the themes “body” and “gender”, along with final conclusions.

Keywords: Sexual education, Gender, School, Family, Sexuality

Resumen

La realización de un trabajo en Educación Sexual dialoga con distintos saberes y, por eso, esta disertación trae pasos que consideramos importantes para la implementación de un programa de Educación Sexual que valore la formación de profesores, la práctica pedagógica en el aula y a la alianza con familias. En ese sentido, esta investigación pretende traer la esencialidad de un trabajo planificado pedagógicamente, contextualizando los aspectos históricos en una secuencia cronológica de 1900 a 2023, los aspectos conceptuales y pedagógicos y las políticas públicas llevadas a cabo en el Brasil en las últimas décadas. Frente a diversas resistencias sobre el tema, creemos necesario fundamentar este trabajo con aspectos normativos y legales, utilizando documentos de los cuales Brasil es signatario. Combinado con la revisión bibliográfica, imprescindible para el análisis descriptivo que sustenta este estudio, concluimos con la presentación de dos suplementos pedagógicos dirigidos a los(as) profesores(as) y dos guías de orientación para las familias basados en los temas cuerpo y género y las conclusiones finales.

Palabras-clave: Educación sexual, Género, Escuela, Familia, Sexualidad

Résumé

Le travail sur l'Éducation Sexuelle est réalisé avec les différents savoirs et pour ça cette dissertation il y a des étapes où nous avons considéré importante pour organiser un programme d'Éducation Sexuelle qui valorise la formation des professeurs avec la pratique pédagogique dans l'école en partage avec la famille. Alors, cette fiche a l'objectif de souligner l'importance de planifier le travail dans la classe, de considérer les aspects historiques, entre 1900 et 2003, les aspects conceptuels et les politiques publiques réalisées au Brésil, pendant les dernières années. Face à la résistance sur le thème, nous pensons qu'il y a besoin de faire ce travail avec les aspects normatifs et légaux, où les documents, le Brésil signe. Ensuite, nous utilisons la littérature sur le thème, l'analyse descriptive. Enfin, la présentation de deux documents pédagogiques qui regardent les professeurs, et deux guides d'orientation pour les familles sur le corps et le genre, et les dernières conclusions.

Mots clés: Éducation sexuelle, Genre, École, Famille, Sexualité

LISTA DE FIGURAS

<i>Figura 1.</i> Saúde e bem-estar.....	25
<i>Figura 2.</i> Educação de qualidade.....	25
<i>Figura 3.</i> Igualdade de gênero.....	26
<i>Figura 4.</i> Redução das desigualdades.....	26
<i>Figura 5.</i> Capa do livro “Le Livre Sans Titre”.....	35
<i>Figura 6.</i> Imagem do livro “Le Livre Sans Titre”.....	36
<i>Figura 7.</i> Imagem do livro “Le Livre Sans Titre” “Ele corrompeu-se! ... Logo levou sobre si o sofrimento de seu erro, velho antes do tempo... suas costas arquearam”.....	36
<i>Figura 8.</i> Imagem do livro “Le Livre Sans Titre” “Ver seus olhos uma vez tão puros, tão brilhantes; agora extintos! Uma faixa vermelha a envolvê-los	37
<i>Figura 9.</i> Imagem do livro “Le Livre Sans Titre” “Sonhos hediondos perturbam seu sono... ele não consegue dormir”	37
<i>Figura 10.</i> Imagem do livro “Le Livre Sans Titre” “Seu peito arde... ele cospe sangue..” ...	38
<i>Figura 11.</i> Imagem do livro “Le Livre Sans Titre” “Seu cabelo, uma vez, tão adorável, cai como se fosse de velhice; seu couro cabeludo se torna careca antes da idade chegar...”	38
<i>Figura 12.</i> Imagem do livro “Le Livre Sans Titre” “Ele tem fome; ele quer saciar o seu apetite; a comida não vai ficar em seu estômago...”	39
<i>Figura 13.</i> Imagem do livro “Le Livre Sans Titre” “Seu peito entra em colapso...ele vomita sangue...”	39
<i>Figura 14.</i> Imagem do livro “Le Livre Sans Titre” “Pústulas cobrem todo o seu corpo...Ele é terrível de se ver!”	40
<i>Figura 15.</i> Imagem do livro “Le Livre Sans Titre” “Uma febre lenta o consome, ele declina; todo o seu corpo queima...”	40
<i>Figura 16.</i> Imagem do livro “Le Livre Sans Titre” “Todo o seu corpo enrijece...Seus membros param de se mover...”	41
<i>Figura 17.</i> Imagem do livro “Le Livre Sans Titre” “Ele delira; ele endurece contra a morte; A morte ganha”	41
<i>Figura 18.</i> Imagem do livro “Le Livre Sans Titre” “Com a idade de 17 anos, ele se vai, em um tormento horrível”	42
<i>Figura 19.</i> QRcode Gravação Original - Música Mulher de Malandro, 1931	49
<i>Figura 20.</i> QRcode Gravação Original Música Dinheiro não Há, 1932.....	51

<i>Figura 21. QRcode Gravação Original - Música Quadrilha de Pele, 2008.....</i>	<i>60</i>
<i>Figura 22. QRcode Gravação Original - Música Carrinho de pipoca, 2017.....</i>	<i>61</i>
<i>Figura 23. QRcode Campanha do Ministério da Saúde.....</i>	<i>97</i>
<i>Figura 24. Gráfico 1 - Em quais disciplinas você acha que é possível realizar um trabalho de educação sexual com os alunos do Ensino Fundamental I.....</i>	<i>119</i>
<i>Figura 25. QRcode Vídeo de Cabo Verde sobre gênero a partir da literatura infantil.....</i>	<i>124</i>
<i>Figura 26. Gráfico 2 – Qual o principal “entreve” que dificulta o professor de realizar um trabalho de Educação Sexual?</i>	<i>133</i>
<i>Figura 27. Gráfico 3 – Na sua opinião, por quais motivos a escola não realiza um projeto de Educação Sexual com os alunos do Ensino Fundamental?.....</i>	<i>134</i>

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 <i>ESTRATÉGIA DE ENSINO 1 (AULA ESPECÍFICA / OFICINA) – CORPO</i>	126
Quadro 2 <i>ESTRATÉGIA DE ENSINO 1 INTERDISCIPLINARIDADE, CONTEMPLANDO A BNCC) – GÊNERO</i>	127

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BNCC	Base Nacional Comum Curricular
CBES	Centro Brasileiro de Educação Sexual
CIDH	Convenção Interamericana de Direitos Humanos
CIPD	Conferência Internacional de População e Desenvolvimento
CMM	Conferência Mundial das Mulheres
DUDH	Declaração Universal dos Direitos Humanos
EIS	Educação Integral em Sexualidade
GTPOS	Grupo de Trabalho e Pesquisa em Orientação Sexual
IST	Infecção Sexualmente Transmissível
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
OMS	Organização Mundial de Saúde
ONU	Organização das Nações Unidas
PCN	Parâmetros Curriculares Nacionais
PNEDH	Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos
PPP	Projeto Político-Pedagógico
PSE	Programa Saúde na Escola
SPE	Saúde e Prevenção nas Escolas
STF	Supremo Tribunal Federal
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNESP	Universidade Estadual Paulista

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO: O COMEÇO DESTA HISTÓRIA.....	18
1 INTRODUÇÃO.....	22
2 JUSTIFICATIVA.....	29
3 OBJETIVOS.....	32
3.1 Objetivo Geral	32
3.2 Objetivos Específicos	32
4 MÉTODO	33
5 A EDUCAÇÃO SEXUAL: DO SÉCULO XX AOS DIAS ATUAIS	34
5.1 O desenvolvimento da Educação Sexual a partir do século XX	34
5.2 Século XX.....	43
5.2.1 1900 a 1930.....	44
5.2.2 1940 a 1970.....	52
5.2.3 1980 a 2000.....	55
5.3 Século XXI	59
5.3.1 2000 a 2023.....	59
6 EDUCAÇÃO SEXUAL E PROPOSTAS PEDAGÓGICAS.....	69
6.1 Concepções pedagógicas.....	69
6.2 Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs).....	72
6.3 Base Nacional Comum Curricular (BNCC)	76
6.4 Proposta da Unesco	79
7 POLÍTICAS PÚBLICAS	85
7.1 Conceito de políticas públicas	85
7.2 Políticas públicas para o trabalho de educação sexual.....	87
8 ASPECTOS NORMATIVOS E LEGAIS	102
8.1 Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) (1948)	103
8.2 Convenção Interamericana de Direitos Humanos – Pacto de San José da Costa Rica (CIDH) (1969)	103
8.3 Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento (CIPD) (Cairo - 1994).....	104
8.4 IV Conferência Mundial das Mulheres (CMM) (Pequim, 1995)	104
8.5 Lei Maria da Penha (2006).....	106
8.6 Princípios do Yogyakarta (2007).....	108
8.7 Declaração Ministerial da Cidade do México “Prevenir com a Educação” (2008)	108
8.8 Consenso de Montevideu sobre População e Desenvolvimento (2013)	109
8.9 Estatuto da Juventude (2013).....	110
8.10 Agenda 2030 — Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) (2015)	110
9 O TRABALHO COM DOCENTES	112
9.1 Educação sexual é papel da escola?	113
9.2 Formação docente.....	115
9.3 A respeito dessa questão, o que dizem os(as) professores(as)?	118

9.4 Postura do(a) Educador(a)	120
9.5 Corpo e gênero: a base para o trabalho de Educação Sexual	121
9.6 Atividades pedagógicas	124
9.6.1 <i>Suplemento Pedagógico 1</i>	125
9.6.2 <i>Suplemento Pedagógico 2</i>	125
10 O TRABALHO COM AS FAMÍLIAS	131
10.1 A importância do trabalho com as famílias	131
10.2 Entraves	132
10.3 Recursos Pedagógicos	135
10.3.1 <i>Guia para Famílias – Sobre Corpo</i>	135
10.3.2 <i>Guia para Famílias – Sobre Gênero</i>	135
11 CONSIDERAÇÕES FINAIS	137
REFERÊNCIAS	140
APÊNDICES	148
Apêndice 1 – Suplemento Pedagógico 1 – Sobre Corpo	149
Apêndice 2 – Suplemento Pedagógico 2 – Sobre Gênero	155
Apêndice 3 – Guia para Famílias – Sobre Corpo	161
Apêndice 4 – Guia para Famílias – Sobre Gênero	172

APRESENTAÇÃO: O COMEÇO DESTA HISTÓRIA

Sou carioca, gosto das artes, piano, literatura e não dispense um bom papo e um desfile em escola de samba. Já fiz teatro, dança e música e até um filme já entrou na minha história.

Além do que escrevi sobre os meus gostos pessoais, me detenho agora em minha história profissional, que se confunde com a minha história neste mestrado da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho (Unesp), campus de Araraquara, porque ambas trazem, como perspectiva identitária, a Educação Sexual como objeto, respectivamente, de formação profissional e de estudo. Dessa forma, diria que é o *ápice* de toda essa caminhada, motivando-me a continuar a minha qualificação profissional, agora com todo o aprendizado proporcionado pela academia em um curso *stricto sensu*. O mestrado em Educação Sexual contribuiu muito significativamente para retribuir à sociedade, principalmente por estarmos num espaço público, uma devolutiva que seja mais aprimorada teoricamente e que tenha dados de pesquisa. É dar continuidade, com mais conhecimento, ao que realizei no decorrer desses anos.

Essa busca por um aprimoramento profissional está presente desde a minha primeira graduação, em Psicologia, em 1986, pela Universidade Gama Filho (RJ). Desde então, o foco na educação e, especificamente, o trabalho sobre sexualidade na escola, motivou-me a fazer cursos, participar de congressos e ministrar palestras em escolas no município do Rio de Janeiro, um trabalho pioneiro para a época¹. Ainda como estudante de graduação, publiquei os meus dois primeiros artigos no exterior² — “Soledad Necesaria” (Revista Notas – De Psicologia, Familia y Educación, setembro de 1986, p. 7, Asunción-Paraguay) e “Comportamiento Sexual del Adolescente” (Revista Notas – De Psicologia, Familia y Educación, agosto de 1986, p. 8-11, Asunción-Paraguay) — e o primeiro artigo científico no Brasil — “Comportamiento Sexual do Adolescente”, na revista Reprodução, da Sociedade Brasileira de Reprodução Humana (1987, p. 87-89), e, desde então, colaborei com artigos para mais de uma centena de revistas científicas, magazines e jornais de circulação nacional.

Meu primeiro livro, *Mamãe, como eu nasci?* (Editora Espaço & Tempo, 1988), publicado através das mãos da escritora feminista Rose Marie Muraro, com quem trabalhei em pesquisas, foi prefaciado pelo educador Paulo Freire. Duas décadas depois, o livro foi

¹ Todas as referências descritas nesta apresentação estão disponíveis no Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1995886420006091>.

adaptado para uma peça infantil, com roteiro da premiada Fátima Valença e direção de Antonio Carlos Bernardes, então presidente do Centro Brasileiro de Teatro para Infância e Juventude (CBTIJ), com apresentações no Brasil (Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Pernambuco e Santa Catarina) e no exterior (Argentina, Colômbia e Angola). A parceria com Paulo Freire se repetiu em outro livro, organizado por mim e do qual também sou coautor, *O prazer e o pensar: orientação sexual para profissionais de educação e saúde* (Editora Gente, 2 vols., 1999), para o qual o “mestre” também escreveu um prefácio. A obra tem capítulos assinados por Herbert de Souza (Betinho), Richard Parker, Mirian Goldenberg, Luiz Mott, Marta Suplicy, Heloneida Studart, Tania Zagury e mais 48 autores e autoras de diferentes cidades brasileiras.

Vale destacar ainda, e com uma honra absurda, que meu nome é citado na biografia *Paulo Freire: uma história de vida*, escrito por sua esposa, Ana Maria Araújo Freire (Editora Villa das Letras, 2005, p. 399-400).

Meu segundo livro, *Menino brinca de boneca?* (Ed. Salamandra, 1990), com prefácio de Marta Suplicy e texto de contracapa de Frei Betto, foi o primeiro a trazer a discussão de gênero para as crianças e educadores(as), levando-o a receber importantes distinções, como o prêmio Monteiro Lobato, da Academia Brasileira de Letras, e o selo Altamente Recomendável, da Fundação Nacional do Livro Infantojuvenil (FNLIJ).

Além dos livros mencionados, sou autor de *Conversando com seu filho sobre sexo* (Academia, 2009), *Conversando com seu filho adolescente sobre sexo* (Academia, 2011), *Adolescente: um bate-papo sobre sexo* (Ed. Moderna, 2016), dos infantis *Somos iguais mesmo sendo diferentes* (Moderna, 2012), *Quem disse que eu não vou conseguir?* (Moderna, 2015) e *Fazer o bem, pra quem?* (Moderna, 2017) e assino capítulos de várias outras obras.

Em 2024, os infantis *Mamãe, como eu nasci?*, *Menino brinca de boneca?* e *Somos iguais mesmo sendo diferentes!* serão relançados com novo projeto gráfico e novas ilustrações, compondo a recente criada coleção “Infantis Marcos Ribeiro”, agora selo da Editora Moderna. Os dois primeiros vão vir com material didático, elaborado para esta dissertação, que, após a defesa, poderá ser acessada pelo grande público além da academia.

Mais recentemente, fora os títulos autorais, tenho organizado livros, nos quais sou coautor com especialistas de diversas regiões do Brasil e Portugal, para a formação dos educadores(as) na área de sexualidade, numa leitura interdisciplinar. Os primeiros foram *A conversa sobre gênero na escola* (Wak Editora, 2019), *A conversa sobre sexualidade na escola* (Wak Editora, 2021) e *A conversa sobre sexualidade do adolescente na escola* (Wak Editora, 2022), voltados para a Educação Básica, contemplando toda seriação escolar.

A minha trajetória profissional sempre esteve vinculada à Educação, com ênfase na formação de docentes. Atuei em praticamente todos os estados brasileiros por meio de palestras e cursos junto a secretarias municipais e estaduais de Educação e Saúde, de consultorias em educação continuada de professores e da produção de material educativo, roteiros para programas educativos e materiais didáticos para crianças e adolescentes. Como consultor, destaco trabalhos na Unesco, Ministérios da Educação e da Saúde, Ministério da Defesa num trabalho em parceria com a ONU, John Hopkins University, Fundação Roberto Marinho, Canal Futura e um *taller* para professores da pré-escola no VII Congresso Latinoamericano de Sexología y Educación Sexual e no I Congresso Cubano de Educación, Orientación y Terapia Sexual (Havana, Cuba, 1994). Tive presença constante em congressos realizados pelo Brasil como palestrante e/ou conferencista e também como presidente, organizador ou membro da comissão científica ou de avaliação dos trabalhos a serem apresentados nos temas livres de educação. Em dois eventos, fui embaixador: no XVII Congresso Latinoamericano de Sexología y Educación Sexual (FLASSES, 10 a 13 de setembro de 2014 / Punta Cana, República Dominicana) e no I Congresso Internacional Multidisciplinar em Sexualidades, realizado na Unicamp (Instituto Paulista de Sexualidade SC Ltda ME e Unicamp, de 12 a 14 de setembro de 2018).

Fui ainda parecerista técnico do Ministério da Educação (Parâmetros Curriculares Nacionais, no eixo “Orientação Sexual” do Ensino Fundamental 1, 1996) e do Ministério da Saúde (Programa de DST/Aids, na I Mostra Nacional Saúde na Escola e na IV Mostra Nacional Saúde e Prevenção nas Escolas, 2010).

Em 2009, fui condecorado com a Medalha Tiradentes, a maior comenda entregue a uma personalidade pelo Poder Legislativo do Estado do Rio de Janeiro. Em 2015, decidi me graduar em Pedagogia com o intuito de um aprofundamento teórico maior na área de Educação. Meu trabalho de conclusão de curso (TCC) buscou investigar como os professores do Ensino Fundamental 1 percebiam e realizavam o trabalho de sexualidade na escola a partir de três eixos: conteúdos, metodologias e entraves. A pesquisa foi realizada em 139 municípios das cinco regiões do Brasil e publicada em livro (*Educação em sexualidade*, Wak Editora, 2020), sendo premiado como o melhor livro de pesquisa do ano pela ZL Books Editora. Em 2020, comecei duas pós-graduações *lato sensu*: Educação Infantil e Desenvolvimento e Sexualidade (UCAM/AVM), já concluídas.

A inserção no mestrado possibilitou a continuidade dos meus estudos, ampliando-os com outros saberes e aprendizados não só do corpo docente, mas dos colegas que dividiram as ideias e o debate. O trabalho de educação sexual torna-se emergente principalmente diante

dos números que mostram que a iniciação sexual ocorre cada dia mais cedo, sem informação e prevenção. Segundo os registros do Ministério da Saúde (MS)³, a partir dos 12 anos, a curva de iniciação sexual é ascendente até os 16 anos. Verifica-se uma concentração maior da primeira relação sexual entre os 15 e 17 anos, sendo que, com 15 anos, 33% das meninas já tiveram relações sexuais. Esse percentual é três vezes maior do que o de 1996, ou seja, a cada ano cai a idade da iniciação sexual (IBGE, 2011). Durante os últimos quatro anos (2019-2022), ficamos estagnados com dados mais recentes indisponíveis pelo Governo Federal.

A excelência da Unesp, com o reconhecimento de instituição de ensino, pesquisa e formação de qualidade, torna-me um profissional melhor, agregando ótimos valores ao meu trabalho e à minha prática pedagógica, contribuindo cada vez mais para o meu desenvolvimento pessoal e profissional. Por fim, mas não menos importante, destaco que o meu trabalho, assim como esta dissertação, se pauta na ciência, nos direitos humanos, na equidade de gênero e na formação do cidadão e da cidadã.

³ (IBGE, 2011).

1 INTRODUÇÃO

Em um país como o Brasil, devido à multiplicidade de fatores étnicos, geográficos, religiosos, econômicos e políticos, a sexualidade tem em disputa um discurso com as mais variadas proposições na tentativa de normatizar condutas e dizer o que é “certo” ou “errado”. É possível encontrar, por exemplo, grupos abertos ao trabalho de educação sexual e à importância da formação docente nessa área e, na mesma localidade, encontrar outros tão fechados. Estes, sem fundamento técnico-científico, discordam de qualquer tipo de abordagem por acreditar que educação sexual seria “ensinar” aos(as) alunos(as) a prática sexual e, quando há professores(as) no grupo, eles acreditam que os(as) alunos(as) teriam algo mais importante a aprender, como a educação conteudista. No entanto, essa conversa se pauta em tempos históricos dos mais longínquos, na maioria das vezes com uma visão distorcida da sexualidade, como algo feio e pecaminoso.

Na perspectiva de gênero, as relações ainda são assimétricas e, na sala de aula ou no mercado de trabalho, ainda faltam políticas públicas para a equidade de gênero. Nesse sentido, a discussão sobre sexualidade na escola pode contribuir muito positivamente para relação mais equitativas.

Independentemente de todo “enquadramento” e cerceamento que se queira impor, por grupos religiosos ou políticos, o trabalho de Educação Sexual na escola com crianças e adolescentes precisa ser contemplado nas políticas públicas do país por ser uma questão de direitos. Esta garantia emerge do conhecimento de que a sexualidade faz parte do ser humano e se integra ao seu desenvolvimento físico, psicológico, social e cognitivo, com respostas muito positivas ao processo de ensino e aprendizagem quando os(as) alunos(as) têm suas dúvidas sanadas. Corroborando com essa ideia, Silva (2015, p. 22) ressalta que

A Educação Sexual na escola é hoje uma necessidade a ser efetivada tanto nas discussões políticas, quanto nas ações e concretização de sua prática. Ao dizer Educação Sexual estamos nos referindo a toda ação contínua, em um processo de interação humana pelo qual, inserido em uma cultura, uma história e uma política, nos leva a pensar na construção de um sujeito ativo frente às informações, aos desejos, às necessidades básicas sobre seu corpo, seu funcionamento e organização. Assim, tal sujeito pode dialogar, ter voz ativa e poder expressar suas opiniões, respeitando as opiniões do outro e significativamente percebendo a sexualidade como algo positivo

em sua vida, sem medos, tabus e/ou receios em poder/querer aprender sobre tudo que se passa a sua volta durante toda sua vida.

No entanto, muitos, sem reflexão e com base em discursos conservadores, vilanizam a escola mais uma vez, como se ela fosse normatizar corpos ou “doutrinar” ideologicamente meninos e meninas. Com isso, mais uma vez, surge o desejo latente de que esse debate caiba apenas à família.

O que se espera, então, de um trabalho de Educação Sexual na escola e o que propomos com esta dissertação?

Espera-se que professores(as) possam ter uma formação sobre o tema de forma contextualizada que contemple os aspectos biológicos, históricos, psicossociais, culturais e de políticas públicas. A abordagem do corpo físico por si só não responde as diversas demandas que compõem a sexualidade e sua identidade.

Almeja-se que a instituição e o(a) professor(a), em sua prática pedagógica em sala de aula, desenvolvam a criticidade e o pensar e tragam à luz o conhecimento a respeito do tema. Também se espera que o trabalho com os(as) alunos(as) possa construir uma sociedade justa e igualitária, não-sexista, não misógina e nem racista ou homofóbica, com informação que garanta direitos iguais para todas as pessoas.

É preciso rever o conceito de que o trabalho de Educação Sexual seja quase sinônimo de prevenção — antes, da prevenção de uma Infecção Sexualmente Transmissível (IST) ou de gravidez na adolescência e, agora, da prevenção da violência sexual com crianças e adolescentes. Esses são temas relevantes, a Educação Sexual não se pode resumir a eles, temos de falar do prazer, da satisfação, do cuidado com si e com o outro na dimensão afetiva e no desenvolvimento de uma boa autoestima.

É importante que o trabalho resgaste o pertencimento dos corpos para cada pessoa, sem as amarras da perfeição impostas pela sociedade que levam adolescentes a tomarem medidas extremas para atingirem o corpo “perfeito”, como, por exemplo, o uso de anabolizantes.

Como todo interlocutor pode ver, é uma discussão ampla, que não se limita o corpo a uma sexualidade *higienista* ou estritamente genital, como se o sexo tivesse que ser visto sempre pelo lado da doença e dos cuidados com a saúde, limitado aos órgãos sexuais ou à prevenção.

O debate na escola precisa ser amplo e as reflexões sociais e as pesquisas científicas têm avançado nesse sentido. O ser humano se compõe na pluralidade e essa é uma ideia que

pode ser apropriada pela educação e efetivada na prática pedagógica dos professores em sala de aula.

A importância desse debate encontra voz na Organização Mundial da Saúde (OMS), quando esta reconhece a sexualidade humana como um dos indicadores de qualidade de vida, considerando a:

Sexualidade humana forma parte integral da personalidade de cada um. É uma necessidade básica e um aspecto do ser humano que não pode ser separado de outros aspectos da vida. A sexualidade não é sinônimo de coito e não se limita à presença ou não do orgasmo. Sexualidade é muito mais do que isso. É energia que motiva encontrar o amor, contato e intimidade, e se expressa na forma de sentir, nos movimentos das pessoas e como estas tocam e são tocadas (. . .). A sexualidade influencia pensamentos, sentimentos, ações e integrações, portanto a saúde física e mental. Se saúde é um direito humano fundamental, a saúde sexual também deveria ser considerada como direito humano básico. A saúde mental é a integração dos aspectos sociais, somáticos, intelectuais e emocionais de maneira tal que influenciem positivamente a personalidade, a capacidade de comunicação com outras pessoas e o amor. (OMS, citada por Egypto, 2003, pp. 15-16).

Contudo, da mesma forma, a Organização das Nações Unidas (ONU), seção Brasil, traz entre os seus objetivos sustentáveis, propostas e ações para uma melhor qualidade de vida e uma sociedade mais igualitária. Nesse sentido, a sexualidade se integra a essas ações por fazer parte prioritária da identidade pessoal e social de cada pessoa.

A partir da ONU, também, foi desenvolvida a Agenda 30, com 17 objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS), conectados entre si, que apresentam os principais desafios de desenvolvimento enfrentados tanto no Brasil quanto em outros países. A proposta deste trabalho, desenvolvida em consonância com esses objetivos, colabora para o alcance dos ODS no país.

Assim, dos 17 existentes, destaca-se os quatro que estão relacionados à nossa proposta:

- Saúde e bem-estar

3º Objetivo: assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todas e todos, em todas as idades.



Figura 1. Saúde e bem-estar. Fonte: Nações Unidas no Brasil (2023).

- Educação de qualidade

4º Objetivo: assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todas e todos.



Figura 2. Educação de qualidade. Fonte: Nações Unidas no Brasil (2023).

- Igualdade de gênero

5º Objetivo: alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas



Figura 3. Igualdade de gênero. Fonte: Nações Unidas no Brasil (2023).

- Redução das desigualdades

10º Objetivo: reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles.



Figura 4. Redução das desigualdades. Fonte: Nações Unidas no Brasil (2023).

Mas por que essa conversa é importante e, por consequência, qual a relevância deste trabalho?

Assim como a OMS e a ONU descrevem, respectivamente, em suas metas e objetivos, esta dissertação busca contextualizar e trazer para o centro da discussão a Educação Sexual e o direito à informação por meio do trabalho pedagógico em sala de aula. Não se pode atender ao pedido nas “entrelinhas” de que a sexualidade não seja um tema discutido na escola, ou seja, um assunto resumido à família, como se ela fosse a única responsável por essa conversa, esquecendo que nossas relações ocupam espaços públicos e privados, em relações sociais e políticas.

Limitar-se à família é esquecer que crianças e adolescentes vivem uma avalanche de conteúdos pelas redes sociais, pela televisão e por todos os outros meios de comunicação e conversas informais com os colegas no espaço escolar. Nem sempre as famílias têm conhecimento para explicar a respeito de sexo, e, em outros meios, como os citados, não podemos garantir que esse aprendizado seja correto, baseado na ciência e livre de preconceitos.

Nesse sentido, a escola pode ser uma intermediadora desse aprendizado com a garantia do suporte pedagógico, feito de acordo com a faixa etária e ano escolar, respeitando as diferenças e a privacidade dos(as) alunos(as) e sem entrar em atrito com as famílias.

Acredita-se que este trabalho potencializa os(a) professores(as) e seus(as) alunos(as) e, na sequência, suas famílias e demais atores sociais da escola, com benefícios positivos no âmbito pessoal, profissional e em outras áreas do conhecimento.

Por todos os motivos descritos, busca-se realizar um trabalho com uma compreensão acadêmica e estruturação teórica sobre o tema, acrescido de quatro recursos pedagógicos em benefício dos(as) professores(as) da Educação Básica e das famílias, escritos exclusivamente para esta dissertação.

Após a defesa deste trabalho, esses recursos serão complementares aos livros *Mamãe, como eu nasci?* e *Menino brinca de boneca?*, de minha autoria, a serem relançados no 1º semestre de 2024. As obras foram escolhidas por tratarem de dois temas básicos para o trabalho de Educação Sexual. O primeiro é “Corpo e reprodução”, com as primeiras interrogações das crianças, tais como: de onde veio, como foi parar na barriga da mamãe e outros questionamentos, e inclui na abordagem a prevenção à violência sexual de crianças, que é tão importante. O segundo é “Gênero”, com as dúvidas relacionadas às diferenças entre meninos e meninas, que vão além das diferenças genitais, à identidade de cada pessoa e à subjetividade de ser homem ou mulher. Complementando, também aborda a igualdade de direitos e oportunidades iguais para homens e mulheres e a importância de uma educação não sexista.

Dessa forma, os quatro recursos pedagógicos são:

1. Dois Suplementos Pedagógicos a partir dos livros *Mamãe, como eu nasci?* e *Menino brinca de boneca?*, com estratégias de ensino para a abordagem dos conteúdos citados com os(as) alunos(as) dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental.

2. Dois Guias para Famílias a partir dos livros *Mamãe, como eu nasci?* e *Menino brinca de boneca?*, com informações básicas para a Educação Sexual dos(as) filhos(as).

Esses materiais, produzidos para a academia, reforçam o compromisso de aproximar o conhecimento científico da sociedade e demais profissionais, os quais, no nosso caso, são da área da Educação.

Diante do apresentado, para o desenvolvimento do tema proposto, esta dissertação divide-se em 11 seções, incluindo o que foi apresentado até aqui e as seções de justificativa, objetivos e método, as quais vamos ver a seguir.

As demais seções são:

- Seção 5: A Educação Sexual: Do século XX aos dias atuais.
- Seção 6: Educação Sexual e Propostas Pedagógicas.
- Seção 7: Políticas Públicas.
- Seção 8: Aspectos normativos e legais
- Seção 9: O trabalho com docentes.
- Seção 10: O trabalho com as famílias.
- Seção 11: Considerações finais.

Conclui-se o trabalho com os apêndices apresentando os suplementos pedagógicos, os guias para as famílias e as referências.

2 JUSTIFICATIVA

O trabalho de Educação Sexual é um assunto tão importante de ser discutido que está presente em estudos, publicações, pesquisas, debates públicos, matérias jornalísticas, documentos normativos e legais e formações profissionais, como este mestrado em Educação Sexual da Unesp (Araraquara – SP).

Professores (as), pesquisadores(as) e escritores(as) buscam a forma mais adequada de abordar esse tema com as mais diferentes faixas etárias, principalmente no espaço escolar, com crianças e adolescentes, nosso campo de atuação com esta dissertação.

Mesmo necessário para o desenvolvimento físico e psicológico de crianças e de adolescentes e para a construção da cidadania pautada na equidade de gênero, nem sempre o trabalho de Educação Sexual é visto com “bons olhos” e, segundo Braga, “ao seu redor surgem mitos, representações sociais e numerosas formas de estigma e discriminação” (Braga, 2017, p. 16). No entanto, apesar dessa negativa, o trabalho de sexualidade na escola justifica-se pelos significativos avanços cognitivos, psicológicos, afetivos e sociais, pela melhoria do processo ensino e aprendizagem por parte dos(as) alunos(as) e pela resposta positiva para todos em torno.

Segundo Ribeiro (2009, p. 88), essa conversa na escola:

1. Melhora a autoestima;
2. Passa a repensar valores e preconceitos;
3. As informações vão ser importantes para um bom desenvolvimento sexual;
4. Integra ao grupo de colegas o que vai ser muito importante nas suas relações sociais;
5. Ajuda o aluno aceitar o outro e suas diferenças (. . .).

Por isso, esta dissertação se propõe a trazer à discussão a importância da formação docente e, por conseguinte, a realização do projeto de Educação Sexual em sala de aula, mas que este contribua também para o diálogo com a família. O respeito por si, pelo outro e às suas diferenças; o conhecimento do corpo e da sua saúde sexual e reprodutiva; o combate a todo tipo de preconceito e discriminação, como a misoginia, a homofobia, o bullying, o racismo e a violência de gênero, também fazem parte deste trabalho, que não objetiva apenas uma abordagem biológica, mas uma perspectiva psicológica, sociocultural e histórica.

Logo, falar de violência nos faz refletir sobre a importância de, na formação docente que é proposta, debater sobre a violência doméstica na educação de crianças e adolescentes e na vida profissional das pessoas, como destaca-se na pesquisa “Condições socioeconômicas e violência doméstica e familiar contra a mulher” (Carvalho & Oliveira, 2017, pp. 3-4) com algumas considerações importantes:

1. Ser vítima de violência doméstica impacta negativamente em várias dimensões relacionadas à capacidade laboral e produtividade como autonomia, capacidade decisória, nível de stress, entre outras;
2. Ser vítima de violência doméstica está associada a uma maior instabilidade no mercado de trabalho (. . .);
3. Ser vítima de violência doméstica se relaciona negativamente com a produtividade e o salário-hora da mulher, e este efeito é maior em mulheres negras.

Dessa forma, quando se trabalha autoestima, masculinidade positiva, direitos humanos e equidade de gênero, estamos a um passo de trabalhar a prevenção da violência doméstica, com conteúdos adequados à idade e ao ano escolar. Assim, este trabalho também se justifica por essa questão, que é seríssima no Brasil, inclusive na adolescência, durante a qual pode ocorrer desde a violência física até a violência moral e psicológica, como acontece quando há a divulgação de nudez, geralmente das garotas por parte dos garotos.

Corroborando com essa ideia, a título de exemplo, nos Estados Unidos, aulas sobre “masculinidade positiva” fazem diminuir o índice de violência contra a mulher, de acordo com a análise feita por pesquisadores. Além disso, as relações de gênero, base da discussão sobre as diversas formas de violência, fazem parte da Orientação Técnica Internacional de Educação em Sexualidade na “(. . .) normativa de defesa dos direitos humanos e pelas concepções que promovem a equidade de gênero e o reconhecimento das diversidades (. . .)” (Unesco, 2014, p. 14).

Com este trabalho, o referencial é sempre a instituição escolar a partir da formação docente e a prática pedagógica do trabalho de Educação Sexual que pode ser realizada em sala de aula. É na escola que as crianças e os adolescentes se encontram diariamente, podendo-se realizar um trabalho contínuo, planejado e interdisciplinar, com a possibilidade de uma interface com as famílias.

Este estudo, além de trazer os conceitos e principais pontos norteadores de um projeto de Educação Sexual na escola, apresenta recursos pedagógicos que vão auxiliar os(as)

professores(as) e orientar as famílias com toda fundamentação teórica e pedagógica necessária para o trabalho do dia a dia com a temática da sexualidade.

3 OBJETIVOS

A escola é um espaço cujas relações e múltiplos contextos interagem com os vínculos afetivos e sociais estabelecidos. Por isso, esta dissertação traz o compromisso da realizar um trabalho pedagogicamente planejado, a partir da formação docente, que culmina na sala de aula com o aprendizado dos(as) alunos(as), em parceria com as famílias, sobre temas relacionados à sexualidade e conteúdos correlatos.

3.1 Objetivo Geral

Contribuir na/para Educação Sexual a partir da efetivação de práticas pedagógicas que consolidem a formação docente, o trabalho em sala de aula e a orientação das famílias.

A partir desse objetivo geral, foram construídos três objetivos específicos.

3.2 Objetivos Específicos

- Apresentar o histórico da Educação Sexual no Brasil a partir do início do século XX e as concepções pedagógicas e as políticas públicas relacionadas ao tema;
- Elencar os aspectos normativos e legais e a importância da/para formação docente, assim como o trabalho com as famílias;
- Elaborar dois suplementos pedagógicos para os(as) professores(as) e dois guias de orientação para famílias a partir das temáticas corpo e gênero.

4 MÉTODO

Segundo Silva (2015, p. 81), o conhecimento científico é obtido com o apoio de procedimentos metodológicos adequados, “que permitam a aproximação ao objeto de estudo, que deve ser resultado de pesquisas realizadas de acordo com regras definidas e controladas, aumentando, assim, as possibilidades de que a compreensão sobre determinado fenômeno esteja correta”. Complementando, Cervo e Bervian (1996, p. 20) apontam que o método “é a ordem que se deve impor aos diferentes processos necessários para atingir um fim dado ou um resultado desejado. Nas Ciências, entende-se por método o conjunto de processos que o espírito humano deve empregar na investigação e demonstração da verdade”.

Este estudo centra-se na trajetória de construção de suplementos pedagógicos para os(as) professores(as) e guias de orientação para famílias a partir das temáticas corpo e gênero. Para tanto, é embasado em uma revisão sistemática⁴ de literatura, base essencial para a pesquisa a partir de uma análise descritiva. Para Gil (2007), o principal objetivo de uma pesquisa descritiva é a caracterização de determinada população ou fenômeno ou, ainda, o estabelecimento de relações entre variáveis. Assim, descreve-se a trajetória da elaboração da pesquisa, como consta a seguir:

- Parte I: refere-se à revisão sistemática de literatura propriamente dita. Analisa-se sistematicamente a escolha dos referenciais teóricos que enfatizam a necessidade de se pensar a Educação Sexual do início do último século até os dias atuais, sua interface com os conceitos pedagógicos, as políticas públicas realizadas no país, os aspectos normativos e legais, assim como a importância da formação docente para o trabalho em sala de aula e o trabalho com as famílias, visando à “(. . .) coleta, avaliação e análise dos dados disponíveis na literatura” (Batista e Kumada, 2021, p. 10);

- Parte II: por meio de análise descritiva, destaca-se a importância da formação docente para o trabalho em sala de aula a partir do papel da Educação Sexual na escola e da importância do trabalho com as famílias;

- Parte III: por fim, apresentam-se os suplementos pedagógicos para o trabalho dos(as) professores(as) em sala de aula e os guias de orientações para as famílias. Esse material complementar subsidiará o trabalho docente, assim como a comunicação da família, para o efetivo compromisso de uma Educação Sexual emancipatória.

⁴ Segundo Costa e Toledo (2016, p. 705), a Revisão Bibliográfica Sistemática (RBS) se trata de “(. . .) uma metodologia de pesquisa específica, desenvolvida formalmente para levantamento e avaliação de dados pertencentes a um determinado tema de pesquisa”.

5 A EDUCAÇÃO SEXUAL: DO SÉCULO XX AOS DIAS ATUAIS

5.1 O desenvolvimento da Educação Sexual a partir do século XX

O foco desta seção é o século XX, período sobre o qual vamos abordar o conhecimento do corpo e os conceitos relacionados a gênero, que são destacados por considerarmos uma base teórica importante para começar o trabalho de Educação Sexual e por serem os temas abordados nos recursos educativos para os docentes e famílias apresentados no final desta dissertação.

Para uma melhor compreensão a respeito da discussão sobre Educação Sexual no século XX, é importante entender que os primeiros programas realizados no Brasil foram desenvolvidos com os resquícios da visão da sexualidade construída ao longo dos séculos. Por isso, de forma breve e pontual, busca-se apresentar a perspectiva histórica exatamente anterior a esse período.

No século XIX, época do Vitorianismo, a respeito da sexualidade e do corpo, entendia-se que

(. . .) O indivíduo precisava negar a sua sexualidade. As temáticas de culpa, pecado, intolerância e imoralidade tornavam-se frequentes. O pudor e a vergonha regiam os comportamentos. A sexualidade foi associada à procriação, como consequência, foi rejeitada toda atividade destinada apenas ao prazer, inclusive à atividade pré-conjugal (. . .) o ideal da esposa vitoriana é a mulher (. . .) que despreza o sexo. (Carelli, 2017, p. 14).

Destaca-se assim que, em relação aos cuidados com a saúde, “(. . .) a mulher quando adoecia fazia consultas médicas na presença de uma acompanhante e indicava em uma figura o ponto que sentia dor. Somente em casos extremos era permitido o exame ginecológico, sob o lençol, em um aposento escurecido” (Carelli, 2017, p. 15).

Para a autora, o conhecimento e o prazer do corpo por meio do autoerotismo não eram aceitos, “(. . .) a masturbação era duramente condenada, sendo controlada por pais, padres e médicos. Até 1914, contra a masturbação era recomendado o uso de bandagem sob medida para os rapazes e cintos de contenção para as moças” (Carelli, 2017, p. 15).

Assim, na perspectiva de gênero,

(. . .) A mulher participante da então recém-surgida família burguesa, teve uma importante restrição em sua faixa de atuação social. Desviou-se de maneira quase exclusiva para o lar, responsabilizando-se pela organização da casa e a criação dos filhos. Esse contexto doméstico era acompanhado de um comportamento em relação à sexualidade marcado pela indiferença e pela passividade (. . .), o desejo era desconhecido para uma mulher virtuosa. Seu marido não deveria impor seus desejos animais a ela além do necessário (. . .) o sexo só era aceito dentro do casamento e para procriação (. . .), o sexo com prostituta era considerado menos perigoso do que com a esposa. Os homens achavam que faziam um favor às esposas desviando os seus instintos para as prostitutas (. . .). (Carelli, 2017, pp. 14-15).

Com os papéis muito rígidos em relação ao comportamento masculino e feminino, em relação à orientação homossexual, o pensamento era ainda mais rígido e se dividia em duas hipóteses: “(. . .) para os tradicionalistas, uma perversidade; para os modernos, uma doença” (Carelli, 2017, p. 15).

Retomando a conversa sobre o corpo, há poucas décadas para a mudança do século, publicou-se uma obra que condenava veementemente a masturbação. Em 1830, dentro do contexto de repressão, foi lançado o livro “*Le livre Sans Titre*” (O livro sem título), com ilustrações que traduzem “(. . .) o passo a passo da destruição do corpo causada pela masturbação” (Ribeiro, 2020, p. 29).

Essas ilustrações, desenhadas e coloridas à mão, mostram o resultado de um jovem de 17 anos que cometia o pecado da masturbação. A descrição do que acontece com o corpo até a morte era, inclusive, a crença dos médicos do século XIX.

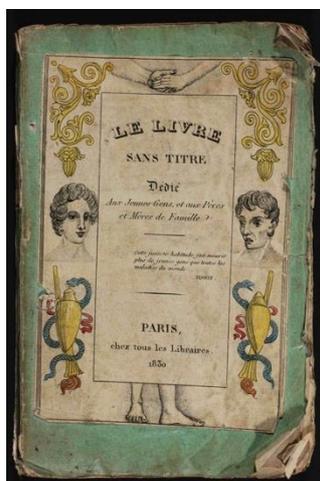


Figura 5. Capa do livro “Le Livre Sans Titre”. Fonte: Valente (2014).

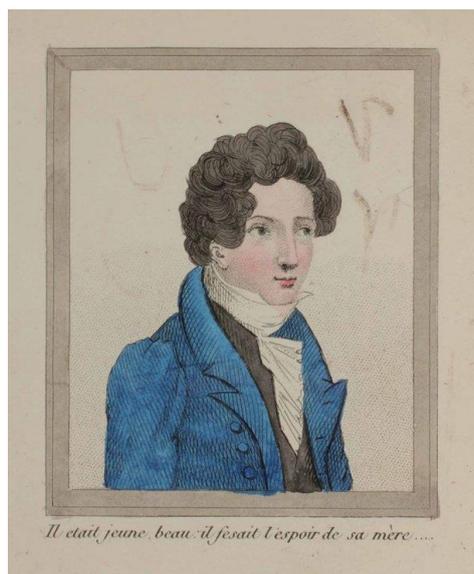


Figura 6. Imagem do livro “Le Livre Sans Titre”. Fonte: Valente (2014).



Figura 7. Imagem do livro “Le Livre Sans Titre”. “Ele corrompeu-se! ... Logo levou sobre si o sofrimento de seu erro, velho antes do tempo... suas costas arquearam.” Fonte: Valente (2014).



Figura 8. Imagem do livro “Le Livre Sans Titre”. “Ver seus olhos uma vez tão puros, tão brilhantes; agora extintos! Uma faixa vermelha a envolvê-los.” Fonte: Valente (2014).

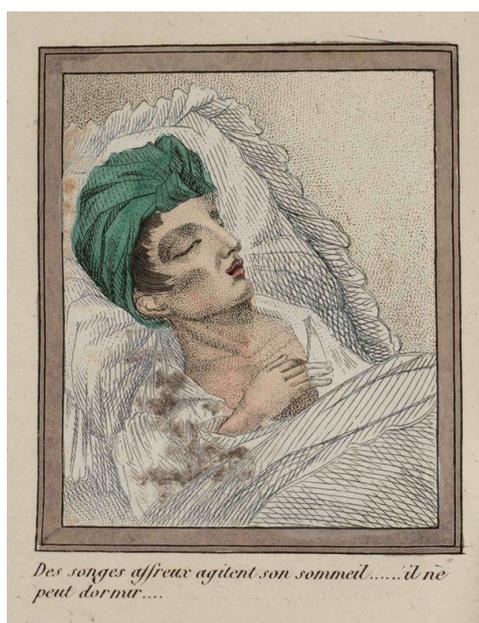


Figura 9. Imagem do livro “Le Livre Sans Titre”. “Sonhos hediondos perturbam seu sono... ele não consegue dormir.” Fonte: Valente (2014).



Figura 10. Imagem do livro “Le Livre Sans Titre”. “Seu peito arde... ele cospe sangue.” *Fonte:* Valente (2014).

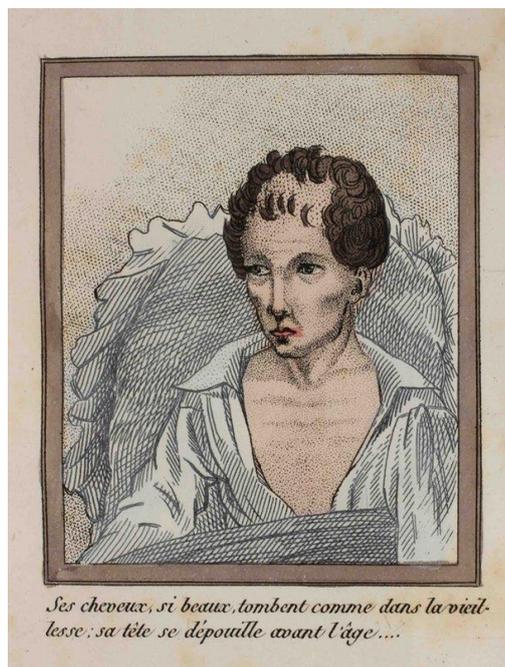


Figura 11. Imagem do livro “Le Livre Sans Titre”. “Seu cabelo, uma vez, tão adorável, cai como se fosse de velhice; seu couro cabeludo se torna careca antes da idade chegar.” *Fonte:* Valente (2014).



Figura 12. Imagem do livro “Le Livre Sans Titre” “Ele tem fome; ele quer saciar o seu apetite; a comida não vai ficar em seu estômago...” Fonte: Valente (2014).

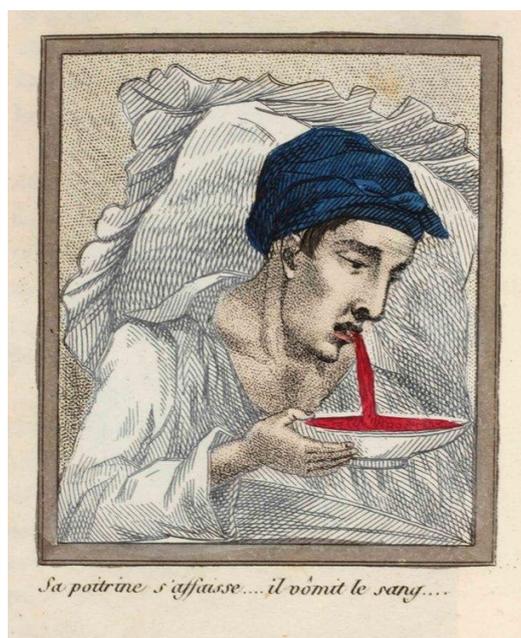


Figura 13. Imagem do livro “Le Livre Sans Titre”. “Seu peito entra em colapso... ele vomita sangue.” Fonte: Valente (2014).



Figura 14. Imagem do livro “Le Livre Sans Titre”. “Pústulas cobrem todo o seu corpo... Ele é terrível de se ver!” Fonte: Valente (2014).

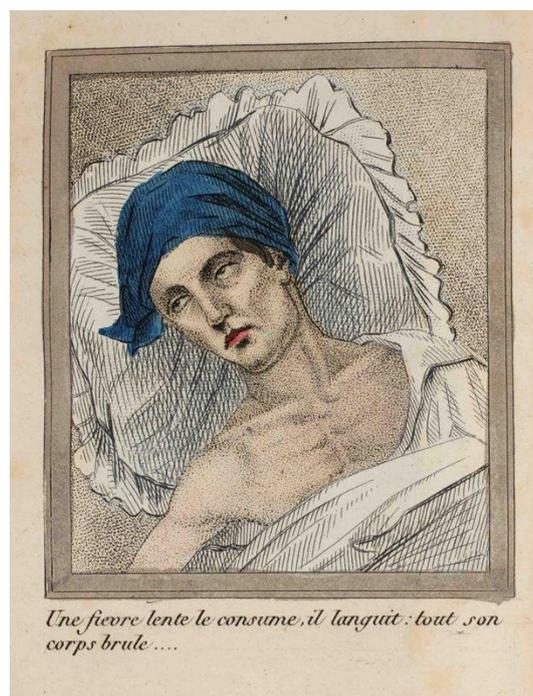


Figura 15. Imagem do livro “Le Livre Sans Titre”. “Uma febre lenta o consome, ele declina; todo o seu corpo queima.” Fonte: Valente (2014).

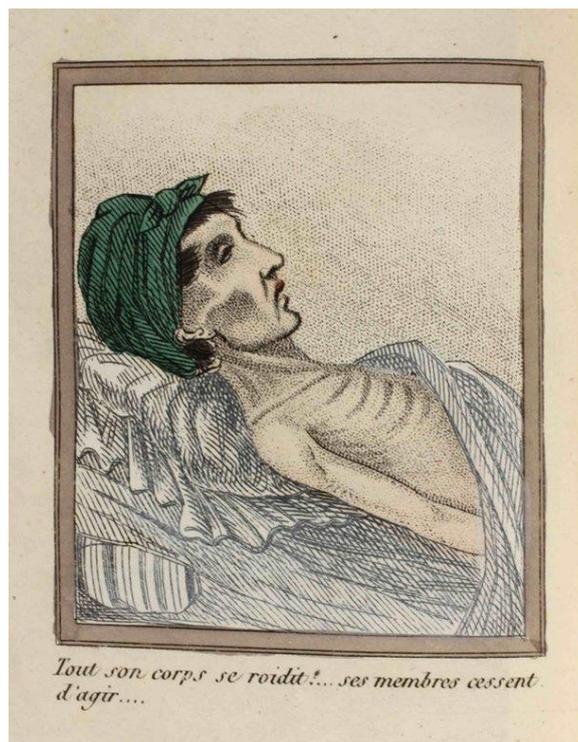


Figura 16. Imagem do livro “Le Livre Sans Titre”. “Todo o seu corpo enrijece... Seus membros param de se mover.” Fonte: Valente (2014).

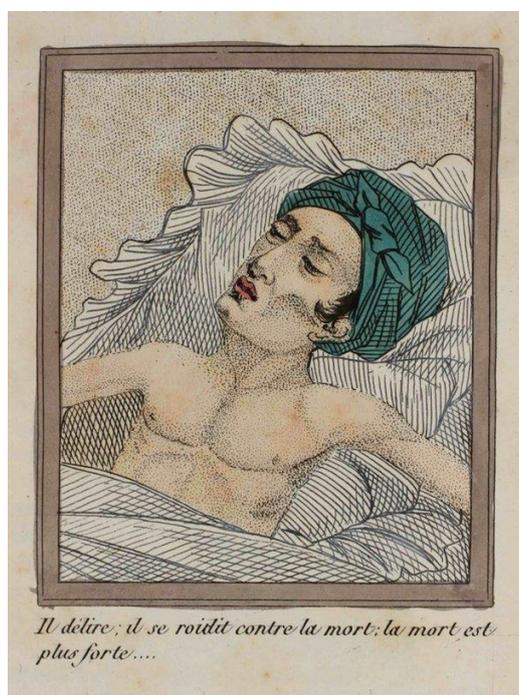


Figura 17. Imagem do livro “Le Livre Sans Titre”. “Ele delira; ele endurece contra a morte; A morte ganha.” Fonte: Valente (2014).

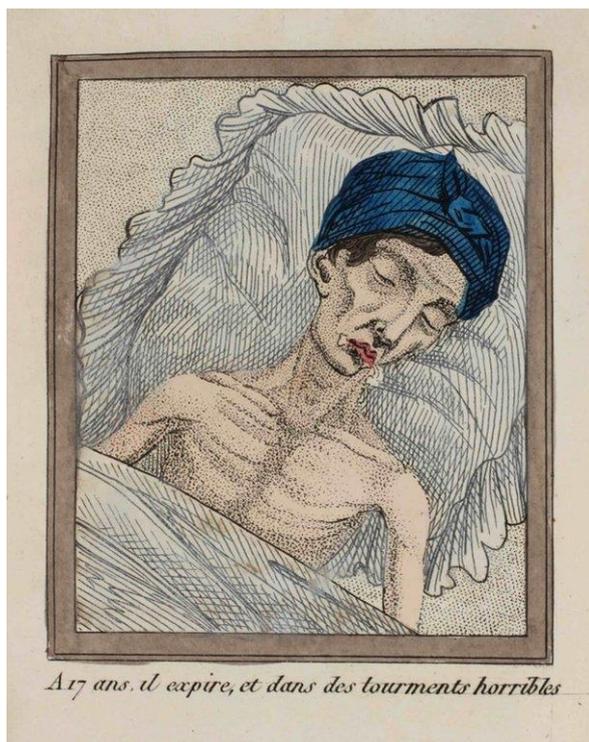


Figura 18. Imagem do livro “Le Livre Sans Titre”. “Com a idade de 17 anos, ele se vai, em um tormento horrível.” Fonte: Valente (2014).

Observa-se então que, com a desinformação e os mitos que cercavam a sexualidade, faltando pouco para o século XX, mais precisamente em 1879, foi descoberta a bactéria da gonorreia⁵. Os homens, então, “(. . .) passaram a procurar as prostitutas virgens, que estariam isentas da doença. Surgiram, então, bordéis especializados em virgens” (Carelli, 2017, p. 16).

Resquícios desses pensamentos alcançaram o século XX e, portanto, os projetos de Educação Sexual ainda traziam essa abordagem higienista na visão médica sanitária, já que esses foram os primeiros profissionais a se dedicarem à Educação Sexual, com trabalhos voltados aos cuidados com o corpo físico e à prevenção. Corroborando com o que foi apresentado, Giselle Volpato dos Reis e Paulo Rennes Marçal Ribeiro (2002), ao analisarem o conhecimento transmitido por meio dos livros publicados nas primeiras décadas do século XX, descrevem que:

(. . .) nas obras que encontramos (. . .) os autores tratavam de questões biológicas, ou fisiológicas do sexo, enfatizando a patologia sexual, enfatizando a patologia sexual,

⁵ Uma Doença Sexualmente Transmissível (DST) causada pela bactéria *Neisseria Gonorrhoeae*. Atualmente, com a mudança da nomenclatura, DST passou a ser chamada de Infecção Sexualmente Transmissível (IST). A nova denominação é uma das atualizações da estrutura regimental do Ministério da Saúde por meio do Decreto n. 8.901/2016 publicada no Diário Oficial da União em 11 de novembro de 2016, Seção 1, p. 3 a 17. Fonte: Telelab Diagnóstico e Monitoramento (2016).

representada pelos desvios e perversões. A educação sexual era considerada necessária para evitar os efeitos danosos de uma indisciplina sexual e os inúmeros conselhos presentes nos livros eram pautados na moral cristã e nos bons costumes (. . .). (Reis & Ribeiro, 2002, p. 68).

Essa concepção teórica do começo do século XX é bem diferente do que se acredita atualmente. Hoje, entende-se que a “(. . .) sexualidade não é apenas física, mas também inclui sexo, gênero, identidade sexual e de gênero, orientação sexual, erotismo e ligação emocional/amor (. . .)” (Abawi, Smith, & Marnicio, 2017, p. 29). Acredita-se, também, que apenas “(. . .) advertir sobre os perigos do sexo não ajuda a criança [nem o adolescente], somente transmite ansiedade, medo e o germe da culpa. É tratar o sexo de forma pouco sadia e digna e que não propicia desenvolvimento” (Suplicy, 1999, p. 51).

5.2 Século XX

O conhecimento da história e, em particular, da sexualidade, facilita uma melhor compreensão a respeito do trabalho de Educação Sexual e das relações estabelecidas. O século XX foi um período de grandes transformações e avanços tecnológicos e, dessa forma, os movimentos sociais, as políticas públicas relacionadas à sexualidade e os debates sobre o comportamento sexual também mudaram substancialmente. Compreender esse arcabouço teórico e essa evolução histórica ao longo das décadas traz elementos muito importantes para a realização deste trabalho.

Ao acessar o conhecimento do que foi feito, retoma-se “(. . .) tempos mais longínquos para entender como as pessoas percebiam a sexualidade, as relações afetivas e de gênero e lidavam com o próprio corpo. Essa leitura mais contextualizada é muito importante para o trabalho a ser realizado em sala de aula” (Ribeiro, 2020, p. 23). Por essa razão, antes de entrar no século XX, algumas vivências do século XIX foram brevemente apontadas apenas para começar a discussão a partir de 1900.

É importante destacar que o trabalho pedagógico na escola traz um conteúdo histórico, mas se constrói, também, na vivência da cultura e seus valores, como ressalta Ribeiro (2019, p. 29):

(. . .) é essencial que a sua concepção advenha da construção histórica do seu significado, primeiramente nos ambientes mental e social e, em seguida no ambiente

escolar, pois a Educação Sexual é resultante de um processo de preparação da sociedade para a sua compreensão, valoração e aceitação. A percepção e concepção da Educação Sexual são influenciadas pela cultura sexual brasileira: os valores, os tabus, os preconceitos, os comportamentos, as atitudes e os que pensamos constituem os elementos que compõem a nossa cultura sexual. É a cultura sexual brasileira que prepara os ambientes mental, social e escolar para a aceitação da Educação Sexual, desde a colônia até os nossos dias (. . .).

Frente a estas concepções, demarcam-se assim os comportamentos diferenciados para homens e mulheres, do corpo enquanto produto, do sexo como pecado, assim como os próprios direitos igualitários sendo deixados de lado. Tais características evidenciam assim o novo século e seus primeiros projetos de Educação Sexual.

5.2.1 1900 A 1930

No final do século XIX, tendo como referência a publicação de dois livros com o mesmo nome, “Psicopatias Sexuais”, um de Heinrich Kaan e o outro de Richard Von Krafft-Ebing, lançados em 1884 e 1886, respectivamente, as escolas de medicina começam a produzir “(. . .) as primeiras teses que tratam da prostituição e das doenças venéreas, e despertam nos médicos e em seus alunos os primeiros interesses em questões que envolvem sexo se sexualidade (. . .)” (Ribeiro, 2019, p. 30).

Esses médicos precursores e seus alunos, agora formados, foram os responsáveis em implementar a sexologia no Brasil nas primeiras décadas e, por conseguinte, os primeiros trabalhos de Educação Sexual.

Na década de 1920, “(. . .) segmentos sociais inovadores, entre eles feministas liderados por Berta Lutz, reivindicavam a Educação Sexual (. . .). E em 1928 aprovou-se, num congresso nacional de educadores, a proposta de um programa de Educação Sexual nas escolas” (Sayão, 1997, p. 108).

Nesse período, um grande marco na Educação Sexual do Brasil foi a fundação do Centro Brasileiro de Educação Sexual (CBES) pela vertente da medicina, por meio das mãos do médico José de Albuquerque⁶ que, como explica Ribeiro (2019, p. 31), foi um pioneiro da Educação Sexual, um homem a frente do seu tempo que defendia pontos de vista como o

⁶ Dr. José de Albuquerque faleceu dia 9 de janeiro de 1984, aos 79 anos de idade, na Clínica René Lambert (Jacarepaguá RJ), de insuficiência respiratória aguda (Albuquerque, 2016, p. 7).

controle da natalidade e a instituição do divórcio, a Educação Sexual nas escolas e a conscientização da população em relação aos perigos das “doenças venéreas”, termo usado na época, como destacado anteriormente.

O objetivo geral da CBES, complementa Felicio (2011, p. 1), era prestar “(. . .) um serviço de instrução e esclarecimento no que tange aos assuntos de educação e higiene sexual, abordando questões biológicas, psicológicas e morais”. Dessa forma,

(. . .) com a ação de médicos, advogados, jornalistas, professores, pedagogos, editores, sociólogos, entre outros ramos do conhecimento, o CBES buscou abranger todo o território nacional com seu movimento cuja propagando esteve exposta em jornais, panfletos e palestra. Entendemos o CBES como uma das marcas do cientificismo brasileiro, uma vez que este órgão efetuou um movimento de reforma por meio de uma intervenção médico — científica normatizante, com fortes argumentos da biologia, psicologia e sociologia. (Felicio, 2011, p. 2).

Ainda nesse período, a respeito do trabalho de Educação Sexual, o CBES,

(. . .) organizava reuniões culturais, conferências, produzia filmes e publicações. Além disso, veiculava através dos meios de comunicação as campanhas e palestras do CBES, com destaque para as emissoras de rádio. Dentre as quais podemos citar as rádios Clube, Cajuti, Ipanema, Transmissora e Nacional. Com o objetivo de aprofundar os assuntos da educação sexual, que não era possível discutir em rádio e jornais, o CBES criou o *Boletim de educação sexual*, que circulou entre 1933 e 1939, publicando artigos e notas informativas para o público em geral. Circulando em todo o território nacional, tratava-se de um jornal de formato tablóide com oito páginas e uma tiragem média de cem mil exemplares por edição, impresso em papel linha d’água e submetido a todas as exigências que as leis e regulamentos impunham para a circulação dos grandes órgãos da imprensa, inclusive a famigerada censura. (. . .) (Felicio, 2011, p. 3).

Muitas dessas publicações, algumas em formato de folhetos, traziam o

(. . .) Decálogo da educação sexual, educação sexual da criança, o que há de verdadeiro e de falso a respeito da masturbação, como evitar as doenças venéreas,

conselhos a mulher grávida, o que todos devem saber sobre a blenorragia, considerações sobre o controle da natalidade, doenças sexuais da virgem, o problema da ejaculação precoce e da impotência sexual do homem. (Felicio, 2011, pp. 3-4).

Acreditando que esses folhetos estavam recebendo críticas pesadas por parte da sociedade, Albuquerque (1958, p. 183 citado por Felício, 2011, p. 4) descreve justificativas da importância deles para a Educação Sexual:

(. . .) 1 – Não há educação completa sem educação sexual; 2 – A função sexual não é imoral, entretanto, como todas as demais, pode ser imoralizada, quando desviada de suas verdadeiras finalidades; 3 – A educação sexual não atenta contra a moral de religião alguma, porque se funda na verdade dos fatos científicos, que as próprias religiões ensinam cultuar com a sua advertência: — não mentir!; 4 – A educação sexual deve ser iniciada pelos pais, continuada pelos mestres, e terminada pelos médicos; 5 – A educação sexual das crianças deve obedecer exclusivamente ao fator “oportunidade”, quer no lar, quer na escola; 6 – responder veridicamente a altura da mentalidade infantil, as perguntas que os filhos formularem sobre as coisas do sexo, eis em que consiste a educação sexual das crianças pelos pais; 7 – Nas escolas, não há necessidade de uma cadeira de educação sexual, o que cumpre, é que os mestres não criem na mentalidade infantil, o conceito de que a função sexual é imoral, envolvendo-a num halo de mistério, nas disciplinas em que o assunto naturalmente se apresenta; 8 – Encobrir-se as verdades aos filhos e aos discípulos, é dar-se azo a que estas lhe sejam reveladas, deturpada, viciosa ou pervertidamente, pelo primeiro companheiro ou criado que encontrarem; 9 – Revelar-se as verdades sexuais, somente a partir da puberdade, depois de se as haver deturpado na infância, é tão inglória tarefa, quanto o se pretender desentortar o tronco de uma árvore, que propositalmente se entortou; 10 – Depois do indivíduo atingir a puberdade, o que lhe convêm são iniciações claras e completas, ministradas por médicos e médicas, sobretudo que diga respeito a sua sexualidade, para que não se venha a tornar vítima inconsciente das perversões sexuais e doenças venéreas.

Além de todo esse trabalho de produções literárias e ampla divulgação do conhecimento da sexualidade para a sociedade, muitas vezes por meio da mídia, Albuquerque

instituiu “(. . .) no dia 20 de novembro de 1935 o Dia do Sexo⁷, e para a sua comemoração conseguiu que fosse tocado em vários rádios do Rio de Janeiro, o Hino à Educação Sexual (. . .)” (Ribeiro, 2019, p. 31). A letra do hino é de autoria do próprio José de Albuquerque, com música do Maestro Assis Republicano, datada de 22 de outubro de 1935 (Carrara & Carvalho, 2016):

Hymno da Educação Sexual

Nós somos os vanguardeiros
Dessa nobre e sã cruzada.
Nossa divisa é lutar!
Nosso destino: vencer!

Nossa arma é o Argumento,
O projectil é a Verdade,
Nosso alvo é o Preconceito
Que visamos destruir

ESTRIBILHO

Na era actual
Nenhuma campanha
É mais necessária
Que a sexual

Nós todos congregamos
Na maior fraternidade
Sem distinção de fronteiras
Partidarismos e crenças

Pois nosso escopo é somente

⁷ Atualmente o Dia do Sexo é comemorado em 6 de setembro (6/9), em alusão a uma posição sexual conhecida também como “meia-nove” (69). Essa ideia veio de uma campanha de marketing da marca de preservativo Olla. Em 2008, com a justificativa que “se existe Dia das Mães”, “Dia dos Pais” e “Dias das Crianças”, por que não existir o Dia do Sexo? (Teodoro, 2022).

Dar ao Sexo seu Valor,
 Para bem dos povos todos
 E gloria da Humanidade!

ESTRIBILHO

Na era actual
 Nenhuma campanha
 É mais necessária
 Que a sexual

Como observado, as décadas iniciais e, mais especialmente, essas duas décadas, foram muito importantes para todo o trabalho de Educação Sexual a ser desenvolvido no Brasil a partir de então. Ainda na década de 1930, mesmo não sendo uma proposta educacional, mas importante para a igualdade de direitos e os programas de Educação Sexual, a mulher passou a ter direito ao voto 1932⁸. Segundo Ribeiro (2020, pp. 35-36):

(. . .) as mulheres no nosso país passaram a ter direito ao voto, mesmo com restrições, como só poderiam votar as casadas que precisavam da autorização do marido e as solteiras e viúvas, se tivessem renda própria. Mesmo assim, foi um passo — lento, sabemos — para a conquista da liberdade e do exercício da cidadania

Como informação complementar, veja o ano em que cada país a mulher passou a ter direito ao voto: obteve o voto para mulher (em ordem de conquistas): Nova Zelândia (1893), Austrália (1902), Noruega (1913), Rússia (1917), Áustria (1918), Alemanha (1918), Polônia (1918), EUA (1920), Brasil (1932), Turquia (1934), França (1944), Itália (1945), Índia (1949), China (1949), México (1953), Suíça (1971), Jordânia (1974), Nigéria (1976), Catar (2003), Arábia Saudita (2015).

Assim, a abordagem do direito ao voto feminino torna-se fundamental porque o trabalho de Educação Sexual traz como pauta a equidade de gênero e os direitos humanos, temas fundamentais para a base do projeto a ser realizado na escola.

⁸ “As mulheres conquistaram o direito de votar em 24 de fevereiro de 1932, por meio do Decreto 21.076, do então presidente Getúlio Vargas, que instituiu o Código Eleitoral (. . .). O decreto também criou a Justiça Eleitoral e instituiu o voto secreto” (Câmara dos Deputados, 2021, para. 1).

Destaca-se ainda que, ainda na década de 1930, algumas escolas à frente do seu tempo realizaram trabalhos importantes acerca da Educação Sexual. A título de exemplo, no Rio de Janeiro,

(. . .) o Colégio Batista incluiu em seu currículo o ensino da evolução das espécies e da educação sexual. O professor Stawarski, responsável pela iniciativa, sofreu processo jurídico e foi demitido posteriormente, muito embora o programa inicialmente se restringisse à análise do papel da mulher na reprodução e, cinco anos mais tarde, incluísse o estudo do comportamento sexual masculino (. . .) não se tem conhecimento de outros trabalhos ou iniciativas ligadas à educação sexual entre esse período e a década de 50, época em que a Igreja Católica mantinha severa repressão ao tema (. . .). (Sayão, 1997, p. 108).

Se por um lado as décadas de 1920 e 1930 foram importantes para a Educação Sexual, com o trabalho desenvolvido pelo Colégio Batista e com a veiculação do hino nas rádios, por outro, as músicas da época foram na contramão desse discurso mais libertador.

Enquanto o hino traz em uma de suas estrofes “(. . .) nosso alvo é o preconceito, que visamos destruir”, músicas contemporâneas a ele reforçavam a misoginia e a violência. Como é o caso de “Mulher de malandro”, gravada pelo cantor Francisco Alves em 1931, composta por Heitor dos Prazeres, em que há uma normatização da passividade feminina e uma exaltação da violência contra a mulher.



Figura 19. QRcode Gravação Original — Música “Mulher de malandro”, 1931⁹. Fonte: Elaboração própria.

⁹ Arquivo pessoal.

Letra:

Mulher de malandro sabe ser

Carinhosa de verdade

Ela vive com tanto prazer

Quanto mais apanha

A ele tem amizade

Longe dele tem saudade

Ela briga com o malandro

Enraivecida, manda ele andar

Ele se aborrece e desaparece

Ela sente saudade

E vai procurar

— Há um ditado muito certo: pancada de amor não dói!

Mulher de malandro sabe ser

Carinhosa de verdade

Ela vive com tanto prazer

Quanto mais apanha

A ele tem amizade

Longe dele tem saudade

Muitas vezes

Ela chora

Mas não despreza o amor que tem

Sempre apanhando e se lastimando

E perto do malandro

Se sente bem

— É meu bem, o malando também tem o seu valor!

Em 1932, o compositor Ernâni Alvarenga compôs “Dinheiro não há” e, mais tarde, o samba ganhou uma segunda parte, composta por Benedito Lacerda, e posteriormente foi gravado por Leonel Faria com o nome de “Lá vem ela chorando (dinheiro não há)”. Essa composição foi o primeiro samba-enredo da Escola de Samba Portela, a campeã de títulos do carnaval do Rio de Janeiro e, em 1977, foi regravado pela sambista Beth Carvalho.



Figura 20. QRcode Gravação Original — Música “Dinheiro não há”, 1932¹⁰. Fonte: Elaboração própria.

Letra:

Lá vem ela chorando
 O que que ela quer?
 Pancada não é, já dei
 Mulher da orgia quando começa a chorar
 Quer dinheiro
 Dinheiro não há
 Não há!

Carinho eu tenho demais
 Pra vender e pra dar
 Pancada também não há de faltar
 Dinheiro, isso não, eu não dou a mulher
 Faça descer a terra, os céus e as estrelas
 Se ela quiser
 Mas dinheiro não há

Essas duas músicas traduzem a visão que se tinha da mulher, como um ser submisso e sem direitos. Esse histórico foi construído ao longo dos séculos, como na Grécia Antiga, de 4000 a.C. a 476 d.C., em que “(. . .) os papéis dos homens e das mulheres eram bastantes delimitados. O homem livre era o cidadão por direito; dominava as mulheres, as crianças e os escravos” (Carelli, 2017, p. 4). Essa imagem da mulher submissa e que se naturaliza

¹⁰ Arquivo pessoal.

apanhando de seu companheiro ainda é uma realidade em algumas regiões do nosso país, o que diferencia é que hoje temos leis e outras garantias que beneficiam as mulheres, e que não existiam no início do século passado.

As músicas, como retrato da época, reproduziam a visão masculina a respeito da mulher: “(. . .) regida pelos atos do malandro (. . .) fazendo com que seja inferiorizada, reforça-se portanto, a memória da mulher como passiva. Desta forma, a formação imaginária que se constrói é uma mulher que convive bem com o malandro, ainda que haja agressão” (Prazeres, 1932, citado por Alves, 2013, p. 2).

As duas músicas banalizam a violência doméstica e é importante conhecer esse histórico e os dados de pesquisa para a construção de políticas públicas, o que inclui o projeto de Educação Sexual. Faz parte da equidade de gênero conhecer e reconhecer todo esse processo, importantes na construção desses programas.

Fazendo um recorte para os dias atuais e as consequências de se ter negligenciado essa questão construída em cima de uma masculinidade tóxica, o boletim *Elas*, em sua terceira edição com pesquisa feita em sete estados (Bahia, Ceará, São Paulo, Rio de Janeiro, Pernambuco, Maranhão e Piauí),

(. . .) registrou 2.423 casos de violência contra a mulher em 2022, 495 deles feminicídios (. . .) a maior parte dos registros dos estados que fazem parte do monitoramento tem como autor da violência companheiros e ex-companheiros das vítimas. São eles os responsáveis por 75% dos casos de feminicídio, tendo como principais motivações brigas e término de relacionamentos (Ferreira, 2023, para. 1).

Com os dados obtidos da Rede de Observatórios de Segurança, o relatório recomenda que os governos criem políticas públicas para evitar violências.

5.2.2 1940 A 1970

Mesmo com os avanços importantes e as iniciativas do Dr. José de Albuquerque na década anterior, a Educação Sexual ainda era vista, principalmente, pelo prisma biológico e da prevenção, o que era reforçado pelas publicações editadas desde o início do século:

(. . .) Nessas publicações, o tema sexualidade era tratado desde o ponto de vista da biologia da reprodução e tinham como objetivo orientar às pessoas sobre como evitar

as gravidezes indesejadas e as infecções de transmissão sexual (. . .) essas publicações não aprofundam os aspectos psicológicos ou emocionais relacionados com a sexualidade e referem-se à sexualidade como sendo só sexo e reprodução (. . .). (Reprolatina, 2016, p. 15).

Mesmo com essa visão higienista da sexualidade, em 1945, “(. . .) houve os primeiros questionamentos que abriram para o caminho para a Revolução Sexual (. . .)” (Ribeiro, 2020, p. 36), mas sem muitas inovações no campo da Educação Sexual.

Chega-se à década de 1950, de acordo com Sayão (1997, p. 108), com severa repressão ao tema pela Igreja Católica. No início dos anos 1950, estendendo-se até a década de 1970,

(. . .) No Estado de São Paulo (. . .) o serviço de Saúde Pública do Departamento de Assistência ao Escolar oferecia aulas de orientação sexual¹¹ às meninas da quarta série primária¹². Educadores sanitários e professores davam informações sobre as transformações da puberdade também às mães. O programa foi interrompido por determinação da Secretaria de Educação. (Sayão, 1997, p. 108).

Porém especificamente na década de 1960, a partir de 1964, “(. . .) com a ditadura militar no Brasil, aumentou-se a repressão sobre todas as iniciativas que procuravam implementar atividades de educação sexual (. . .)” (Reprolatina, 2016, p. 16). Mesmo assim, diante da censura por toda parte, “(. . .) alguns autores relatam que entre 1964 e 1968 houve várias tentativas de implantação da educação sexual nos currículos das escolas do Estado de São Paulo, e a repercussão destes originou projetos de Educação Sexual com o intuito de prevenção e informação (. . .)” (Reprolatina, 2016, p. 16).

A partir dessas primeiras tentativas, houve “(. . .) um período em que ocorreram experiências importantes tanto em escolas públicas como particulares” (Sayão, 1997, p. 108). Com pioneirismo, essas experiências pontuais ocorreram em muitas escolas dos estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo. Segundo Sayão (1997, pp. 108-109):

¹¹ O termo Orientação Sexual utilizado pelos PCN (Ministério da Educação, 1997), bem depois de sua utilização por esse programa realizado no Estado de São Paulo, refere-se ao que chamamos de Educação Sexual, termo utilizado por este trabalho. Opta-se por essa nomenclatura, já que Orientação Sexual confunde-se com orientação sexual do desejo sexual, termo utilizado pela comunidade científica da área de Sexualidade Humana em todo o mundo.

¹² A quarta série primária, atualmente, faz parte dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental 1, a partir da nova LDB (lei . 9394/96, de 20 de dezembro de 1996).

(. . .) entre 63 e 66 um colégio de Minas Gerais manteve um programa de educação sexual para alunos do então quarto ano ginásial (. . .); no Rio de Janeiro, o Colégio Pedro de Alcântara, adotou, a partir de 64, o ensino de educação sexual em todas as séries. Em 68, também os colégios cariocas André Maurois, Infante Dom Henrique e Orlando Rouças introduziram a educação sexual em seus currículos. (. . .) o Colégio de Aplicação Fidelino Figueiredo, ligado à Faculdade de Filosofia da USP, desenvolveu trabalhos de sexualidade com seus alunos. A coordenação ficava a cargo do orientador educacional com a colaboração dos professores de ciências (. . .). Os Ginásios Vocacionais de São Paulo, entre 1961 e 1969 tinham a educação sexual em seu currículo, assim como o Ginásio Estadual Pluricurricular Experimental/GEPE, no período de 1966 a 1969.

Considerando que essas experiências aconteceram numa época de chumbo, em plena ditadura militar, na qual músicas, ideias e peças de teatro eram censuradas e brasileiros(as) torturados(as) por terem um ideal de justiça social e não concordarem com a repressão, as experiências dessas escolas e a resistência dos trabalhos tornam-se mais significativas ainda.

É importante não esquecer que a década de 1960 trouxe avanços muito significativos, como o lançamento da pílula anticoncepcional e as primeiras lutas dos movimentos feministas para a equidade de gênero. Essas conquistas foram relevantes para a dissociação de sexo e reprodução, reforçada ao longo dos séculos, entendendo que a “(. . .) sexualidade não é apenas física, mas também inclui sexo, gênero, identidade sexual e de gênero, orientação sexual, erotismo e ligação emocional/amor” (Carelli, 2017, p. 29).

No final dos anos 1960, houve uma tentativa da implantação (“obrigatoriedade” era o termo utilizado) da Educação Sexual nas escolas brasileiras através da deputada Júlia Steimbruch (MDB, RJ):

(. . .) Em 1968 a deputada Júlia Steimbruch, do Rio de Janeiro, apresentou um projeto de lei que propunha a introdução obrigatória da educação sexual em todas as escolas do país. Em novembro de 1970, este projeto de lei ainda se encontrava em tramitação. Apesar de ter recebido apoio por parte dos deputados, intelectuais e educadores, teve o maior peso o parecer contrário apresentado pela Comissão Nacional de Moral e Civismo, que, no mesmo ano, pronunciou-se radicalmente contra a introdução da educação sexual nas escolas. Uma frase já famosa desse parecer, ao defender as

supostas inocência, pureza e castidade das crianças dizia: ‘Não se abre à força um botão de rosa, sobretudo com as mãos sujas’. (Sayão, 1997, p. 109).

Ao chegar em 1970, surge a “(. . .) lei n. 5.692/71¹³, que tratava das ações de Educação Sexual como de responsabilidade dos orientadores educacionais ou dos professores da área de ciências ou programas de saúde” (Kamel, & Pimenta, 2008, p. 10).

Em 1974, por meio do parecer n. 2.264/74, o Conselho Federal de Educação “(. . .) legitimava o ensino da educação sexual como de responsabilidade dos programas de saúde” (Kamel & Pimenta, 2008, p. 10).

Sem a conversa sobre sexualidade na escola implementada oficialmente pelo poder público, a partir de 1975 (Sayão, 1997, p. 109), “(. . .) reapareceu o interesse pela educação sexual, provavelmente devido às grandes mudanças no comportamento dos jovens pós-68, às influências dos movimentos feministas e de controle da natalidade”.

Os movimentos feministas, à época, foram muito importantes para a discussão da sexualidade, emancipação feminina e luta por igualdade de direitos.

No final da década, em 1979, a Fundação Carlos Chagas, por meio das importantes pesquisadoras Carmem Barroso e Cristina Bruschini,

(. . .) coordenou uma pesquisa com jovens entre 15 e 17 anos para avaliar valores relativos à sexualidade. Orientadores educacionais foram capacitados para a coordenação de 12 grupos de jovens de diferentes escolas e classes sociais, no município de São Paulo. Nessa pesquisa, que era também um programa de educação sexual, o objetivo era propiciar a livre discussão de normas, padrões de comportamento e atitudes relativos à sexualidade (. . .). (Sayão, 1997, p. 110).

As publicações advindas da pesquisa de Barroso e Bruschini foram importantes para os trabalhos realizados na década seguinte, principalmente pela importância de se conversar sobre sexualidade na escola devido ao surgimento da aids, o que mudou muitos paradigmas.

5.2.3 1980 A 2000

Segundo Ribeiro (2020, p. 37),

¹³ (lei n. 5.692, de 11 de agosto de 1971).

(. . .) Na década de 80, uma discussão mais ampla começou a surgir, e os projetos realizados, não porque se acreditava na importância deste tema para o bom desenvolvimento da criança e do adolescente, mas para que o trabalho de sexualidade tratasse dos ‘problemas’ que estavam aparecendo, como a aids (. . .) essa sempre foi uma visão equivocada e dissociada do que se pretende com esse trabalho, porque a Educação em Sexualidade nunca teve o objetivo de ‘tratar’ ninguém, e os conteúdos a serem abordados vão além do corpo biológico, mas têm sempre o caráter pedagógico.

Denota-se assim que, no começo da década e nos anos subsequentes, começou a surgir mais abertura para o debate sobre sexualidade, não só na escola, como na mídia, em destaque para a participação da psicóloga Marta Suplicy com o quadro “Comportamento Sexual”, no extinto programa TV Mulher, da TV Globo, nos anos 1980.

Na academia, novos projetos foram surgindo:

(. . .) Em 1980, foi desenvolvido um projeto pela Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas (CENP) em parceria com o Departamento de Educação da Faculdade de Saúde Pública da USP. O projeto foi composto por duas partes: 1 – estudos preliminares nas escolas da rede estadual de ensino; 2 – experiências piloto em seis escolas da capital, com o treinamento de professores e orientadores educacionais para a inserção de um programa de Educação Sexual na grade curricular, nas disciplinas de Ciências e Programas de saúde: aspectos do crescimento e desenvolvimento humanos relativos à sexualidade, em seis escolas públicas da capital paulista, com sua primeira etapa em 1980. (Bueno & Ribeiro, 2018, p. 54).

Segundo Ribeiro (2019, p. 34), “[o] advento da abertura política, o fim da ditadura e a constituição cidadã de 2008 possibilitaram que a Educação Sexual retomasse o seu lugar entre os temas sexuais de importância, e a sociedade começou a enxergá-la enquanto ação de cidadania e direitos”.

Entre os anos de 1987 e 1990, houve uma ampliação dos projetos de Educação Sexual nas escolas de diferentes cidades brasileiras:

(. . .) 1987 – 1988 – Organização do Projeto de Educação Sexual para Comunidade Escolar, através da Secretaria de Educação do Estado de Pernambuco. Esse programa consistiu na realização de fóruns, seminários e capacitação de professores.

1989 – Experiência da Secretaria Municipal de São Paulo de incluir um programa optativo de educação sexual para alunos, funcionando antes ou depois da aula. Através dessa experiência, o programa foi implantado em outros estabelecimentos de ensino do município. No mesmo ano surge a proposta do Ministério da Saúde e da Universidade Estadual de Campinas de incluir no currículo regular um Programa de Educação Sexual para crianças e adolescentes de 4 a 19 anos. (Kamel & Pimenta, 2008, p. 10).

A década de 1990 foi profícua para o trabalho de Educação Sexual. Em 1990, ocorreu a “(. . .) implementação de Programas de Educação Sexual nas escolas municipais de Porto Alegre (. . .)” (Kamel, & Pimenta, 2008, p. 10), dando continuidade à experiência realizada pela prefeitura de São Paulo na gestão da Prefeita Luiza Erundina (PT / SP), com o então secretário Paulo Freire.

Em 1991, ocorre à fase experimental do programa Salto para o Futuro, da TV Escola, canal educativo do Ministério da Educação que tinha como proposta promover programas de educação a distância e, em 1995, houve a incorporação do programa à grade da TV Escola (Ministério da Educação, 2018)¹⁴.

Em 1996, foi promulgada a nova lei de Diretrizes e Bases da Educação n. 9.394/96 (LDB), que “(. . .) lança as bases para uma escola pluralista que respeita a diversidade (. . .)” (Kamel & Pimenta, 2008, p. 11) e, no ano seguinte, ocorreu a publicação dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), no governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso (PSDB/SP), tendo o professor Paulo Renato Costa Souza à frente da pasta do Ministério da Educação.

Os PCN são um marco na estratégia para o trabalho de Educação Sexual no Brasil, que, tendo a Orientação Sexual como tema transversal, “(. . .) traz uma fundamentação teórica consistente para a abordagem desse conteúdo na escola. Nesse sentido, o caderno “Pluralidade Cultural e Orientação Sexual” orienta o professor e direciona pedagogicamente o trabalho de Educação em Sexualidade” (Ribeiro, 2020, p. 38). Segundo Ribeiro (2017), em entrevista para a Revista Diversidade e Educação,

¹⁴ Nesse programa, inclusive, participei como coordenador de duas séries de saúde com ênfase na sexualidade e diversidade.

(. . .) eu vejo a publicação dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), em 1997, ainda no governo Fernando Henrique Cardoso (FHC) (1995-2003) como um marco importante para a efetivação (que não houve) da Educação Sexual no Brasil. Pela primeira vez, houve um reconhecimento oficial do governo federal da necessidade de se trabalhar questões de sexualidade, corpo, gênero e educação sexual nas escolas. No entanto, se por um lado os PCNs sugeriam ou indicavam que educação sexual (chamada ali de orientação sexual) era objeto de ação na escola, por outro, o governo federal errou ao não estimular, ou principalmente, ao não oferecer uma contrapartida para que essas ações fossem efetivamente desenvolvidas em larga escala, como investir na formação de professores em educação sexual. (Ribeiro, 2017, p. 9).

O grande problema da Educação do nosso país é quem nem sempre a proposta pedagógica, a fundamentação teórica, a consistência técnica e os benefícios para a sociedade são suficientes para a realização e implementação dos programas propostos no sistema educacional brasileiro. A política partidária, os entraves entre os partidos, a ignorância parlamentar e a religiosidade como pano de fundo emperram e dificultam a realização dos projetos. Como complementa Ribeiro (2017) em relação aos PCN e aos projetos de governo na área da sexualidade:

(. . .) com maior intensidade no governo Dilma percebemos uma grande interferência de deputados da bancada evangélica na avaliação, votação e aprovação de temas por ela considerados em oposição aos princípios bíblicos. Curiosamente, são temas que envolvem cidadania e direitos civis. E dentre eles, os ligados à sexualidade, educação sexual, direitos do movimento Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros (LGBT). Sendo aliada do governo federal, e este precisando de votos para a aprovação de seus projetos, a bancada evangélica conseguiu mudar o caminho pró-sexual (. . .). A partir de 2014, não só os fundamentalistas evangélicos, mas também os conservadores católicos passaram a agir de forma mais contundente. Nesse mesmo ano, na tramitação do Plano Nacional de Educação (PNE) no Congresso Nacional, a questão de gênero foi retirada do texto. E, a partir daí, o mesmo ocorreu em relação aos Planos Municipais de Educação. O ponto máximo do retrocesso ocorre a partir de 2016, com o impeachment e o início do governo Temer, quando uma onda de conservadorismo inunda o país. (Ribeiro, 2017, p. 9).

É fundamental ressaltar que o Brasil é um país laico, como descrito na Constituição cidadã de 1988 e, nesse sentido, que “(. . .) as escolas oportunizem momentos de diálogos e se envolvam em projetos, nos quais os próprios gestores possam se mobilizar e ver a relevância e importância que o tema apresenta na vida das pessoas” (Bueno & Ribeiro, 2018, p. 55).

5.3 Século XXI

5.3.1 2000 A 2023

Na cronologia do início da década, foram implementados muitos programas relacionados à sexualidade e direitos humanos:

- (. . .) 2001 – Lançamento nacional do Plano Nacional de Educação (lei n. 10.172/01).
- 2002 – Implementação do Programa de Direitos Humanos II, que visa fortalecer os artigos da Constituição Brasileira referentes ao direito à livre orientação sexual e a proibição da discriminação por orientação sexual.
- 2003 – Surgimento do Projeto Saúde e Prevenção nas Escolas (SPE), uma ação conjunta entre os Ministérios da Educação e da Saúde, com o apoio da Unesco e do Unicef (. . .).
- 2004 – Governo lança o Programa Brasil sem Homofobia, que teve em sua agenda ações ligadas à área de educação (. . .). Lançamento da campanha Travesti e respeito: já está na hora dos dois serem vistos juntos (. . .).
- 2005 – (. . .) Lançamento do prêmio construindo a igualdade de gênero – MEC/SPM/MCT//UNIFEM.
- 2006 – Lançamento do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos. Neste ano o MEC iniciou em âmbito nacional o curso de formação de professores, com o objetivo de mobilizá-los(as) para questões ligadas às relações de gênero, orientação sexual, opressão sexual, cidadania e direitos humanos, de forma que seja possível fortalecer as iniciativas de combate à violência presente no contexto escolar, junto à população de jovens homossexuais (. . .);
- 2008 – Realização da I Conferência Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais (GLBT). (Kamel & Pimenta, 2008, pp. 11-12).

Mesmo com discussões importantes e projetos de Educação Sexual que acaloraram o debate social e político, mas de grande relevância para a formação docente, a questão de gênero ainda continua presente e perpassa a conversa informal, as conferências científicas, as produções acadêmicas, a discussão na mídia e, como destacamos nas décadas de 1920 e 1930, a música.

Assim como os sambas apresentados, agora, em outro ritmo, o tema volta à pauta com destaque para a objetificação da mulher e na contramão da prevenção das ISTs, em particular da aids, no momento em que as políticas públicas de Educação e Saúde incentivavam o uso da camisinha, com campanhas nos diferentes meios de comunicação.

Em 2008, o compositor de funk MC Deco, em gravação dos Hawaiianos, lançou “Quadrilha da pele”, no álbum “Tsunami III”.



Figura 21. *QRcode* Gravação Original — Música “Quadrilha de pele”, 2008¹⁵. Fonte: Elaboração própria.

Letra:

Eita porra!

Essa é pros moleque,

Também para as novinhas,

Levanta a mão no baile quem já fudeu sem camisinha

Quadrilha da pele,

Tá chegando, Só na pele, tá chegando,

¹⁵ Arquivo pessoal.

tá chegando, só na pele,
Tá chegando, só na pele,

Quadrilha da pele, Tá chegando, tá chegando, tá chegando, tá chegando
Mas se tu quer fuder novinha
vem fuder sem camisinha, Só na pele, só na pele,
Só na pele, só na pele, Nada de bater neurose
Por que você tá facinha,
só na pele, só na pele, só na pele, só na pele,
(um trecho não audível)
Você quer no cu, você quer na buceta
Ou você prefere chupar minha piroca preta, vem
Você quer no cu, você quer na garganta
Ou você prefere chupar a minha piroca branca
Quadrilha da pele, só na pele...

Em 2017, há apenas 6 anos, o compositor Pedro Jorge Lopes, conhecido como MC Colibri, lançou o funk “Carrinho de pipoca”.



Figura 22. QRcode Gravação Original — Música “Carrinho de pipoca”, 2017¹⁶. Fonte: Elaboração própria.

Letra:

Oi oi oi oi oi oi oi

¹⁶ Arquivo pessoal.

Vo empurrando o meu carrinho de pipoca
 E batendo o sininho pra chamar
 as mulecadas as mulheradas
 Pra provar minha pipoca
 Tem da doce tem salgada
 Você pode escolher qual pipoca quer levar

Quer no saquinho quer no sacão (2x)

Se você leva da doce,
 tem direito à leite moça
 você pode bota tudo na tua boca
 Pra prova minha pipoca

Tá gostosinho com leite moça.

Tá gostosinha tá? (3x)

oi oi oi

Vo empurrando meu carrinho de pipoca
 E batendo meu sininho
 Pra anunciar que chego o vendedor de pipoca
 Pode vim o mulecada mulherada
 Pra provar minha pipoca
 Tem da doce tem salgada, você pode escolher
 Que pipoca quer levar?
 Quer no saquinho quer no sacão (3x)

Se você escolher da doce

Tem direito a leite moça

Você pode bota tudo na tua boca

Pra prova minha pipoca com leite moça

Tá gostosinho, ai, tá gostosinho...

Tá gostosinho tá?

Tá gostosinho, ai, tá gostosinho...

Minha pipoca na tua boca com leite moça

Você pode prova minha pipoca

Tá gostosinho, ai, tá gostosinho... (2x)

A título de exemplo, esses dois funks são referências na abordagem da “(. . .) sexualidade de forma explícita — funk putaria — ou aos que produzem narrativas sobre o universo da criminalidade, tangenciando o cotidiano e as sociabilidades ligadas à noção de bandido” (Novaes, 2016, p. 11). Essas duas abordagens — a sexualidade explícita e a convivência com esse universo desviante, mesmo quem dele não faz parte — estão muito presentes no entretenimento desses jovens que “(. . .) embalam milhões de pessoas não só no Rio de Janeiro como em diversas cidades do país (. . .) em performances em que a violência ritualizada fazia parte da diversão, num jogo de territorialidades em que galeras rivais se enfrentavam” (Novaes, 2016, pp. 11-18). São bailes que invadem as comunidades, nas periferias das grandes cidades, em um universo paralelo à sociedade vigente.

Sem programas de cultura pela paz¹⁷ e de Educação Sexual eficazes que possam desenvolver a criticidade, o respeito às diferenças, a prevenção, o combate a todo tipo de violência e o conhecimento do corpo, o que passa ser a referência mais próxima desses jovens, reproduzindo o seu cotidiano e linguagem, são essas letras sexistas que incentivam o machismo e a submissão da mulher.

Segundo Dentz (2008, citado por Santos & Kurpel, 2021, p. 3), “(. . .) ao se tratar da objetificação, trata-se também do resultado desses constructos e como eles por vezes não só afetam, mas também distorcem, resultando na abstração da imagética corporal (. . .)”. Assim, tanto nos sambas da metade do século passado quanto nos funks deste século, há um reforço à submissão da mulher, à violência contra a mulher e à objetificação de seu corpo, as quais reproduzem a sociedade em que estão inseridas.

(. . .) a submissão das mulheres perante aos homens, ou seja, não dá para negar o fato do enraizamento dessas relações de poder até os dias atuais. A história construiu uma visão patriarcal e racista perante aos corpos, e essa visão vem acompanhada de ataques, violência e submissão. Muitas vezes abordados de maneira implícita, como é feito com a sexualização do corpo feminino na mídia, ou, de maneira explícita, como os vários casos de estupro que acontecem diariamente. (Santos & Kurpel, 2021, p. 2).

¹⁷ Conheça mais em: <https://pt.unesco.org/fieldoffice/brasil/brasil/expertise/culture-peace> (Unesco, 2008).

Essa corporeidade e subjetividade, colocando os corpos hierarquicamente como superiores e inferiores — o homem sobre a mulher; a mulher branca sobre a mulher preta; o homem heterossexual sobre o homem homossexual; a mulher longilínea sobre a obesa... —, precisam ser instrumentos de pesquisas acadêmicas, de produções literárias e de campanhas que destaquem que diferenças não significam desigualdades e precisam fazer parte da formação dos(as) professores(as) da Educação Básica em uma educação não sexista.

Em 2012, “(. . .) foi criado o primeiro Mestrado em Educação Sexual no Brasil (. . .)” (Ribeiro, 2017, p. 9) e, em 2014, foi aprovado o Plano Nacional de Educação, que traz em suas diretrizes “(. . .): 1. Superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e erradicação de todas as formas de discriminação; 2. Promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental” (Reprolatina, 2016, p. 25). Essas diretrizes pontuam um trabalho de Educação Sexual que, como princípios, busca a ciência, a equidade de gênero, os direitos humanos e a formação do cidadão e da cidadã.

O período de 2018 a 2022, do governo de Jair Messias Bolsonaro, foi de grande retrocesso: houve o desmonte de tudo que foi realizado, a negação da ciência, a repressão a temas na pauta da Educação Sexual e a avalanche de *fake news*.

O Supremo Tribunal Federal (STF) precisou intervir, legislando a favor do direito à informação, o que inclui o conhecimento sobre sexualidade. Em relação a essa questão, o ministro Luis Roberto Barroso (STF)

(. . .) suspendeu os efeitos de dispositivo da Lei Orgânica do Município de Londrina (PR) que proíbe a adoção de conteúdos relacionados às questões de gênero na rede municipal de ensino. Entre outros pontos, o relator avaliou que o município dispôs sobre diretrizes e bases da educação, matéria de competência privativa da União. A decisão foi tomada nos autos da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 600, ajuizada pela Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) e pela Associação Nacional de Juristas pelos Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Transgêneros e Intersexuais (Anajudh LGBTI). O objeto de questionamento é o artigo 165-A da lei Orgânica municipal, inserido pela Emenda 55/2018, que veda “a adoção, divulgação, realização ou organização de políticas de ensino, currículo escolar, disciplina obrigatória, complementar ou facultativa, ou ainda atividades culturais que tendam a aplicar a

ideologia de gênero e/ou o conceito de gênero”. As entidades alegam que houve invasão da competência privativa da União para estabelecer diretrizes e bases da educação e lembram que essa competência foi exercida na edição da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996).

Ainda a respeito dessa pauta:

(. . .) vedar a adoção de políticas de ensino que tratem de gênero ou que utilizem essa expressão significa impedir que as escolas abordem a temática e expliquem diferenças, a fim de orientar os alunos a respeito do assunto. Segundo o ministro, a diversidade de identidades de gênero “é um fato da vida, um dado presente na sociedade e com o qual terão, portanto, de lidar” (. . .) Ele também entendeu que a norma municipal conflita com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, de âmbito federal, que prevê o respeito à liberdade, o apreço à tolerância e a vinculação entre educação e práticas sociais como princípios que devem orientar as ações educacionais, além de garantir valores constitucionais (. . .) a proibição de tratar de conteúdos em sala de aula sem justificativa plausível também se choca com normas internacionais ratificadas pelo Brasil, como o Pacto Internacional sobre os Direitos Econômicos, Sociais e Culturais e o Protocolo Adicional de São Salvador à Convenção Americana sobre Direitos Humanos. Esses documentos reconhecem que a educação visa ao pleno desenvolvimento da personalidade humana, à capacitação para a vida em sociedade, à tolerância e, portanto, ao fortalecimento do pluralismo ideológico e das liberdades fundamentais. (Supremo Tribunal Federal, 2019).

Foi também nesse período de ultraconservadorismo que a “ideologia de gênero” e “escola sem partido” viraram pautas e acaloraram os debates nos mais diferentes setores da sociedade. Segundo Junqueira (2019, pp. 127-128),

(. . .) “ideologia de gênero” é uma invenção católica que emergiu sob os desígnios do Pontifício Conselho para a Família e da Congregação para a Doutrina da Fé, entre meados da década de 1990 e no início dos anos 2000. A expressão foi, assim, urdida no âmbito da formulação de uma retórica reacionária antifeminista (. . .) o ativismo religioso antigênero intensificou-se nos anos seguintes, com ataques às políticas públicas de educação e saúde, por meio, por exemplo, da disseminação de

informações imprecisas e acusações infundadas, do questionamento dos indicadores sobre violações de direitos humanos de mulheres e pessoas LGBTI e do pânico moral (. . .).

A partir desse discurso criado por essas bases conservadoras e sem fundamentação científica, as ações que ocorreram foram acompanhados de

(. . .) campanhas de difamação, rotinas de intimidações, assédios e ameaças, produzindo um difuso assujeitamento conformista, que, no cotidiano escolar, não raro, se expressa por meio da adoção de estratégias de autocensura por parte de dirigentes e docentes imersos em ambiências hostis instauradas ao sabor da ofensiva. Com isso, contribui-se para amortecer ou minar os potenciais transformadores e emancipatórios das relações pedagógicas e das políticas orientadas pelo direito à educação de qualidade. Deste modo, a escola tem sido colocada no centro de um debate público em que discussões de fundo sobre os desafios relativos às garantias ao direito à educação cedem lugar a abordagens voltadas a deslegitimar a liberdade docente e a desestabilizar o caráter público e laico da instituição escolar como espaço de formação crítica e de socialização para o convívio social, plural, cidadão e democrático. (Junqueira, 2019, pp. 130-131).

Essa política antigênero encontra reforço no Projeto de Lei “Programa Escola sem Partido”, de 2019, que traz em seus princípios, no Art. 2º (projeto de lei n. 246, 2019): “(. . .) O Poder Público não se imiscuirá no processo de amadurecimento sexual dos alunos nem permitirá qualquer forma de dogmatismo ou proselitismo na abordagem das questões de gênero (. . .).” Os promotores do Programa Escola sem Partido

(. . .) ambicionam instituir uma docência mutilada, amordaçada, sem condições de ser desempenhada, reduzida à mera reprodução acrítica e descontextualizada de conteúdos estanques, com base em métodos anacrônicos, alheios ao processo de ensino e aprendizagem e às necessidades dos educandos, exercida em uma ambiência sufocante, hostil e contraproducente em termos pedagógicos. Os seus cruzados almejam uma escola sitiada, a serviço de valores, interesses e preceitos ideológicos sintonizados com um projeto político regressivo de sociedade. (Junqueira, 2019, p. 133).

Diante do exposto, o STF analisou como inconstitucional o Projeto de Lei “Programa Escola sem Partido” implementado em algumas cidades brasileiras, visto que

(. . .) a Constituição brasileira consagra a liberdade de aprender, ensinar, pesquisar, bem como o pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, como princípios básicos para a ministração do ensino no Brasil. Portanto, pela simples leitura (. . .) é possível perceber que o seu conteúdo restringe a liberdade de ensino prevista no texto constitucional, pois além de colocar os estudantes numa posição passiva e acrítica, veda a discussão de simples tópicos da vida social como a política, religião e a própria filosofia. (Coêlho, 2021, para. 7).

Na contramão do pensamento conservador dos últimos quatro anos (2018-2022), “(. . .) de acordo com o levantamento Educação, Valores e Direitos, 70% dos brasileiros acreditam que a escola é mais preparada do que os pais para falar de temas como puberdade e sexualidade. A maioria, — 91% —, também avalia que a educação sexual ajuda a crianças e adolescentes identificar e se prevenir contra o abuso sexual (. . .)” (Rede Brasil Atual, 2022, para. 2). Essa pesquisa, coordenada pelo Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária (Cenpec) e pela organização Ação Educativa, foi realizada pelo Instituto Datafolha, no período de 8 a 15 de março de 2022, em 130 municípios do país. Foram entrevistados(as) 2.090 brasileiros(as) de 16 anos ou mais. De acordo com os resultados,

(. . .) a pesquisa traz muitas notícias boas para a gente. Ela mostra como é grande a compreensão da população sobre a função social da escola, como parte de uma rede de proteção das crianças e adolescentes e como é uma peça essencial para enfrentamento das desigualdades entre homens e mulheres no Brasil. (Rede Brasil Atual, 2022, para. 4).

Dessa forma, é fundamental que esse debate seja plural, com diferentes saberes e parceiros envolvidos, mas que passe à margem da política partidária, da religião e do conservadorismo que impera no país nos últimos anos, com opiniões sem base científica.

Logo, a Educação Sexual (Ribeiro, 2019, p. 38)

(. . .) foi defendida em vários momentos históricos, em diferentes contextos políticos, por distintas ideologias e trata-se de temática cientificamente fundamentada nas diferentes vertentes da Ciência — Psicologia, Medicina, Antropologia, Sociologia, Pedagogia — e construída historicamente na medida que avançam a cultura e os pensamentos sexuais. É temática importante e precisa fazer parte da Educação no Brasil.

6 EDUCAÇÃO SEXUAL E PROPOSTAS PEDAGÓGICAS

6.1 Concepções pedagógicas

Antes de pensarmos no papel da escola na realização de um trabalho de sexualidade, vale destacar que é em casa que, segundo Suplicy (1999, p. 53),

(. . .) a educação sexual ocorre desde que a criança nasce, através de todas as ações que presencia ou que é sujeita, mesmo que os pais ou outros não tenham consciência de que estejam educando. Serão essas ações, na maioria indiretas, que determinarão no indivíduo a vivência psíquica e prática da sua sexualidade e a percepção da sexualidade em geral.

Neste sentido, o trabalho na escola vem dar continuidade à conversa iniciada junto às famílias ou ser o primeiro passo para aquelas que ainda não conversaram sobre sexualidade em suas casas. A escola, portanto, segundo Ribeiro (2020, p. 20),

(. . .) pode ser uma intermediadora desse aprendizado com a garantia do suporte pedagógico e respeito às diferenças e privacidade. Acredita-se que este trabalho potencializa os educadores e, na sequência, os alunos, propiciando a reflexão e o apoio ao desenvolvimento pessoal e social como acontece em todas as áreas do conhecimento. (Ribeiro, 2020, p. 20).

No entanto, para a realização de um trabalho de Educação Sexual na escola, é mais adequado que ele contemple a escola como um todo — gestores, coordenação, orientação pedagógica, docentes e demais atores sociais —, envolvendo estudantes e familiares.

A respeito do trabalho de Educação Sexual, é importante lembrar que

(. . .) a sexualidade é uma dimensão humana que se manifesta independentemente de qualquer ensinamento, mas que precisa, contudo, ter abordagens adequadas no cotidiano escolar, quer seja por meio de ações planejadas sistematicamente, quer seja pelo pronto atendimento a demandas do cotidiano por parte de todos(as) os(as) professores(as) e outros profissionais não docentes que atuam na instituição de ensino

(. . .) Para tanto é imprescindível que os profissionais de educação estejam preparados para intervir (. . .). (Fagundes, 2021, p. 61).

Na abordagem conceitual,

(. . .) que contemple, além dos aspectos biológicos e da genitalidade, as dimensões psicológicas, sociais, culturais, históricas e políticas que o tema contempla, não reduzindo-se ao corpo físico e prevenção das Infecções Sexualmente Transmissíveis ou de uma gravidez indesejada. Porque a Pedagogia da Sexualidade entende que um projeto desenvolvido nesta área precisa ser plural (. . .). (Ribeiro, 2020, p. 43).

E complementa:

(. . .) só a informação e o trabalho pontual, mesmo importantes não seriam capazes de mudar comportamentos, nem fariam com que os alunos adquirissem atitudes e habilidades preventivas diante de situações de vulnerabilidade quando elas acontecerem (. . .). (Ribeiro, 2020, p. 43).

A respeito desse trabalho, é importante que seja planejado e contínuo e que as famílias que não têm o conhecimento do trabalho de Educação Sexual realizado pela escola sejam informadas ao matricularem seus(suas) filhos(as). Por isso, é importante tê-lo no Projeto Político-Pedagógico (PPP) e que todos os envolvidos tenham acesso. Segundo Aguiar (2021, pp. 19-22),

(. . .) O Projeto Político-Pedagógico é a sistematização das ideias já consolidadas, contextualizadas e planejadas das ações educativas que acontecerão na instituição. Essas ideias são a conclusão de todo um processo de diagnóstico participativo da comunidade escolar, calcado nas leis e diretrizes que regulam o nosso sistema de ensino (. . .). A construção do PPP precisa ser uma construção participativa de todos aqueles da comunidade escolar (. . .). É a partir do PPP que o corpo docente elabora seus planos educacionais: plano de curso, plano de unidade e o famoso plano de aula, aquele aplicado diariamente a fim de que os(as) estudantes possam efetivamente ter um aprendizado contextualizado e significativo. Por meio do planejamento diário, com base no PPP, as ações pedagógicas para cada turma levam em consideração o

conjunto de experiências que cada um(a) traz (professor(es) e alunos) da sua vida pessoal, para o ambiente de ensino e aprendizagem, ou seja: para a sala de aula, cada um(a) carrega a sua vida pessoal, o seu cotidiano, a sociedade em que vive.

Essa inserção facilita o planejamento pedagógico por ano escolar, adequado à faixa etária dos(as) alunos(as) e possibilita ações para diferentes grupos da seriação escolar, os quais podem conversar entre si por meio de uma aula específica ou da interdisciplinaridade, não se limitando à aula de ciências. Em relação às disciplinas e à interdisciplinaridade, de acordo com Ribeiro (2021a, pp. 38-39),

(. . .) todas as disciplinas têm um peso significativo e importante no trabalho a ser realizado na escola. A interdisciplinaridade pode estar em toda seriação escolar da educação básica, sendo que, no Ensino Fundamental II e Ensino Médio, experiências com “aulas específicas” ou por meio de “oficinas” têm sido bem-sucedidas. São avanços significativos no plano cognitivo, psicológico, afetivo e social, com melhoria do processo de ensino e aprendizagem por parte dos alunos. As crianças quando crescem sem terem suas dúvidas esclarecidas e, neste caso, inclui o trabalho de sexualidade, ficam ansiosas, o que acaba interferindo no aprendizado escolar e comportamento social.

Este trabalho propicia aos(as) alunos(as):

1. informação sobre o corpo e cuidados de higiene;
2. melhora na autoestima;
3. passar a se proteger melhor diante de uma situação, como, por exemplo, um abuso sexual;
4. repensar valores e preconceitos;
5. integrar a criança ao grupo de colegas, o que vai ser muito importante nas suas relações sociais e em respeito às diferenças;
6. pode lidar melhor com as cobranças de gênero, tanto para as meninas quanto para os meninos;
7. iniciar uma vida sexual com mais cuidado e com comportamento preventivo.

Infelizmente, essas propostas pedagógicas para o trabalho de Educação Sexual raramente fazem parte dos cursos de licenciaturas. Segundo Aguiar (2021, p. 28),

(. . .) a maioria dos(as) educadores(as) concluiu a sua formação acadêmica sem tratar ou discutir essa temática. Urge, então, a necessidade de estudos, grupo de discussão, capacitações, imersão na realidade da comunidade escolar para a revisão dos paradigmas existentes e para uma preparação técnica de como abordar e discutir esse tema.

Por isso, é fundamental que as instituições acadêmicas e as escolas de educação básica invistam na educação continuada dos docentes. Ainda que os docentes tenham boa vontade ao auxiliar alunos(as) quanto ao tema, é importante que tenham formação teórica e metodológica, além de conhecer a dimensão biopsicossocial e as políticas públicas relacionadas para que haja a construção de uma sexualidade integral e plena.

A respeito dessas concepções pedagógicas, vale destacar: os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e a proposta da Unesco, relacionados a seguir.

6.2 Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN)

Os Parâmetros Curriculares Nacionais, os conhecidos PCN, foram lançados em 1997 e, “(. . .) mesmo sem valor de lei, são considerados o ponto culminante das políticas educacionais da década de 90, iniciadas com a Constituição Federal de 1988 e, depois, com a aprovação das leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional — lei nº 9.394/96 (. . .)” (Aguiar, 2021, p. 23).

Os PCN trazem um arcabouço teórico importante: pela primeira vez, elaborou-se uma política pública em que a sexualidade estava inserida de forma planejada, na formação educacional de crianças e adolescentes, sem contemplar apenas as informações biológicas ou perceber o trabalho de Educação Sexual apenas pelo viés da prevenção.

Consideramos os PCN como importantes documentos norteadores para os Anos Iniciais e Finais do Ensino Fundamental e para o Ensino Médio, já que se trata de um volume com temas transversais, com a proposta da transversalidade de algumas temáticas por meio das disciplinas curriculares, como um suporte importante para os(as) professores(as).

Em relação a esse volume específico, intitulado Temas Transversais, se constituía

(. . .) nas temáticas discutidas e vivenciadas pela sociedade. Denominados transversais porque permeavam as diferentes áreas de conhecimento, já que não eram

disciplinas autônomas, eram os conceitos e valores que estavam sendo vividos pelas comunidades e famílias, isto é, pelos(as) alunos(as), professores(as), especialistas e gestores(as) em seu cotidiano. (Aguiar, 2021, p. 23).

Dos seis temas transversais, um deles é “Orientação Sexual”, que se divide em três blocos de conteúdos: 1. Corpo; 2. Relações de Gênero e 3. Prevenções às Doenças Sexualmente Transmissíveis. O “(. . .) papel ao trabalhar temas transversais era refletir sobre a realidade a fim de interferir nessa realidade para transformá-la” (Aguiar, 2021, p. 24).

Segundo os PCN (Ministério da Educação, 1997, pp. 95-96),

(. . .) Os conteúdos de Orientação Sexual podem e devem ser flexíveis, de forma a abranger as necessidades específicas de cada turma a cada momento. Como decorrência, podem-se encontrar programas de Orientação Sexual bastante diversificados que incluem tópicos como pornografia, prostituição, abuso sexual, métodos contraceptivos, desejo sexual, transformações do corpo na puberdade, iniciação sexual, masturbação e muitos outros mais. A definição dos três blocos de conteúdo da presente proposta de Orientação Sexual responde à necessidade de eleger tópicos que devem ser necessariamente trabalhados e relacionados aos eleitos pelos alunos e sempre devem estar presentes em qualquer programa de Orientação Sexual, de forma a garantir informações e discussões básicas sobre sexualidade.

A respeito dos três blocos de conteúdos, o primeiro, intitulado Corpo, traz a matriz da sexualidade e a compreensão das diferenças entre organismo (a estrutura física e biológica) e corpo (a subjetividade, a corporeidade). Nesse primeiro bloco, os temas a serem trabalhados são:

(. . .) 1 – as transformações do corpo do homem e da mulher nas diferentes fases da vida, dentro de uma perspectiva de corpo integrado, envolvendo emoções, sentimentos e sensações ligadas ao bem-estar e ao prazer do autocuidado;
2 – os mecanismos de concepção, gravidez e parto e a existência de métodos contraceptivos;

- 3 – as mudanças decorrentes da puberdade: amadurecimento das funções sexuais e reprodutivas; aparecimento de caracteres sexuais secundários; variação de idade em que inicia a puberdade; transformações decorrentes de crescimento físico acelerado;
- 4 – o respeito ao próprio corpo e ao corpo do outro;
- 5 – o respeito aos colegas que apresentam desenvolvimento físico e emocional diferentes;
- 6 – o fortalecimento da autoestima;
- 7 – a tranquilidade na relação com a sexualidade. (Ministério da Educação, 1997, p. 98).

O segundo bloco de conteúdo é intitulado Relações de Gênero e aborda a temática a partir das construções sociais de “masculino” e “feminino”, excluindo o conceito biológico como determinante para as diferenças entre os sexos. O debate apontado pelos PCN é sobre as relações autoritárias e a rigidez dos papéis atribuídos, principalmente aos homens, buscando uma transformação. Nesse segundo bloco, os temas a serem trabalhados são:

- (. . .) 1 – a diversidade de comportamento de homens e mulheres em função da época e do local onde vivem;
- 2 – a relatividade das concepções tradicionalmente associadas ao masculino e ao feminino;
- 3 – o respeito pelo outro sexo, na figura das pessoas com as quais se convive;
- 4 – o respeito às muitas e variadas expressões do feminino e masculino. (Ministério da Educação, 1997, p. 100).

O terceiro bloco de conteúdo, Prevenções às Doenças Sexualmente Transmissíveis, apresenta informações sobre as doenças e, em especial, a aids, com fatos e preconceitos associados a cada uma delas. Nesse bloco, os temas a serem trabalhados são:

- (. . .) 1 – o conhecimento da existência de doenças sexualmente transmissíveis;
- 2 – a compreensão das formas de prevenção e vias de transmissão da AIDS;
- 3 – a comparação entre as formas de contato que propiciam contágio e as que não envolvem riscos;
- 4 – recolher, analisar e processar informações sobre a AIDS, por meio de folhetos ilustrados, textos e artigos de jornais e revistas;

- 5 – o conhecimento e a adoção dos procedimentos necessários em situações de acidente ou ferimentos que possibilitem o contato sanguíneo;
- 6 – o repúdio às discriminações em relação aos portadores de HIV e doentes de AIDS;
- 7 – o respeito e a solidariedade na relação com pessoas portadoras do vírus HIV ou doentes de AIDS. (Ministério da Educação, 1997, p. 101).

Esse conjunto de documentos efetiva a presença do poder público na discussão da Educação Sexual e, com isso, versa sobre a sua importância para o pleno desenvolvimento físico, afetivo, social e cognitivo de crianças e adolescentes. Infelizmente, “(. . .) nós da área de Educação perdemos o bonde da história, ignoramos a oportunidade surgida com os PCNs e os temas transversais, e nada fizemos para o desenvolvimento e implantação de cursos para a formação de professores em educação sexual” (Ribeiro, 2017, p. 14).

Diante da insegurança de muitos docentes na abordagem de alguns conteúdos, por falta de formação em Educação Sexual, os PCN são instrumentos pedagógicos desenvolvidos com uma ótima fundamentação teórica e, digamos, oficial, porque foi desenvolvido pelo Ministério da Educação. Mesmo não tendo o caráter obrigatório como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (Ministério da Educação, 2019), é um documento público.

Nesse sentido, o(a) professor(a) tem uma

(. . .) ‘permissão’ oficial de se abordar a orientação sexual em sala de aula, pois, de acordo com a documentação do Ministério da Educação, ainda que não passe de propostas e sugestões, a escola e o professor podem se sentir resguardados ou fortalecidos para trabalhar uma temática antes regida por um espectro do medo e da proibição (. . .). (Leão, Ribeiro, & Bedin, 2010, p. 44).

Mesmo não tendo atualmente uma proposta pedagógica do governo federal que retome essa conversa de forma efetiva, para que o trabalho de educação sexual aconteça, seja em que instância for, é preciso o comprometimento de todos os envolvidos. Inclusive, os(as) professores(as), que precisam andar de um lado para o outro se multiplicando em várias escolas ou turnos, devem ter tempo para estudar e deveria ser garantido o direito de encontrarem seus pares para discussão, tendo estrutura e recursos pedagógicos fornecidos pela instituição ou secretaria de ensino onde o trabalho se realize.

6.3 Base Nacional Comum Curricular (BNCC)

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) foi aprovada em 2017 para a Educação Infantil e Ensino Fundamental. Enquanto os PCN não têm o peso de lei, a BNCC traz um caráter normativo, ou seja, deve ser seguida por todas as escolas, públicas e particulares. Dessa forma, “(. . .) ela precisa ser seguida nos sistemas escolares de todo o Brasil, em um regime de colaboração, sendo que os currículos e projetos pedagógicos das escolas devem adequar as proposições nacionais à realidade local, considerando o contexto” (Aguiar, 2021, p. 24).

Na estrutura da BNCC, há também temas transversais que, nesse caso, são os “temas contemporâneos transversais (TCTs)”. Segundo esse documento, a abordagem desses temas na escola traz a melhoria do processo ensino e aprendizagem, contextualizando o planejamento pedagógico realizado em sala de aula e buscando, a partir dessa abordagem, um melhor desenvolvimento dos(as) alunos(as) como cidadãos(ãs).

Segundo a BNCC [itálicos nossos] (Ministério da Educação, 2019, p. 6):

(. . .) os *Temas Contemporâneos Transversais* (TCTs) têm a condição de explicitar a ligação entre os diferentes componentes curriculares de forma integrada, bem como de fazer sua conexão com situações vivenciadas pelos estudantes em suas realidades, contribuindo para trazer contexto e contemporaneidade aos objetos do conhecimento descritos na *Base Nacional Comum Curricular* (BNCC). Dentre os vários pesquisadores que investigam e discorrem sobre a relevância e responsabilidade da educação, parece ser consenso que, para atingir seus objetivos e finalidades há que se adotar uma postura que considere o contexto escolar, o contexto social, a diversidade e o diálogo. Os TCTs na BNCC também visam cumprir a legislação que versa sobre a Educação Básica, garantindo aos estudantes os direitos de aprendizagem, pelo acesso a conhecimentos que possibilitem a formação para o trabalho, para a cidadania e para a democracia e que sejam respeitadas as características regionais e locais, da cultura, da economia e da população que frequentam a escola.

Os TCTs são divididos e descritos em seis áreas:

(. . .) 1 – Meio Ambiente: educação ambiental e educação para o consumo; 2 – Economia: trabalho, educação financeira e educação fiscal; 3 – Saúde: saúde,

educação alimentar e nutricional; 4 – Cidadania e civismo: vida familiar e social, educação para o trânsito, educação em direitos humanos, direitos das crianças e dos adolescentes, processo de envelhecimento, respeito e valorização do idoso; 5 – Multiculturalismo: diversidade cultural, educação para valorização do multiculturalismo nas matrizes históricas e culturais brasileiras; 6 – Ciência e tecnologia: ciência e tecnologia. (Aguiar, 2021, p. 25).

Dessa forma, “(. . .) as propostas podem ser trabalhadas tanto em um ou mais componentes de forma intradisciplinar, interdisciplinar ou transdisciplinar, mas sempre transversalmente às áreas de conhecimento” (Ministério da Educação, 2019, p. 7). Nesse sentido, vamos entender que a abordagem intradisciplinar como o “cruzamento entre conteúdo e habilidades”, a interdisciplinar como “módulos de aprendizagem integrada”, e transdisciplinar como “projetos integradores e transdisciplinares” (Ministério da Educação, 2019, p. 9).

Além disso,

(. . .) As propostas visam ainda contribuir para que os estudantes sejam conscientes de seu processo de aprendizagem e para que o professorado possa estabelecer uma estruturação mais aberta e flexível dos conteúdos escolares. As propostas estão vinculadas à perspectiva do conhecimento globalizado e relacional e buscam articular os conhecimentos escolares, organizar as atividades de ensino, mas não de uma forma rígida, nem, necessariamente, em função de referências disciplinares preestabelecidas. (Ministério da Educação, 2019, p. 9).

Diferentemente dos PCN, que tinham um caderno¹⁸ específico sobre sexualidade na escola, na BNCC, esse tema foi ceifado. Nesse sentido,

(. . .) a orientação sexual não aparece entre os chamados temas integradores do novo documento. Os temas integradores dizem respeito a questões que atravessam as experiências dos sujeitos em seus contextos de vida, contemplando aspectos para além da dimensão cognitiva, dando conta da formação política, ética e identitária dos estudantes (. . .). O silêncio sobre a orientação sexual na Base parece dialogar com a

¹⁸ Caderno 10 - Pluralidade e Orientação Sexual (Brasil, 1997).

recente polêmica envolvendo a retirada de menções a gêneros nos planos estaduais e municipais de educação. (Paiva, 2015, para. 3).

Das três versões apresentadas, antes da quarta e última, o termo sexualidade só aparece na terceira, como saúde e sexualidade,

(. . .) no entanto, tão logo que a mesma foi apresentada à bancada conservadora do Congresso Nacional já se deu ao trabalho e não mediram esforços para sua retirada. No entanto, não fora só com a palavra sexualidade, mas todas as palavras que compõem discussões necessárias da área, tais como gênero, orientação sexual e identidade de gênero. (Silva, 2020, p. 104).

É importante destacar que, além de não permitir à criança e ao adolescente o conhecimento do próprio corpo e a compreensão da sua identidade, essas temáticas não sendo contempladas na base da educação — e, com isso, nos currículos — perde-se a chance de um trabalho sistematizado e planejado, fundamental para a compreensão das dimensões técnica, estética, política e ética, descritas por Silva (2020, p. 111):

(. . .) A dimensão técnica, refere-se à necessidade de uma preparação formal, sistematizada e científica quanto à formação continuada na área, fortalecendo assim o domínio nos conteúdos básicos de sexualidade e Educação Sexual. Ou seja, é preciso formação, conhecimento e muita leitura na área. Já na dimensão estética, a mesma se refere à sensibilidade e a beleza da sexualidade, não mais como algo feio, sujo e vulgar. Cabendo a nós, educadores, ressignificarmos essa visão negativa da sexualidade para uma vivência positiva e saudável da mesma (. . .). Em sua dimensão política, devemos assumir nosso compromisso quanto à participação ativa frente à luta na construção de uma Educação Sexual emancipada. Mesmo frente a tantos obstáculos, precisamos ser resistentes e acreditar que esse trabalho é fundamental para nossas crianças (. . .) a dimensão ética, que além do nosso compromisso já assumido, deve nos levar sempre a questionamentos sob o porquê e para que a ensinamos, possibilitando o planejar e replanejar de nossas ações constantemente, possibilitando assim diálogos tão necessários nesse campo do conhecimento.

Mesmo diante das questões apresentadas, muitos(as) profissionais acreditam que podem trabalhar o tema na BNCC por meio das brechas do documento. As questões que ficam são: diante da importância do tema e sua relevância para o desenvolvimento e proteção de crianças e adolescentes, até quando a sexualidade será abordada pela “fresta da porta”? Quando ficará claro que o trabalho proposto pela escola não é ensinar a fazer sexo e tão pouco incentivar uma prática sexual precoce? Se a Educação Sexual for pensada como prevenção à violência sexual contra crianças e adolescentes, seria possível compreender que ignorar o assunto não é uma atitude que se alia à Educação ou que previne os riscos que os(as) alunos(as) e filhos(as) passam cotidianamente.

Buscar brechas ou deixar de realizar projetos nessa área é esquecer que

(. . .) a educação sexual ocorre desde que a criança nasce, através de todas as ações que presencia ou que é sujeita, mesmo que os pais ou outros não tenham consciência de que estejam educando. Serão essas ações, na maioria indiretas, que determinaram no indivíduo a vivência psíquica e prática da sua sexualidade (. . .). (Suplicy, 1999, p. 51).

6.4 Proposta da Unesco

Educação em Sexualidade, o mesmo que Educação Sexual (termo utilizado nesta dissertação) ou Orientação Sexual (pelos PCN), é a nomenclatura utilizada pela Unesco¹⁹ para definir a metodologia do seu trabalho de sexualidade.

Na metodologia da Unesco, o trabalho é dividido em sete conceitos-chaves:

- (. . .) • Conceito-chave 1: educação.
- Conceito-chave 2: relacionamentos.
 - Conceito-chave 3: valores, atitudes e habilidades.
 - Conceito-chave 4: cultura, sociedade e direitos humanos.
 - Conceito-chave 5: desenvolvimento humano.
 - Conceito-chave 6: comportamento sexual.
 - Conceito-chave 7: saúde sexual e reprodutiva. (Unesco, 2023, p. 16).

¹⁹ A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura é uma agência especializada das Nações Unidas com sede em Paris, fundada em 16 de novembro de 1945.

Os conceitos-chave

(. . .) foram utilizados para identificar as leis em vigor no ordenamento jurídico brasileiro e os tratados internacionais (dos quais o Brasil é signatário) que garantem a abordagem da educação em sexualidade e gênero nas escolas de educação básica. As ‘Orientações técnicas de educação em sexualidade para o cenário brasileiro’ estabelecem tópicos de aprendizagem por faixa etária, além dos conceitos-chave. (Unesco, 2023, p. 16).

Cada conceito-chave é dividido em quatro níveis, cada um representando um segmento etário:

1. Nível I (5-8 anos);
2. Nível II (9-12 anos);
3. Nível III (12-15 anos);
4. Nível IV (15-18 anos).

Dessa forma, a metodologia para o trabalho de sexualidade na escola da Unesco apresenta essa organização (Unesco, 2023, pp. 16-18):

- Conceito-chave 1: educação
 1. Direito à educação inclusiva, equitativa e de qualidade.
 2. Assegurar a educação inclusiva, equitativa e de qualidade, bem como promover a oportunidade de aprendizagem ao longo da vida para todas e para todos.

Ideias-chave por faixa etária

Nível I (5-8 anos)

Todos têm direito à educação.

Nível II (9-12 anos)

Todos têm direito à educação, à educação em saúde e de qualidade.

Nível III (12-15 anos)

Todos têm direito à educação inclusiva e equitativa de qualidade.

Nível IV (15-18 anos)

Todos têm direito à educação inclusiva e equitativa de qualidade e a promover a oportunidade de aprendizagem ao longo da vida para todas e para todos.

- Conceito-chave 2: relacionamentos
 1. Famílias.
 2. Amizade, amor e relacionamentos.
 3. Respeito, tolerância e solidariedade.
 4. Namoro, casamento, união estável, filhos e relacionamentos eventuais.

Ideias-chave por faixa etária

Nível I (5-8 anos)

A composição das famílias muda ao longo do tempo.

Nível II (9-12 anos)

Entre os diversos tipos de família estão: nuclear, estendida, homoafetiva, homoparental, sem filhos, orientada por pai, mãe, avós, padrastos ou outros.

Nível III (12-15 anos)

Igualdade, cooperação e respeito mútuo são importantes para a boa dinâmica familiar.

Nível IV (15-18 anos)

Quando ocorre uma crise na família é importante o apoio dos seus membros.

- Conceito-chave 3: valores, atitudes e habilidades
 1. Valores, atitudes e referências de aprendizado em sexualidade.
 2. Normas e influência dos pares sobre o comportamento sexual.
 3. Tomada de decisões.
 4. Habilidades de comunicação, recusa e negociação.

Ideias-chave por faixa etária

Nível I (5-8 anos)

Pessoas, pares, famílias e comunidades podem ter valores diferentes e que devem ser respeitados, desde que não estejam em desacordo com os direitos humanos.

Nível II (9-12 anos)

Os valores culturais influenciam a igualdade e as expectativas de gênero masculinas e femininas.

Nível III (12-15 anos)

É importante conhecer de que modo nossos próprios valores, crenças e atitudes afetam os direitos de outras pessoas.

Nível IV (15-18 anos)

É necessário saber diferenciar entre os valores pessoais (morais e religiosos) e os valores importantes para a vida em sociedade, como a solidariedade e o respeito à diversidade humana e às diferenças de pensamento

- Conceito-chave 4: cultura, sociedade e direitos humanos
 1. Sexualidade, cultura e direitos humanos.
 2. Sexualidade e mídia.
 3. Construção social de gênero.
 4. Violência de gênero, abuso sexual e práticas prejudiciais.

Ideias-chave por faixa etária

Nível I (5-8 anos)

Famílias, pessoas, grupos, comunidades e mídia são fontes de informação sobre sexualidade e gênero.

Nível II (9-12 anos)

As pessoas podem questionar as regras de conduta impostas pela cultura e com respeito ao gênero e à sexualidade.

Nível III (12-15 anos)

As pessoas devem analisar criticamente as mensagens das instituições sociais (família, escola, igreja, meios de comunicação, grupos sociais) sobre sexualidade para não as reproduzir sem reflexão.

Nível IV (15-18 anos)

O reconhecimento dos direitos humanos exige que se respeite as pessoas de diferentes orientações sexuais e identidades de gênero.

- Conceito-chave 5: desenvolvimento humano
 1. Anatomia e fisiologia sexual e reprodutiva.
 2. Reprodução.
 3. Puberdade.
 4. Imagem corporal.
 5. Privacidade e integridade corporal.

Ideias-chave por faixa etária

Nível I (5-8 anos)

Família e educadores devem responder às perguntas de forma precisa e dentro dos limites do seu interesse.

Nível II (9-12 anos)

As culturas têm diferentes maneiras de interpretar os corpos.

Nível III (12-15 anos)

As culturas têm diferentes modos de entender sexo, sexualidade, gênero e o momento ideal para o início das relações sexuais.

Nível IV (15-18 anos)

Meninos e meninas transgêneros devem ter seu direito assegurado de utilizar seus nomes sociais na escola.

- Conceito-chave 6: comportamento sexual
- 1. Sexo, sexualidade e ciclo de vida sexual.
- 2. Comportamento sexual.

Ideias-chave por faixa etária

Nível I (5-8 anos)

As pessoas demonstram carinho de diferentes formas.

Nível II (9-12 anos)

Relações sexuais requerem maturidade física e emocional.

Nível III (12-15 anos)

Cada sociedade tem seus próprios mitos sobre comportamento sexual – é importante conhecer o contexto.

Nível IV (15-18 anos)

Os parceiros sexuais são responsáveis por evitar a gravidez e prevenir as IST, inclusive o HIV

- Conceito-chave 7: saúde sexual e reprodutiva
- 1. Saúde reprodutiva.
- 2. Entender, reconhecer e reduzir o risco de IST, inclusive o HIV.
- 3. Estigma, tratamento, assistência e apoio às pessoas vivendo com HIV e aids.

Ideias-chave por faixa etária

Nível I (5-8 anos)

Algumas pessoas não desejam ter filhos.

Nível II (9-12 anos)

É importante o acesso a informações corretas sobre preservativos e outros meios de evitar a gravidez, o HIV e outras IST.

Nível III (12-15 anos)

Não se deve recusar acesso a preservativos a nenhum jovem sexualmente ativo com base em seu estado marital, sexo, orientação sexual ou identidade de gênero.

Nível IV (15-18 anos)

Os métodos contraceptivos permitem que as pessoas planejem suas famílias.

Com essa proposta metodológica da Unesco, a instituição busca debater o direito à educação em sexualidade e discutir gênero com crianças e adolescentes no Brasil, no contexto da ciência, dos direitos humanos e da equidade de gênero, de acordo com as leis brasileiras e os marcos nacionais e internacionais, assinados pelo Brasil, que é signatário desses acordos.

Mesmo a proposta da Unesco propondo um trabalho a partir dos cinco anos de idade, esta dissertação traz a perspectiva de um trabalho desde que a criança nasce, como destacamos no início deste capítulo. Isso se deve à sexualidade infantil estar presente desde o nascimento, ou seja, a criança sente

(. . .) prazer ao tocar os genitais desde a infância. Ou seja, a masturbação. A criança ao longo do seu processo de crescimento, começa a descobrir seu corpo e as infinitas sensações que ele lhe traz (. . .) além disso, a masturbação mesmo sendo prazerosa, não tem esse significado tão elaborado. Seria apenas um jeito prazerosa de explorar o corpo, algo que começou com os primeiros movimentos do bebê, evoluiu aos 2 anos para descobertas como o cutucar do nariz e dos ouvidos com os dedos (. . .). (Muller, 2013, p. 59).

Independente da proposta pedagógica desenvolvida pelo docente na escola ou dos cuidados das famílias em casa, é importante que essa conversa esteja inserida na realidade e seja feita de acordo com a idade da criança ou, no caso da escola, adequada ao ano escolar.

7 POLÍTICAS PÚBLICAS

7.1 Conceito de políticas públicas

Desde os primórdios da humanidade, existem agrupamos em sociedades. Os grupos sociais desenvolveram-se das chamadas tribos até a complexidade organizacional de um Estado moderno. Para que o Estado exista, indivíduos e grupos sociais têm sido obrigados a conceder competências e poderes a instituições públicas para que estas possam efetivamente gerir ou organizar assuntos que afetam a comunidade.

Nesse sentido, um Estado executa três tipos de funções de acordo com uma tipologia simples: funções básicas, funções intermediárias e funções avançadas. Estas últimas dizem respeito a políticas ativas em todos os seus campos de atuação e a políticas que favoreçam a coordenação entre as ações dos diferentes níveis de governo.

Repensar do papel do Estado passa por testar instrumentos alternativos que possam aumentar a eficácia e a eficiência das ações do setor público, principalmente em termos de proteção social, oferecendo um nível básico de apoio aos cidadãos(ãs) mais pobres, que vivem em vulnerabilidade social, são excluídos(as) do mercado de trabalho, como as pessoas transsexuais e as travestis ou as vítimas de violências, de forma a assegurar-lhes um nível digno de qualidade de vida. A esse conjunto de políticas ativas em todos os campos de atuação do Estado atribui-se o nome de “políticas públicas”.

Antes de identificar algumas ações governamentais relacionadas à sexualidade, gênero e prevenção realizadas no Brasil, vale conceituar política pública para alguns autores.

Para Dye (2011, p. 76), por exemplo, a política pública é simplesmente “o que o governo escolhe fazer ou não fazer”. Eulau e Prewitt (1973) definem política pública como uma decisão permanentemente caracterizada por comportamento consistente e repetitivo, tanto de quem a faz quanto de quem a cumpre. Frohock (1979) menciona que uma política pública é uma prática social e não um evento singular ou isolado, causado pela necessidade de conciliar demandas conflitantes ou estabelecer incentivos para a ação coletiva entre aqueles que compartilham objetivos. Cochran e Malone (1995), assim como o que acontece no Brasil, definem políticas públicas como decisões políticas para a implementação de programas que visam atingir objetivos sociais.

Enfatizando o elemento político, Grau (2002, p. 173) afirma que “(. . .) políticas públicas são o conjunto de ações, processos, interações e trocas entre atores que ocorrem nas esferas do poder político”.

Jenkins (1978, p. 234), por sua vez, define uma política pública como

(. . .) um conjunto de decisões interrelacionadas, tomadas por um ou vários atores políticos, em relação à seleção de objetivos e os meios para alcançá-los, dentro de uma situação específica, onde essas decisões devem, em princípio, estar dentro do escopo de competência desses atores.

As políticas públicas refletem o que para uma gestão são os valores mais relevantes de uma sociedade, muitas vezes sem pensar no “bem maior” de um grupo social. E, de acordo com alguns interesses, inclusive partidários e econômicos, as políticas públicas deixam claro qual valor, dos muitos diferentes, tem prioridade em uma determinada decisão. Assim, uma política pública

(. . .) é o resultado da atividade de uma autoridade investida do poder público e da legitimidade governamental. Corresponde, portanto, aos atos e não atos cometidos por uma autoridade pública em resposta a um problema em um setor relevante de sua competência e se apresenta como um programa de ação governamental em um setor da sociedade ou em um espaço geográfico (Meny & Thoenig, 1992, p. 167).

Neste sentido, observa-se que toda política pública envolve um mecanismo de alocação pública de recursos e oportunidades entre diferentes grupos sociais com interesses e preferências muitas vezes conflitantes.

Segundo Sáez (1997, p. 127), “(. . .) as políticas públicas são o conjunto de objetivos, decisões e ações realizadas por um governo para resolver os problemas que em um determinado momento os cidadãos e o próprio governo consideram prioritários”. Dentro dessa perspectiva, as políticas públicas podem ser entendidas como um processo que se inicia quando um governo ou gestor público detecta a existência de um problema que, por sua importância, merece sua atenção, e que termina com a avaliação dos resultados alcançados e de que forma foram assumidas ações para eliminar, mitigar ou variar aquele problema.

Em relação ao trabalho de Educação Sexual, não temos uma política pública retilínea e planejada, mas ações pontuais ou projetos relevantes, mas sem durabilidade ou que beneficiem a população como um todo. Essa percepção decorre da constatação de que o debate público sobre Educação Sexual é objeto de disputa e tensionamento moral permanentes, coincidindo com a tese de que, por ação ou omissão, o conflito age como motor

da política. Dessa feita, é forçoso olhar para os gestores públicos como responsáveis pela ausência direta de posicionamentos oficiais.

7.2 Políticas públicas para o trabalho de educação sexual

As políticas públicas relacionadas à Educação Sexual devem garantir o direito à informação, o combate a todo tipo de preconceito e discriminação (leia-se também misoginia, homofobia, racismo etc.) e a proteção de crianças e adolescentes. Muitas vezes desconhecidas do grande público, é importante que todas as pessoas tenham acesso aos serviços educativos e de saúde e sejam acolhidas sem julgamento moral, religioso ou no conceito pessoal de “eu acho o que é melhor para você!”.

Reforçando a ideia já trazida neste trabalho, essas políticas precisam estar pautadas na ciência, nos direitos humanos, na equidade de gênero e na formação do cidadão e da cidadã.

Dos programas realizados, destacamos cinco.

7.2.1 Programa Salto para o Futuro (1995)

Das políticas públicas realizadas no Brasil, uma das mais antigas e importantes foi o programa Salto para o Futuro, de educação a distância, quando essa modalidade de ensino ainda não era tão disseminada no país.

O Salto para o Futuro estreou veiculado pela TV Escola. Com o início da epidemia da aids no Brasil, por meio de uma política interministerial dos Ministérios da Saúde e da Educação e da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República, o programa passou a ser um veículo para a formação dos docentes nos temas relacionados principalmente à prevenção das DST/AIDS e das drogas.

Segundo o Ministério da Saúde (1998, p. 7), “(. . .) o ensino a distância foi escolhido para atingir, ao mesmo tempo, o maior número de professores, vencendo a distância, conseguindo — em um prazo mínimo — atingir a todos os interessados nas dificuldades encontradas, no trato com a prevenção das DST/AIDS e drogas”.

O programa era transmitido ao vivo de segunda à sexta-feira, das 19h às 20h, e era reprisado em horários diversos no dia seguinte, como um meio de educação continuada dos docentes do Ensino Fundamental e do Ensino Médio, com séries especiais para os(as) professores(as) da Educação Infantil.

O Salto para o Futuro

(. . .) se tornou referência para professores e educadores de todo o país. O Salto utiliza diferentes mídias — TV, internet, fax, telefone e material impresso — no debate de questões relacionadas à prática pedagógica e à pesquisa no campo da educação. Embora o programa Salto para o Futuro seja especificamente produzido para o aperfeiçoamento de professores e educadores em exercício, em alguns municípios, o Salto também é utilizado como apoio aos cursos de formação de professores para as séries iniciais, ficando a critério de cada estado a avaliação e a certificação dos participantes. (Ministério da Educação, 2018).

Como exemplo, para que conheçamos a estrutura dos programas, a série Prevenir é sempre melhor, composta de 19 programas, apresentado um por dia, trazia como recursos pedagógicos um boletim, atividades do(a) aluno(a) e guia do(a) professor(a):

(. . .) BOLETIM: São 19 textos, sendo 5 sobre sexualidade; 4 sobre DST/aids; 4 sobre drogas e 6 sobre o planejamento do projeto de DST/aids e drogas para escola.

ATIVIDADE DO ALUNO: inclui atividades escolares, que cumprem um grande número de objetivos para o ensino em programas de prevenção de DST/Aids e drogas. Os professores podem selecionar aquelas que sejam mais relevantes para sua escola adaptar sua linguagem, ilustrações e conteúdo, de acordo com a idade dos alunos.

GUIA DO PROFESSOR: Contém instruções específicas sobre como fazer cada atividade e informações para o ensino em programas sobre HIV/Aids/DST e drogas. As atividades podem ser adaptadas de acordo com o público-alvo. (Ministério da Saúde, 1998, p. 13).

De acordo com Braga (2017, p. 50), o “(. . .) Programa Salto para o Futuro atingiu aproximadamente 250 mil professores e mais de 9 milhões de alunos do Ensino Fundamental e Médio”.

Ainda segundo Braga, em um *PowerPoint* de apresentação no Centro Universitário Salesiano de São Paulo, em 25 de fevereiro de 2023, para as séries Prevenir é sempre melhor e Crescendo de bem com a vida, apresentadas no programa e que tratavam dos temas

relacionados à sexualidade e prevenção, foram produzidos “(. . .) 80 mil livros e 2,2 milhões de gibis” como material educativo para professores(as) e alunos(as)²⁰.

7.2.2 Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH) (2003)

O Plano Nacional de Direitos Humanos (PNEDH) foi lançado em 2003 e reeditado com algumas reformulações em 2007 e em 2018, esta sendo sua última versão e a citada neste trabalho.

O PNEDH

(. . .) está apoiado em documentos internacionais e nacionais, demarcando a inserção do Estado brasileiro na história da afirmação dos direitos humanos e na Década da Educação em Direitos Humanos, prevista no Programa Mundial de Educação em Direitos Humanos (PMEDH) e seu Plano de Ação. São objetivos balizadores do PMEDH conforme estabelecido no artigo 2: a) fortalecer o respeito aos direitos humanos e liberdades fundamentais; b) promover o pleno desenvolvimento da personalidade e dignidade humana; c) fomentar o entendimento, a tolerância, a igualdade de gênero e a amizade entre as nações, os povos indígenas e grupos raciais, nacionais, étnicos, religiosos e linguísticos; d) estimular a participação efetiva das pessoas em uma sociedade livre e democrática governada pelo Estado de Direito; e) construir, promover e manter a paz. (Ministério da Educação, 2018, p. 10).

Dessa forma, o debate para a educação em direitos humanos “(. . .) está imbricada no conceito de educação para uma cultura democrática, na compreensão dos contextos nacional e internacional, nos valores da tolerância, da solidariedade, da justiça social e na sustentabilidade, na inclusão e na pluralidade” (Ministério da Educação, 2018, p. 11).

Quando a conversa é sobre sexualidade, torna-se fundamental que os(as) professores(as) e demais atores sociais da escola contemplem a diversidade humana e que essa questão esteja presente em toda seriação escolar, com conteúdos adequados à idade do(a) aluno(a) para sua maior compreensão e melhor aprendizagem.

Um programa de Educação Sexual precisa contemplar o debate às diferenças, a inclusão de todas as pessoas, com direitos iguais, fortalecendo a ideia de que a diferença não

²⁰ Vale ressaltar que atuei como um dos autores neste material, composto por 3 livros e 3 conjuntos de gibis, com 5 exemplares cada um, divididos para a faixa etária de 3 a 6, 7 a 9 e 10 a 12 anos de idade.

significa desigualdade. Esses requisitos são corroborados nos termos presentes no PNEDH, que afirma que a educação contribui para:

- (. . .) • criar uma cultura universal dos direitos humanos;
 - exercitar o respeito, a tolerância, a promoção e a valorização das diversidades (étnico-racial, religiosa, cultural, geracional, territorial, físico-individual, de gênero, de orientação sexual, de nacionalidade, de opção política, dentre outras) e a solidariedade entre povos e nações;
 - assegurar a todas as pessoas o acesso à participação efetiva em uma sociedade livre.
- (Ministério da Educação, 2018, p. 12).

Na realidade atual, alguns princípios de igualdade, respeito e convivência saudável têm sido violados e, em relação à sexualidade, tornou-se ainda mais preocupante diante de comportamentos misóginos, homofóbicos, racistas e com os mais diferentes tipos de preconceitos. Tais questões se referem

(. . .) a violações de direitos humanos, tanto no campo dos direitos civis e políticos, quanto (. . .) o agravamento da intolerância étnico-racial, religiosa, cultural, geracional, territorial, físico-individual, de gênero, de orientação sexual, de nacionalidade, de opção política, dentre outras, mesmo em sociedades consideradas historicamente mais tolerantes. (Ministério da Educação, 2018, p. 7).

Por meio da efetivação de políticas públicas pelos governantes, da organização da sociedade civil, do comprometimento da mídia para com esses direitos, da conversa na escola sobre direitos humanos e da mudança no comportamento pessoal e social de todas as pessoas, é possível garantir a proteção dos direitos humanos e a sua aplicação no cotidiano, independente dos espaços que se habita.

7.2.3 Saúde e Prevenção nas Escolas (SPE) (2003)

O Projeto *Saúde e Prevenção nas Escolas: guia para a formação de profissionais de saúde e de educação* (SPE) foi implementado em 2003 pelos Ministérios da Saúde e da Educação em parceria com algumas agências da ONU (UNFPA, Unesco & Unicef) e a participação de adolescentes e jovens.

Essa ação “(. . .) representa um marco na integração saúde-educação e privilegia a escola como espaço para a articulação das adolescentes e jovens, mediante a participação dos sujeitos desse processo: estudantes, famílias, profissionais da educação e da saúde” (Ministério da Saúde, 2006, p. 5).

Segundo Braga, essa iniciativa “(. . .)teve seu foco nas estratégias de educação em sexualidade, relações de gênero, prevenção do HIV e de outras DST (. . .) por meio da organização de grupos Intersetoriais e pela garantia da formação conjunta de profissionais de educação e saúde, bem como jovens” (Braga, 2017, pp. 50-51).

As atividades desenvolvidas incluíam a elaboração de material educativo e a distribuição de preservativos em escolas que trabalhassem a temática da educação sexual.

Os objetivos do Projeto Saúde e Prevenção nas Escolas eram:

(. . .) • incentivar o desenvolvimento de políticas públicas voltadas para a promoção da saúde sexual e saúde reprodutiva, com a redução da incidência das doenças sexualmente transmissíveis e da infecção pelo HIV na população jovem.

- fomentar a participação juvenil para que adolescentes e jovens possam atuar como sujeitos transformadores da realidade.
- ampliar o debate sobre gravidez na adolescência na perspectiva dos direitos sexuais e reprodutivos de adolescentes e jovens.
- contribuir para a redução da evasão escolar relacionada na gravidez na adolescência.
- ampliar os recursos da escola para que desempenhe seu papel democrático no respeito e convívio com as diferenças.
- fomentar a inserção das temáticas relacionadas à educação no campo da sexualidade ao cotidiano da prática pedagógica dos professores.
- ampliar parcerias entre escolas, instituições governamentais e não governamentais visando à integração de esforços para a formação integral do educando.
- promover a ampliação da capacidade de acolhimento das demandas em saúde da população jovem nas Unidades Básicas de Saúde.
- construir uma rede integrada saúde-educação para colaborar na redução dos agravos à saúde da população jovem.
- apoiar ações de formação continuada para profissionais de educação e saúde para responder às diferentes situações relacionadas à vivência da sexualidade no cotidiano dos adolescentes e jovens escolarizados.
- ampliar o diálogo sobre viver e conviver com HIV/Aids nas escolas.

- promover o diálogo na família e na comunidade e integrá-las ao Projeto Saúde e Prevenção nas Escolas.
- construir redes para a troca de experiências entre participantes do projeto nos diversos estados e municípios brasileiros.
- contribuir para a sustentabilidade das ações de promoção do SPE, visando consolidar políticas públicas de proteção à adolescência e a juventudes brasileiras. (Unesco, 2010, pp. 7-8).

É fundamental um planejamento intersetorial²¹ para que os resultados de promoção da saúde e prevenção alcancem resultados favoráveis a partir de uma política pública integrada aos diferentes setores, entre educação e saúde.

Em 2007, “(. . .) como forma de ampliar as ações de saúde voltadas para alunos e alunas de rede pública de ensino, criou-se um novo programa de atenção à saúde da população escolarizada: o Programa Saúde na Escola (PSE), instituído pelo Decreto Presidencial nº 6286, de 05 de dezembro de 2007. Assim, atualmente, o SPE faz parte do PSE (. . .)” (Unesco, 2010, p. 9).

Na prática, o PSE possibilitou uma articulação maior e mais integrada entre a Saúde e a Educação e a possibilidade de novos aportes financeiros. A Educação e a Saúde formam a base de sustentação de realização das ações do PSE e do SPE que, por sua vez, para terem resultados positivos, precisam estar inseridos no projeto pedagógico da escola, da educação continuada dos profissionais envolvidos, no engajamento das famílias e na intersetorialidade.

7.2.4 Programa Saúde na Escola (PSE) (2007)

Para uma melhor compreensão do Programa Saúde na Escola, mencionado no item 7.2.3, esta seção apresenta uma breve descrição dessa política pública, à qual foi incorporada o Projeto Saúde e Prevenção nas Escolas.

Implementado em 2007 pelo governo federal, com a articulação intersetorial dos Ministério da Saúde e da Educação, “(. . .) o PSE tem como objetivo contribuir para a formação integral dos estudantes por meio de ações de promoção, prevenção e atenção à saúde, com vistas ao enfrentamento das vulnerabilidades que comprometem o pleno

²¹ A intersetorialidade pressupõe o trabalho conjunto com profissionais de diferentes áreas e, por isso, deve-se pensar também na realização de atividades que possam promover uma mudança de postura por parte de componentes das instituições públicas ou privadas.

desenvolvimento de crianças e jovens da rede pública de ensino” (Ministério da Educação, 2007).

O PSE (Ministério da Educação, 2007) busca atingir em suas ações:

- alunos(as) da Educação Básica;
- gestores escolares;
- profissionais de Saúde e Educação;
- atores sociais da escola ou toda comunidade escolar;
- estudantes da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica e
- alunos(as) da Educação de Jovens e Adultos (EJA).

Essa articulação entre a educação e a saúde é o principal alicerce para que as ações aconteçam. Assim, “(. . .) o PSE é uma estratégia de integração da saúde e educação para o desenvolvimento da cidadania e da qualificação das políticas brasileiras. Sua sustentabilidade e qualidade dependem de todos nós” (Reprolatina, 2016, p. 24).

Para atingir o objetivo e o alcance das metas planejadas do PSE, “(. . .) é de fundamental importância compreender a Educação Integral como um conceito que compreende a proteção, a atenção e o pleno desenvolvimento da comunidade escolar. Na esfera da saúde, as práticas das equipes de Saúde da Família, incluem prevenção, promoção, recuperação e manutenção da saúde dos indivíduos e coletivos humanos” (Ministério da Educação, 2018).

Nesse sentido, para que os propósitos sejam atingidos, o PSE foi constituído por cinco componentes:

- (. . .) a) Avaliação das Condições de Saúde das crianças, adolescentes e jovens que estão na escola pública;
- b) Promoção da Saúde e de atividades de Prevenção;
- c) Educação Permanente e Capacitação dos Profissionais da Educação e da Saúde e de Jovens;
- d) Monitoramento e Avaliação da Saúde dos Estudantes;
- e) Monitoramento e Avaliação do Programa. (Ministério da Educação, 2018).

Além disso, o PSE propõe criar um novo modelo na política de educação e saúde do Brasil, considerando que

- (. . .) 1) trata a saúde e educação integrais como parte de uma formação ampla para a cidadania e o usufruto pleno dos direitos humanos;
- (2) permite a progressiva ampliação das ações executadas pelos sistemas de saúde e educação com vistas à atenção integral à saúde de crianças e adolescentes; e
- (3) promove a articulação de saberes, a participação de estudantes, pais, comunidade escolar e sociedade em geral na construção e controle social da política pública. (Ministério da Educação, 2018).

Assim, para a melhor composição do programa, integração das equipes, articulação política e base de apoio a todos os parceiros envolvidos, o PSE estabeleceu como bases legais (com links de acesso no site do programa) (Ministério da Educação, 2018):

- (. . .) Portaria 3.696/10 — PSE/CNES;
- Portaria N.º 3146 de 17 de dezembro de 2009;
- Portaria n.º 254, de 24 de julho de 2009 — Projeto Olhar Brasil;
- Portaria n.º 1.861, de 4 de setembro de 2008 — Estabelece recursos financeiros pela adesão ao PSE para Municípios com equipes de Saúde da Família, priorizados a partir do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica — IDEB, que aderirem ao Programa Saúde na Escola — PSE;
- Portaria n.º 2.931, de 4 de dezembro de 2008 — Altera a Portaria n.º 1.861/GM, de 4 de setembro de 2008, que estabelece recursos financeiros pela adesão ao Programa Saúde na Escola — PSE e credencia Municípios para o recebimento desses recursos;
- Decreto n.º 6.286, de 5 de dezembro de 2007 — Institui o Programa Saúde na Escola — PSE, e dá outras providências;
- Material Didático Pedagógico (Programa Saúde na Escola);
- Ofício aos Secretários Estaduais e Municipais de Educação;
- Manual Orientador — Passo-a-Passo Cadastro SIMEC/PSE;
- Nota Técnica — Passo-a-Passo Cadastro SIMEC/PSE;
- Pesquisa Nacional do Escolar (Pense);
- Webconferências.

A intersetorialidade, a integração nos programas de educação e saúde e a parceria com as famílias tornam-se fundamentais para o trabalho a ser realizado, principalmente na Educação Básica, período de desenvolvimento físico, psíquico, social e cognitivo de crianças e adolescentes, com a promoção à saúde por meio de uma educação integral, sendo a escola o melhor espaço de convivência entre todos dessa faixa etária.

7.2.5 *Brasil sem Homofobia (2004)*

O Brasil sem Homofobia foi uma política pública de grande relevância para o combate ao preconceito, à intolerância e à violência à população LGBTQIA+. Ainda assim, foi um dos programas de governo mais combatidos, apesar do amplo conhecimento por parte da sociedade e demais críticos a respeito do programa, sofrendo com ataques de *fake news*, informações distorcidas e intolerância de grupos políticos e religiosos²².

De acordo com Ribeiro (2020, p. 56), “(. . .) com a ideia efetiva de contribuir para a implantação do Programa Gênero e Diversidade Sexual nas Escolas²³ (. . .) no âmbito do Programa “Direitos Humanos, Direitos de Todos”, implementou-se uma ação denominada ‘Elaboração do Plano de Combate à Discriminação contra Homossexuais’. Para torná-la efetiva, este compromisso da Secretaria Especial de Direitos Humanos lançou o Programa Brasil Sem Homofobia — Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra LGBTI e de Promoção da Cidadania Homossexual”.

Os objetivos desse programa, que trata especificamente de educação, são:

- (. . .) 1 – fomentar e apoiar curso de formação inicial e continuada de professores na área da sexualidade;
- 2 – formar equipes multidisciplinares para avaliação dos livros didáticos, de modo a eliminar aspectos discriminatórios por orientação sexual e a superação da homofobia;
- 3 – estimular a produção de materiais educativos (filmes, vídeos e publicações) sobre orientação sexual e superação da homofobia;

²² “(. . .) o Brasil tornou-se um Estado laico em 1890 em um decreto de Ruy Barbosa. Pode-se dizer que havia liberdade de crença, mas não de culto, estes restritos aos lares” (M. Ribeiro, 2019, p. 55).

²³ “(. . .) O Projeto Gênero e Diversidade na Escola (2006) foi desenvolvido em parceria entre a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM/PR), Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD/ MEC), Secretaria de Educação a Distância (SEED/MEC), Secretaria Especial de Políticas Públicas de Igualdade Racial (SEPP/PR), British Council Centro Latino-Americano em Sexualidade e Direitos Humanos (CLAM/IMS/ UERJ) (. . .). Tal projeto tornou-se fundamental para fortalecer as ações de combate ao preconceito, à discriminação e à violência sobre gênero presentes na sociedade” (M. Ribeiro, 2019, p. 55).

- 4 – apoiar e divulgar a produção de materiais específicos para a formação de professores;
- 5 – divulgar as informações científicas sobre sexualidade humana;
- 6 – estimular a pesquisa e a difusão de conhecimentos que contribuam para o combate à violência e à discriminação da população LGBTQIA+;
- 7 – criar o Subcomitê sobre Educação em Direitos Humanos no Ministério da Educação, com a participação do movimento de homossexuais, para acompanhar e avaliar as diretrizes traçadas. (Reprolatina, 2016, p. 10).

Para a operacionalização do Programa Brasil sem Homofobia, “(. . .) uma das ações se constituiu na elaboração de um caderno intitulado “Escola sem Homofobia” objetivando subsidiar educadoras e educadores com uma proposta conceitual e metodológica que permitisse a abordagem de temas relativos à orientação sexual e às identidades de gênero, priorizando a homofobia como uma questão central a ser analisada, discutida e prevenida nas escolas” (Fagundes, 2019, p. 100). Diante de tais recursos pedagógicos, o kit anti-homofobia, devido a informações distorcidas e a intolerâncias de grupos diversos, como citado anteriormente, foi vetado pela então Presidente da República Dilma Rousseff²⁴.

Essa é uma questão que precisa ser discutida nas escolas e na mídia e estar presente nos programas de Educação Sexual, principalmente porque a população LGBTQIA+ é vítima de preconceitos e violências em todos os espaços sociais, sendo a escola um dos mais importantes que, em vez de acolher e combater o preconceito, fica em silêncio e raramente toma medidas pedagógicas que contribuam para a melhoria desse quadro de intolerância. Vale ressaltar que esse não é um papel apenas da escola, mas da toda sociedade civil, da mídia, dos órgãos públicos e demais agentes de transformações sociais.

Com a perspectiva da prevenção do HIV/Aids, do respeito às diferenças e do combate à homofobia, o Ministério da Saúde veiculou uma campanha²⁵ via TV na qual trazia uma família que aceitava a orientação sexual do filho e, a sua relação amorosa com um rapaz que ao insistir em vê-lo sem que o queira ouve da mãe: “Filho, você vai encontrar alguém que te mereça!”.

²⁴ “(. . .) Dilma Rousseff (PT) foi a 36.^a Presidente do Brasil e a 1.^a mulher a ocupar o cargo, tendo exercido de 2011 até 2016, quando sofreu um processo de impeachment” (Dilma Rousseff, 2023).

²⁵ Campanha Ministério da Saúde, Uso da Camisinha. Fonte: Arquivo pessoal.



Figura 23. QRcode Campanha do Ministério da Saúde. Fonte: Elaboração própria.

Essa campanha foi o início da discussão do tema que, dois anos depois, culminou com o projeto Brasil sem Homofobia com resultados já descritos anteriormente.

Fazendo um recorte a respeito do tema, em pesquisa²⁶ realizada pela Unesco e publicada no livro *Juventudes e Sexualidades* (Castro, Abramovay, & Silva, 2004, p. 280), com 16.422 alunos(as) de 13 cidades brasileiras e mais o Distrito Federal, ao perguntar “(. . .) aos alunos sobre quais pessoas ele não gostaria de ter como colega de classe, aproximadamente ¼ dos alunos indicam que não gostaram de ter um colega homossexual (. . .). [E] ressalta-se que os jovens do sexo masculino, em qualquer capital analisada, rechaçam com maior intensidade a homossexualidade”.

Tal atitude não é diferente quando a pesquisa é realizada com os pais. Na verdade, o percentual é maior do que com os filhos. No período de realização da pesquisa, dos 3.099 pais²⁷ pesquisados, entre 47,5% (Fortaleza) e 22,2% (Porto Alegre) não gostariam que homossexuais fossem colegas de escola dos seus filhos.

Não temos atualmente dados precisos sobre o comportamento da sociedade em relação à população LGBTQIA+. Os dados que chegam são por meio da mídia, das ONGs, dos profissionais que lidam com o tema e da militância e, nesse sentido, não aparentam mudanças significativas em relação à pesquisa da UNESCO de 2001.

Sobre a violência, o disque 100²⁸ “(. . .) relata que entre 2011 e 2019 registrou, em média, 1.666 denúncias anuais de violências contra pessoas LGBTQI+” (Unesco, 2023, p. 11).

²⁶ Pesquisa Nacional Violência, Aids e Drogas nas Escolas, 2001. Fonte: Arquivo pessoal.

²⁷ Entende-se como pai, mãe ou o(a) responsável pelo(a) aluno(a).

²⁸ “(. . .) O Disque 100 ou Disque Direitos Humanos é um serviço do governo federal de denúncias e proteção contra violações de direitos humanos 24 horas, que funciona todos os dias da semana” (Garcia, 2017, para. 1).

É fundamental reconhecer diante, dessa realidade, que a escassez de dados mais concretos dificulta a implementação de políticas públicas e, assim, esses temas sempre ficam à margem, como se a escola e o poder público não tivessem “nada com isso”.

Exatamente por conhecer a responsabilidade da escola diante desse tema que se reforça a ideia da realização de um trabalho de Educação Sexual planejado, de acordo com a realidade da instituição, adequado aos diferentes anos escolares e que desenvolva a criticidade, o respeito e acolhimento às diferenças, formando cidadãos e cidadãs conscientes diante da sociedade e dos seus pares.

Nesse sentido, segundo equipe do GTPOS,

(. . .) o orientador precisará garantir alguns itens:

- a) o professor não deverá fornecer a pessoas externas, ao grupo (pais, direção, outros professores, e alunos) nenhuma informação sobre detalhes do trabalho em classe. Poderão ser apresentados os temas debatidos mas não o conteúdo das discussões;
- b) os alunos deverão comprometer-se a manter sigilo a respeito de questões pessoais que possam surgir no grupo. Colocações pessoais devem ser evitadas, em princípio;
- c) respeitar o direito à fala, ao silêncio e às diferenças de opiniões (. . .). (Suplicy et al., 2008, p. 20).

Portanto, tais questões — desenvolver a criticidade, respeitar às diferenças, formar cidadãos e cidadãs — podem estar inseridas em todas os temas por meio da transversalização de conteúdos. Lembrando, ainda segundo o GTPOS, que “(. . .) o planejamento é um roteiro de possibilidades: isso significa que pode estar atento ao que pode ser modificado a partir das discussões em classe (. . .)” (Suplicy et al., 2008, p. 21).

7.2.6 Plano Nacional de Educação (PNE) (2001)

O Plano Nacional de Educação (PNE) trata-se de um plano que não se limita ao governo federal, mas a um compromisso compartilhado entre a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios. Por ser decenal,

(. . .) ultrapassa diferentes gestões de governo, superando, dessa forma, a descontinuidade das políticas públicas a cada mudança de condução político-

partidária. Trata-se também de um planejamento de médio prazo que orientará todas as ações na área educacional no País, exigindo que cada Estado, o Distrito Federal e cada Município tenham também um plano de educação elaborado em consonância com o PNE (Ministério da Educação, 2014).

O PNE, aprovado em 25 de junho de 2014, pela lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014²⁹, estará em vigor até 2024. Por estar vigente durante a feitura desta dissertação, é ele que será abordado.

Diretrizes do PNE 2014:

- (. . .) 1 – Superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação;
- 2 – Promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental. (Reprolatina, 2016, p. 25).

O PNE se adequa ao trabalho de Educação Sexual e à prática pedagógica em sala de aula quando traz em suas diretrizes a “erradicação de todas as formas de discriminação” e os princípios dos “direitos humanos”, questões fundamentais que devem estar presentes no projeto de sexualidade na escola a ser desenvolvido em toda seriação escolar. São essas diretrizes, inclusive, que estão presentes no trabalho com respeito às diferenças e o combate a todo tipo de preconceito e discriminação.

Em seu art. 2º, as diretrizes do PNE (2014) apontam para:

- (. . .) I – erradicação do analfabetismo;
- II – universalização do atendimento escolar;
- III – superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação;
- IV – melhoria da qualidade da educação;
- V – formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade;
- VI – promoção do princípio da gestão democrática da educação pública;
- VII – promoção humanística, científica, cultural e tecnológica do País;

²⁹ Para acessar a lei com todos os descritivos (lei n. 13.005, de junho de 2014).

VIII – estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do Produto Interno Bruto - PIB, que assegure atendimento às necessidades de expansão, com padrão de qualidade e equidade;

IX – valorização dos (as) profissionais da educação;

X – promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental.

O PNE estabelece também que o Fórum Nacional de Educação

(. . .) I – acompanhará a execução do PNE e o cumprimento de suas metas e também estabelece, no artigo 8º Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios deverão elaborar seus correspondentes planos de educação, ou adequar os planos já aprovados em lei, em consonância com as diretrizes, metas e estratégias previstas neste PNE, no prazo de um (1) ano contado da publicação desta lei. (Reprolatina, 2016, p. 26).

Como se pode identificar, “(. . .) as diretrizes do PNE 2014 não estabelecem especificações sobre a educação sexual, que continua sendo um dos temas transversais, e destacam a universalização e superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação” (Reprolatina, 2016, p. 26).

Dessa forma, mesmo com as duas diretrizes que permitem começar a abordagem desse conteúdo, é fundamental que as políticas públicas contemplem a Educação Sexual como uma das ações do plano de educação, entendendo que a sexualidade faz parte da identidade e subjetividade de todas as pessoas e interferem diretamente no desenvolvimento cognitivo e aprendizado escolar, principalmente quando não têm suas dúvidas sanadas ou vivenciam alguma situação conflitante a respeito do tema.

Não se pode esquecer, ao contemplar as políticas públicas, da Agenda 2030, documento da ONU com a qual esta dissertação está alinhada e que define objetivos para o Desenvolvimento Sustentável, entre eles, o Objeto 5, Igualdade de Gênero, que objetiva alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas. Dessa forma,

(. . .) o documento especifica as metas que focam a abolição de todas as formas de discriminação e de violência contra meninas e mulheres nas esferas públicas e privadas, abarcando o tráfico e a exploração sexual e de outros tipos. Trata também de

medidas para assegurar o acesso igualitário e a permanência no mundo do trabalho em várias instâncias, igualdade de oportunidades para a liderança em todos os níveis de tomada de decisão na vida política, econômica e pública e ter acesso universal à saúde sexual e reprodutiva. Enfim, a Agenda 2030 objetiva adotar e fortalecer políticas sólidas e legislação aplicável para a promoção da igualdade de gênero e o empoderamento das meninas e das mulheres. (Fagundes, 2019, p. 98).

Acreditar que as políticas públicas estão apenas nas mãos do Poder Legislativo — que cria e aprova as leis — e do Poder Executivo — que aplica as medidas — ou mesmo do Poder Judiciário — que controla essas leis —, é desconhecer que todos, enquanto sociedade civil³⁰ devem ter consciência e cobrar direitos iguais para todas as pessoas e, nesse sentido, inclui-se o direito à informação sobre sexualidade, que compõe o ser humano como um todo.

O direito à informação sobre o corpo, à sexualidade e à prevenção; o acolhimento a uma vítima de violência sexual; o conhecimento a respeito dos métodos contraceptivos; o encaminhamento a uma assistência no caso de uma adolescente grávida ou garotos(as) infectados(as) por uma IST; e o combate à misoginia, à homofobia e ao racismo precisam estar contemplados nas políticas públicas educacionais do país.

³⁰ A sociedade civil é constituída por diversos componentes, como as instituições cívicas, sociais e organizações que formam os alicerces de uma sociedade em funcionamento.

8 ASPECTOS NORMATIVOS E LEGAIS

O programa de Educação Sexual encontra, na parte legal, um dos seus maiores entraves para a realização do trabalho por parte das instituições e do(a) professor(a). De acordo com Ribeiro (2020, p. 77),

(. . .) se, por um lado, não temos esta disciplina no currículo escolar e a BNCC excluiu o tema “Orientação Sexual” dos temas integradores do novo documento, antes contemplada nos PCN como tema transversal; por outro lado, já existem Marcos Legais Nacionais e Internacionais e garantias legais que legitimam o trabalho do professor.

Essa legalidade se legitima porque, ainda de acordo com Ribeiro (2023), “(. . .) os temas abordados retratam e compreendem a importância dessa conversa para o desenvolvimento físico, psicológico, cognitivo e social de crianças e pré-adolescentes e asseguram a educação inclusiva, equitativa e de qualidade, bem como promovem a oportunidade de aprendizagem ao longo da vida para todas as pessoas” (Ribeiro, 2023, p. 6).

Diante dessa importância, como ressalta Braga (2019, p. 151),

(. . .) ao contrário do que vem sendo equivocadamente disseminado por todo o Brasil, o professor possui largo arcabouço jurídico que resguarda sua função acadêmica para tratar dos temas gênero e sexualidade em sala de aula. O país é signatário de vários acordos internacionais sobre direitos humanos, direito das mulheres, direitos de crianças, adolescentes e jovens nas escolas com relação a direitos sexuais e reprodutivos adequado a cada faixa etária. Além da legislação internacional, o país possui um vasto aparato jurídico com relação a gênero e à educação em sexualidade e salvaguarda o direito dos profissionais de educação quanto à sua liberdade de cátedra e de terem efetivado.

Alguns desses documentos não se referem diretamente à Educação Sexual, mas ao direito à educação e, nesse sentido, entendemos que a sexualidade precisa fazer parte da formação de todas as pessoas, visto que estamos falando de identidade, subjetividade esta que interfere diretamente nos aprendizados escolares.

Assim, destaca-se nove documentos.

8.1 Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) (1948)

A Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) é um dos pilares para o trabalho de Educação Sexual, compreendendo os direitos e a dignidade de todas as pessoas. Assim, o DUDH reforça a nossa pauta, como descrita anteriormente, de um trabalho baseado nos direitos humanos, na ciência, na equidade de gênero e na formação do cidadão e da cidadã.

Segundo o artigo 26º da DUDH³¹,

- (. . .) 1. Todo ser humano tem direito à instrução. A instrução será gratuita, pelo menos nos graus elementares e fundamentais. A instrução elementar será obrigatória. A instrução técnico-profissional será acessível a todos, bem como a instrução superior, esta baseada no mérito.
2. A instrução será orientada no sentido do pleno desenvolvimento da personalidade humana e do fortalecimento do respeito pelos direitos do ser humano e pelas liberdades fundamentais. A instrução promoverá a compreensão, a tolerância e a amizade entre todas as nações e grupos raciais ou religiosos e coadjuvará as atividades das Nações Unidas em prol da manutenção da paz.
3. Os pais têm prioridade de direito na escolha do gênero de instrução que será ministrada a seus filhos.

8.2 Convenção Interamericana de Direitos Humanos – Pacto de San José da Costa Rica (CIDH) (1969)

A Convenção Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) destaca em um dos seus artigos o compromisso dos Estados em adotarem estratégias que garantam o direito à educação.

A CIDH, em seu art. 26º, dispõe:

- (. . .) Os Estados-Partes comprometem-se a adotar providências, tanto no âmbito interno como mediante cooperação internacional, especialmente econômica e técnica, a fim de conseguir progressivamente a plena efetividade dos direitos que decorrem

³¹ Organização Das Nações Unidas (1948).

das normas econômicas, sociais e sobre educação, ciência e cultura, constantes da Carta da Organização dos Estados Americanos, reformada pelo Protocolo de Buenos Aires, na medida dos recursos disponíveis, por via legislativa ou por outros meios apropriados. (Brasil, 2022, p. 439).

Essa convenção é:

(. . .) base importante do sistema interamericano de proteção dos Direitos Humanos, e a Convenção sobre os Direitos das Crianças (1989) que objetiva à proteção de crianças e adolescentes de todo o mundo, aprovada pela ONU e seus países membros, onde o Brasil é signatário, trazem esta base legal para o/a educador/a e o seu trabalho de EIS na escola. (Reprolatina, 2020, p. 32).

8.3 Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento (CIPD) (Cairo -1994)

A Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento (CIPD) traz em suas discussões sobre questões populacionais e o debate sobre direitos sexuais e reprodutivos. Esse evento

(. . .) foi a maior conferência intergovernamental relacionada às populações e um marco na história dos direitos das mulheres. Importantes acordos foram firmados nesta conferência, como:

- Promoção da igualdade de gênero.
- Eliminação da violência contra a mulher.
- Garantia dos direitos reprodutivos.
- Redução da mortalidade materna e infantil. (Reprolatina, 2020, p. 32).

8.4 IV Conferência Mundial das Mulheres (CMM) (Pequim, 1995)

A IV Conferência Mundial das Mulheres (CMM) definiu como um dos seus objetivos que meninas e mulheres tenham acesso a uma educação de qualidade. No item “(. . .) Objetivos estratégicos e ações” (Objetivo estratégico B1), estabelece-se que a igualdade do acesso à educação requer a aprovação das seguintes medidas governamentais” (Unesco, 2023, p. 22).

Entre elas, descritas pela Unesco (2023, p. 23) em sua publicação, destacam-se as que mais se relacionam à temática deste estudo:

(. . .) a) promover o objetivo de igualdade de acesso à educação, adotando medidas para eliminar a discriminação na educação em todos os níveis por razão de gênero, raça, idioma, religião, nacionalidade, idade ou deficiência, ou qualquer outra forma de discriminação e, na forma apropriada, considerar a possibilidade de introduzir procedimentos para dar curso a reclamações (. . .);

c) eliminar as disparidades por razões de gênero no acesso a todos os graus de ensino superior, velando para que as mulheres tenham acesso igual às carreiras, à instrução e às bolsas de estudo, adotando medidas de ação afirmativa, se for o caso;

d) estabelecer um sistema educacional que considere as questões relacionadas com gênero, a fim de garantir igualdade de oportunidades na educação e na capacitação, assim como a participação das mulheres em condição de igualdade na administração educacional e na formulação de políticas e na tomada de decisões em matéria de educação (. . .);

f) aumentar a matrícula e as taxas de retenção escolar das meninas, destinando para isso os recursos orçamentários necessários e obtendo o apoio dos pais e da comunidade, assim como realizando campanhas, estabelecendo horários escolares flexíveis, outorgando incentivos e bolsas de estudo e adotando outras medidas destinadas a reduzir os custos que acarreta para a família a educação das meninas; facilitar aos pais a possibilidade de escolher a educação para suas filhas, velando para que as instituições educacionais respeitem os direitos das mulheres e das meninas à liberdade de consciência e de religião, abolindo todo tipo de lei ou legislação discriminatória baseada na religião, raça ou cultura;

g) promover um quadro educacional do qual sejam eliminadas todas as barreiras que impeçam o acesso à escola ou a permanência nela de adolescentes grávidas e mães jovens e que inclua, na forma apropriada, serviços destinados ao cuidado de crianças e de educação dos pais pouco onerosos e de acesso fácil, a fim de permitir às jovens de idade escolar que sejam responsáveis por filhos ou irmãos prosseguir com seus estudos ou retomá-los;

h) melhorar a qualidade da educação e a igualdade de acesso, a fim de que as mulheres de todas as idades possam adquirir os conhecimentos e valores éticos, bem como desenvolver as capacidades, aptidões e habilidades necessárias para que possam

se desenvolver e participar plenamente, em condições de igualdade, do processo de desenvolvimento social, econômico e político;

i) oferecer nas escolas programas de aconselhamento e orientação profissional não discriminatórios e que tenham uma perspectiva de gênero, a fim de estimular as meninas a seguirem estudos acadêmicos e técnicos que ampliem suas futuras oportunidades de carreira (. . .).

A conferência, como não poderia deixar de ser, traz o protagonismo às questões de gênero e à política das mulheres.

8.5 Lei Maria da Penha (2006)

Embora não seja uma política educacional, a Lei Maria da Penha traz uma grande contribuição para o trabalho de Educação Sexual, quando nos referimos à violência de gênero, comum inclusive na população mais jovem, como no caso das adolescentes. Nos referimos no feminino porque, nos quadros da violência, a mulher ainda é a vítima preferencial. Por isso, é fundamental ressaltar que, mesmo estando no século XXI,

(. . .) o machismo acaba sendo perpetrado pelas pessoas tanto no convívio com outros indivíduos, quanto na criação das crianças. Como é a única forma de viver que conhecem, mães e pais acabam passando crenças e conceitos arraigados de machismo, fruto do sistema patriarcal em que vivemos. Isso também se aplica para funcionários das escolas, que foram educados na mesma sociedade ‘contaminada’. E a maior ferramenta para combater isso é a informação e conscientização. E, assim, das diversas questões sociais que chegam à escola, chama-se a atenção para a vulnerabilidade em relação às mulheres que continuam sofrendo com o machismo e a violência, devido à falta de informação e estímulo à igualdade de direitos e consequente combate à violência. (Gaudio, 2019, p. 217).

Diante do apresentado, torna-se fundamental que a Lei Maria da Penha faça parte da bibliografia dos(as) professores(as), tamanha a sua relevância educacional. Para se entender melhor a Lei Maria da Penha (lei n. 11.340, de 7 de agosto de 2006), que tem como proposta proteger a mulher da violência, é importante ressaltar que

(. . .) somente mulheres podem ser consideradas vítimas e, conseqüentemente, utilizar a lei para sua proteção. Por outro lado, não são somente homens que podem ser considerados como ofensores segundo esta lei. Mães e pais, tios e tias, avôs e avós, padrastos e madrastas podem ser considerados agressores (. . .) esta lei também pode ser aplicada para as relações homoafetivas entre mulheres. (Gaudio, 2019, p. 219).

Ainda segundo Gaudio,

(. . .) Nesta legislação, foram previstas cinco formas de violência contra mulher: a violência física, a violência sexual, a violência patrimonial, a violência moral e a violência psicológica. As duas primeiras são as mais conhecidas da população. A violência física (artigo 7º, I) consiste em qualquer ato que ofenda a integridade física ou a saúde da mulher. Incluem-se tapas, chutes, pontapés, socos, puxões de cabelo, dentre muitas outras possibilidades. A violência sexual (artigo 7º, III) é tida como qualquer conduta que viole o corpo da mulher de forma sexual, sem seu consentimento. A violência patrimonial (artigo 7º, IV) é menos conhecida, em geral. Ocorre quando o agressor atenta contra bens ou recursos econômicos de propriedade da mulher, ou seja, se furtar um objeto, rasgar documentos, ou se apropriar de um dinheiro da mulher, estará cometendo violência patrimonial. A violência moral (artigo 7º, IV) diz respeito aos crimes contra a honra, que estão todos listados no Código Penal: calúnia (artigo 138 do CP), injúria (artigo 140 do CP) e difamação (artigo 139 do CP). Por último, a violência psicológica (artigo 7º, II), que é a mais comum dentre todas, acaba sendo a mais invisível, porém, igualmente, grave e passível de causar conseqüências imensuráveis na vida da mulher vítima. É considerada violência psicológica a conduta que causa diminuição da autoestima e prejuízos na esfera psicológica. Se o ofensor ameaça, constrange, humilha, manipula, isola da família e dos amigos, persegue, xinga, chantageia, ridiculariza, trata-se de violência psicológica. (Gaudio, 2019, pp. 219-220).

A violência de gênero não ocorre apenas no âmbito doméstico, podendo acontecer entre os próprios estudantes. Ela precisa ser identificada e pode ocorrer em forma de

(. . .) humilhações, grosserias, controle (de comportamento, do tamanho da roupa, de quem ela convive e locais onde ela frequenta, dentre muitos outros exemplos) podem

revelar indícios de uma violência psicológica vivenciada entre aqueles jovens (. . .) a Internet é um espaço delicado, pois pode dar margem para muitas manifestações de violência de gênero. A divulgação de fotos íntimas sem o consentimento da parte envolvida, ou seja, os chamados “nudes”, atualmente são considerados crimes. (Gaudio, 2019, p. 223).

A conversa sobre gênero, respeito às diferenças, a luta por direitos e oportunidades iguais para meninos (homens) e meninas (mulheres) e o empoderamento das meninas, sendo protagonistas e aprendendo a dizer “Não!” quando é preciso, pode propiciar um amplo debate na sala de aula, com a contribuição das mudanças ocorridas após a promulgação da lei Maria da Penha.

8.6 Princípios do Yogyakarta (2007)

Outro documento importante para o trabalho de Educação Sexual são os Princípios de Yogyakarta, que

(. . .) estabelecem a efetivação da legislação internacional de direitos humanos em relação à orientação sexual e identidade de gênero. Estes princípios trazem uma garantia para que a população LGBTQ+ tenha a proteção de qualquer violência na escola e que para tanto o tema seja tratado com os/as estudantes. (Reprolatina, 2020, p. 33).

8.7 Declaração Ministerial da Cidade do México “Prevenir com a Educação” (2008)

Em julho de 2008, o Governo do México reuniu trinta Ministros da Saúde e vinte e seis Ministros da Educação de toda América Latina e do Caribe objetivando preparar estratégias que assegurasse a prevenção do HIV (vírus da aids) para adolescentes e jovens.

A partir desse encontro, criou-se:

(. . .) a Declaração Ministerial da Cidade do México “Prevenir com a Educação”. Semelhante às Metas para o Desenvolvimento do Milênio (aprovadas por 189 países na Cúpula do Milênio das Nações Unidas, realizada em setembro de 2000), bem como a Declaração de Compromisso sobre HIV/aids (aprovada pela Assembleia

Geral da ONU em 2001), a Declaração Ministerial significa um esforço unificado em uma tentativa de deter a epidemia do HIV/aids na América Latina e no Caribe. O objetivo da Declaração é fortalecer os esforços de prevenção por meio da informação e enfoques multissetoriais na educação integral em sexualidade, incluindo desenvolvimento/revisão de currículos; maior acesso à informação e serviços; e melhor divulgação ao público em colaboração com a mídia e a sociedade civil. (Reprolatina, 2020, pp. 33-34).

Além de assegurar o acesso à prevenção do HIV como um compromisso universal, o documento promove uma educação integral em sexualidade e um portal para os serviços de saúde sexual e reprodutiva. É um documento importante, assinado pelas nações, que garante aos jovens uma saúde de qualidade e o direito à informação.

8.8 Consenso de Montevidéu sobre População e Desenvolvimento (2013)

No âmbito da América Latina, o Consenso de Montevidéu sobre População e Desenvolvimento, realizado em agosto de 2013,

(. . .) teve um papel importante na definição de diretrizes de políticas para infância e juventude (. . .) a Conferência Regional sobre População e Desenvolvimento da América Latina e Caribe discutiu a integração plena das populações e a sua dinâmica no desenvolvimento sustentável com igualdade e foco nos direitos (. . .). (Unesco, 2023, p. 20).

A respeito dos direitos, das responsabilidades e das demandas de crianças, adolescentes e jovens, as partes envolvidas concordaram em:

(. . .) 9. Investir na juventude, através de políticas públicas específicas e condições diferenciais de acesso, especialmente na educação pública, universal, laica, intercultural, livre de discriminação, gratuita e de qualidade, para fazer com que seja uma etapa de vida plena e satisfatória, que lhes permita construir a si mesmos como pessoas autônomas, responsáveis e solidárias, capazes de enfrentar criativamente os desafios do século XXI (Cepal, 2013 citada por Unesco, 2023).

8.9 Estatuto da Juventude (2013)

O Estatuto da Juventude (lei n. 12.852, de 5 de agosto de 2013) legitima o direito dos jovens à educação, reforçando o debate da diversidade e da igualdade de gênero. Ele “(. . .) também destaca a importância do trato equânime aos jovens. Ele enfatiza a necessidade da prática da não discriminação” (Unesco, 2023, p. 24).

Destaca-se, para esta dissertação, os Artigos 17 e 18, que trazem conteúdos a respeito da sexualidade. São eles:

(. . .) Art. 17º O jovem tem direito à diversidade e à igualdade de direitos e de oportunidades e não será discriminado por motivo de: I - etnia, raça, cor da pele, cultura, origem, idade e sexo; II - orientação sexual, idioma ou religião; III – opinião, deficiência e condição social ou econômica (. . .)

Art. 18º A ação do poder público na efetivação do direito do jovem à diversidade e à igualdade contempla a adoção das seguintes medidas: I – adoção nos âmbitos federal, estadual, municipal e do Distrito Federal, de programas governamentais destinados a assegurar a igualdade de direitos dos jovens de todas as raças e etnias, independentemente de sua origem, relativamente à educação, à profissionalização, ao trabalho e renda, à cultura, à saúde, à segurança à cidadania e ao acesso à justiça; II – Capacitação dos professores do ensino fundamental e médio para a aplicação das diretrizes curriculares nacionais no que se refere ao enfrentamento de todas as formas de discriminação; III – inclusão de temas sobre questões étnicas, raciais, de deficiência, de orientação sexual, de gênero e de violência doméstica e sexual praticada contra a mulher na formação dos profissionais de educação, de saúde e de segurança pública e dos operadores do direito; IV (. . .); (. . .); V – inclusão nos conteúdos curriculares de informações sobre a discriminação na sociedade brasileira e sobre o direito de todos os grupos e indivíduos a tratamento igualitário perante a lei; VI - inclusão, nos conteúdos curriculares, de temas relacionados à sexualidade, respeitando a diversidade de valores e crenças. (Reprolatina, 2020, p. 31).

8.10 Agenda 2030 — Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) (2015)

A Agenda 2030 inclui os ODS, como descritos no início desta dissertação.

Em setembro de 2015,

(. . .) chefes de Estado e de Governo e altos representantes reuniram-se na sede das Nações Unidas em Nova York e definiram os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável globais, neste caso a Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável. A Agenda 2030 indica as ações e diretrizes para o trabalho das Nações Unidas e seus países membros e inclui nesta discussão a sexualidade e gênero. Todos esses documentos e acordos internacionais reafirmam a importância do trabalho de EIS como direito da pessoa e parte integrante do seu desenvolvimento para que cresça informada, saudável, com comportamento responsável e preventivo, exercendo a cidadania no sentido mais pleno, com as garantias do Estado. (Reprolatina, 2020, p. 35).

Todos esses atos normativos trazem fundamentos legais para o trabalho de Educação Sexual a ser realizado pelo(a) professor(a) e para a instituição escolar que, por desconhecê-los, não sabe como lidar diante de uma situação que se sente obrigada a intervir.

9 O TRABALHO COM DOCENTES

Como foi discorrido até aqui, uma das etapas mais importantes para a implantação de um programa de Educação Sexual é a formação docente. Mesmo com os(as) professores(as) mais preparados(as), é importante discutir valores e preconceitos, a metodologia e os recursos mais adequados e como lidar com algumas subjetividades que fazem parte dessa temática que, mesmo sem querer, acaba eclodindo diante do trabalho.

Esse trabalho, segundo Carmem Barroso e Cristina Bruschini, em um dos clássicos da Educação Sexual,

(. . .) deve ter um caráter formativo amplo, que propicie a livre discussão de normas e padrões de comportamento em relação ao sexo, bem como o debate das atitudes dos jovens frente à sua própria sexualidade. Embora a informação científica não constitua o principal objetivo, claro está que ela não deve ficar de lado, mesmo porque o debate se desenvolverá em torno dela. Ainda que se vise contribuir para a realização do ser humano, a emancipação da mulher e a aceitação do prazer na vida sexual, deve estar atento para não oferecer uma educação sexual normativa. Deve-se procurar encaminhá-la de forma não-diretiva, respeitando dessa maneira, os valores morais ou religiosos que os jovens tragam consigo e deixando com eles, finalmente, as opções a serem tomadas. (Barroso & Bruschini, 1982, pp. 16-17).

Para dar conta dessa missão, segundo Penido³² (2016, p. 25) é importante que as escolas passem

(. . .) a compreender os conteúdos acadêmicos como componentes de um currículo mais amplo e integrado, que estimula os alunos a: (I) conhecer e cuidar melhor de seu corpo, sua mente e suas emoções; (II) desenvolver o pensamento crítico, lógico e científico, ampliando a sua compreensão de mundo e a sua capacidade de resolver problemas de forma criativa e inovadora; (III) respeitar e apreciar as diferenças e a diversidade (. . .); (V) reconhecer e exercer direitos e deveres, tomando decisões e agindo de forma ética e responsável.

³² A fala fez parte do Projeto “Destino: Educação Escolas Inovadoras”, desenvolvido pelo Canal Futura, que apresentou propostas inovadoras de escolas de 11 países, incluindo o Brasil, em que algumas se aplicam também ao trabalho de Educação Sexual.

Mas se não há dúvida da importância dessa formação e de seus objetivos, como fica o debate na escola?

9.1 Educação sexual é papel da escola?

Diante dessa pergunta, de início, vale destacar a que escola nos referimos ao longo desta dissertação.

Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), de 20 de dezembro de 1996, em seu art. 19, “(. . .) as instituições de ensino classificam-se nas seguintes categorias administrativas: I – públicas, assim entendidas as criadas ou incorporadas, mantidas e administradas pelo Poder Público; II – assim entendidas as mantidas e administradas por pessoas físicas ou jurídicas do direito privado” (lei n. 9394, de 20 de dezembro de 1996).

Nesse caso, as instituições privadas, descritas no Art. 20:

(. . .) se enquadrarão nas seguintes categorias: (I) particulares – em sentido estrito, assim entendidas as que são instituídas e mantidas por uma ou mais pessoas físicas ou jurídicas de direito privado que não apresentem as características dos incisos abaixo; (II) comunitárias, assim entendidas as que são instituídas por grupos de pessoas físicas ou por uma ou mais pessoas jurídicas, inclusive cooperativas educacionais, sem fins lucrativos, que incluam na sua entidade mantenedora representantes da comunidade; (III) confessionais, assim entendidas as que são instituídas por grupos de pessoas físicas ou por uma ou mais pessoas jurídicas que atendem a orientação confessional e ideologia específicas e ao disposto no inciso anterior; (IV) filantrópicas, na forma da lei. (lei n. 9394, de 20 de dezembro de 1996).

A conversa sobre sexualidade proposta nesta dissertação se dá na Educação Básica, item I, do art. 21, da LDB 9194/96, assim descrito: “(. . .) Art. 21. A educação escolar compõe-se de: (. . .) I – educação básica, formada pela educação infantil, ensino fundamental e ensino médio (. . .)” (lei n. 9394, de 20 de dezembro de 1996). É essa escola, pública ou privada, laica, que é referida para a realização do trabalho de Educação Sexual, enquanto o principal meio de formação de crianças e adolescentes, após a instituição familiar.

Corroborando com essa ideia,

(. . .) a escola tem sido apontada por especialistas como um espaço apropriado para desenvolver ações de orientação sexual, tanto devido à incidência das consequências “negativas” (na ótica dessa própria escola) das experiências sexuais dos adolescentes, quanto pelo fato de crianças e adolescentes passarem boa parte de suas vidas dentro de seus muros. Sendo seu papel educar, ensinar e formar, ela é igualmente conclamada a assumir seu papel de orientadora sexual. (Leão et al., 2010, p. 39).

De acordo com o Grupo de Trabalho e Pesquisa em Orientação Sexual (GTPOS), responsável pela implantação do programa de Orientação Sexual na Rede Pública de Ensino do município São Paulo na gestão da prefeita Luiza Erundina (PT), no período de 1989-1992, a realização desse trabalho é papel da escola porque a instituição:

(. . .) 1. Não pode fugir a sua responsabilidade – se a questão não tratar a questão sexual, estará transmitindo aos alunos de que o assunto é mesmo um tabu, sobre o qual não se pode falar; 2. Devido a falta de informação – atualmente, a ênfase em relação à sexualidade tem sido muito maior quanto ao desempenho genital do que quanto à satisfação emocional; 3. Para superar medos e preconceitos – informar é importante mas não suficiente para mudar comportamentos; 4. Para o bem-estar sexual – programas adequados de orientação sexual ajudam o adolescente a diminuir a ansiedade e a elaborar as angústias decorrentes de conflitos entre as pressões externas e as demandas internas; 5. Para ajudar na formação de identidade – o ambiente escolar pode ajudar o jovem a descobrir a si mesmo e a inserir-se no seu mundo; 6. Para abrir canais de comunicação – se a escola não abrir o espaço de discussão, a sexualidade se transforma em fonte de agressão, balbúrdia e exibicionismo; 7. Porque ajuda a repensar valores – uma das contribuições da escola para o aluno é desenvolver o pensamento e a capacidade crítica, no sentido de não aceitar, nem rejeitar, valores sem antes analisá-los (. . .). (Suplicy et al., 2008, pp. 10-13).

Mesmo o trabalho de Educação Sexual sendo um papel da escola, não cabe a ela, por sua vez, ditar o que é “certo” ou “errado” ou “pode” ou “não pode” fazer. O trabalho deve acontecer a partir de um planejamento pedagógico alinhado, preferencialmente, ao PPP da instituição e aos conteúdos adequados ao ano escolar e idade do(a) aluno(a) Informar sobre corpo e a sexualidade, problematizar algumas questões, realizar a troca de ideias, aprender a

ouvir o outro e respeitar opiniões diferentes, conviver com as diferenças e combater todo tipo de preconceito e violência é o que é proposto a partir dos princípios e objetivos citados anteriormente.

Como foi descrito, nem sempre os(as) professores(as) têm formação para tal trabalho, por isso a importância desta dissertação, que busca colaborar com o debate a respeito da formação do docente e o seu trabalho de educação sexual na escola.

9.2 Formação docente

A princípio, de acordo com Figueiró (2014, p. 36),

(. . .) é importante salientar que (. . .) todos nós somos educadores sexuais: os pais, os professores, os demais profissionais e a comunidade em geral, estejamos ou não conscientes disso, uma vez que no contato com as crianças, adolescentes e jovens, acabamos por passar, informalmente, várias mensagens implícitas ou explícitas sobre a sexualidade, contribuindo para que os educadores construam suas ideias, seus valores e sentimentos em relação a ela.

No entanto, se no dia a dia todos são educadores, é na formação docente que se sistematiza o trabalho, organiza o planejamento e define as estratégias de ação necessárias para a conversa sobre sexualidade na escola. Ainda segundo Figueiró (2014, p. 36), “(. . .) quando falo de **formação de educadores sexuais** (grifo da autora), refiro-me a um processo específico de intervenção, cuja finalidade é auxiliar os professores a atuarem intencionalmente no ensino da sexualidade, de maneira qualitativamente positiva e humanizadora (. . .)”.

A respeito do trabalho de educação continuada dos(as) professores(as), talvez

(. . .) a maior dificuldade em refletir sobre sexo e sexualidade nos dias de hoje esteja na necessidade, enquanto cientistas, de nos despojarmos das influências morais e valorativas que geralmente acompanham reflexões sobre o tema, pois, como enfocamos uma área que não é apenas de estudo, mas de vida pessoal (. . .). (Leão et al., 2010, p. 37).

Isso porque as narrativas e histórias pessoais podem acabar se confundindo com o que se espera do trabalho e dos conceitos científicos a respeito do tema.

Nessa formação, além da importância de contextualizar a sexualidade em seus aspectos históricos e culturais, dos importantes aprendizados dos conteúdos, da metodologia mais adequada e dos recursos pedagógicos planejados por ano escolar, é preciso pensar na escola como um todo, seus pares e comunidade, principalmente, porque a transformação que se deseja envolve os diferentes segmentos da instituição e seus atores sociais.

Nesse sentido, Ribeiro (1990) ressalta que

(. . .) a orientação sexual inserida na escola sem uma preocupação com a problemática geral da instituição educacional, sem a adequada preparação da comunidade escolar para receber em seu meio uma nova abordagem em educação que foge do conteúdo tradicional, e sem profissionais com formação específica para trabalhar nas escolas, será, no máximo, informação sexual, a pura e simples reprodução de definição e conceitos que deveriam ser dados nas aulas de Biologia. (Ribeiro, 1990, p. 31).

Assim, se historicamente a Educação Sexual partiu de uma abordagem biológica e preventiva, hoje é sabido que esse modelo não se adequa a realidade dos(as) estudantes e nem cabe na formação dos(as) professores(as).

Além disso, segundo Figueiró (2014, p. 92), algumas reflexões precisam ser conduzidas previamente com os(as) professores(as) para levá-los(as) a entender:

- (. . .) — com que tipo de educação vão estar comprometidos;
- qual é a concepção de educação e de homem que estará norteando o seu trabalho;
- a quem vai estar servindo o trabalho de Educação Sexual que se pretende desenvolver;
- qual o papel do educador sexual;
- por que e para que colocar em práticas programas de Educação Sexual.

Essas reflexões serão importantes em um processo de formação, principalmente, porque mesmo um projeto de Educação Sexual na escola e sem o caráter terapêutico traz a inquietude das novas descobertas, da subjetividade, da identidade e de outras interrogações. Por essa razão, é fundamental ter bem definido qual o papel do(a) professor(a) à frente do trabalho e os seus limites. “(. . .) Tentar entender o *porquê* significa estar ciente dos motivos

que justificam um trabalho dessa natureza, sabendo identificar aqueles que devem ser priorizados. Em primeiro lugar (. . .) é um direito do educando conhecer o seu corpo e sobre a sexualidade e, também porque esses conhecimentos são importantes para a formação integral” (Figueiró, 2014, p. 92).

Indaga-se, diante do exposto, que educação sexual se considera mais apropriada pensando nessa formação?

Nos estudos de Figueiró (2001, citado por Souza, Milani, & Ribeiro, 2020, p. 98),

(. . .) a sexualidade não pode permanecer restrita a uma abordagem biologizante, pois é uma dimensão essencial humana, cujas significações e vivências são determinadas pela natureza e subjetividade de cada ser humano e, sobretudo, pela cultura, que deve ser compreendida, em sua totalidade e globalidade, como uma construção social que é condicionada pelos diferentes momentos históricos, econômicos, políticos e sociais.

Dessa forma, espera-se que tenhamos uma Educação Sexual emancipatória, que tenha

(. . .) um compromisso com a transformação social, conduzindo as discussões para as questões que envolvam relações de poder, aceitação das diferenças e respeito pelas minorias (. . .) um conceito mais amplo e abrangente, em que se considera a Educação Sexual como um processo permanente de transformação dos padrões de relacionamento sexual. (Figueiró, 2014, p. 95).

A partir dessa perspectiva,

(. . .) para que a Educação Sexual ocorra de forma abrangente e construtiva, é preciso olhar para a formação do educador que deverá ter a importante tarefa de desconstruir e transformar valores e visão do mundo fundados em discriminação, tabus, e preconceitos misóginos, homofóbicos e autoritários de forma equivocada a percepção da sexualidade e seus contornos. (Souza et al., 2020, p. 100).

Percebendo a Educação Sexual como algo que ultrapassa os aspectos orgânicos e voltados apenas para a prevenção — de uma IST, gravidez não planejada ou violência sexual contra crianças e adolescentes —, considera-se que “(. . .) não precisa ser, necessariamente, o professor de Ciência ou Biologia como costumam associar pelo fato de trabalharem com as

questões biológicas e de prevenção e muitos acreditarem que o trabalho de sexualidade na escola deva ter essa abordagem” (Ribeiro, 2020, p. 48).

Complementando essa ideia, atribuir o trabalho de

(. . .) Educação Sexual ao professor formado em Biologia (. . .) restringe a Educação Sexual aos aparelhos reprodutores, à concepção, à contracepção e às doenças sexualmente transmissíveis. O trabalho de Educação Sexual na infância e o tratamento acerca das suas manifestações sexuais, no espaço escolar, devem-se se dar numa perspectiva científica e de transformação social (. . .). (Gagliotto, 2014, p. 165).

Dessa forma, seja da Educação Infantil ou do Ensino Médio, desde que preparados por essa formação, todo(a) professor(a) pode realizar a Educação Sexual na escola. Assim, dos Anos Iniciais aos Finais do Ensino Fundamental até o Ensino Médio, pode ser o professor de “(. . .) Português, História, Educação Física ou outra disciplina do currículo escolar” a realizar o trabalho (Ribeiro, 2020, p. 49).

De acordo com o GTPOS,

(. . .) as experiências existentes mostram que não há uma exigência profissional específica para alguém exercer a função de orientador sexual; no entanto a escolha mais adequada tem sido o próprio professor, ou professora. Percebe-se que os laços já existentes entre docentes e estudantes fornecem uma base para o trabalho de Orientação Sexual na escola. Portanto conhece a história e a forma como os adolescentes vivem em seu grupo. Constrói vínculos com seus alunos, sabe como conduzir debates, sabe dar aulas (. . .). (Suplicy et al., 2008, p. 15).

Dessa forma, o(a) professor(a) vai precisar, ratificando a ideia, da formação continuada, sem esquecer da importância de o trabalho ser extensivo à toda equipe — docentes, direção, coordenação e supervisão, orientadores pedagógicos e psicólogos escolares e demais funcionários, incluindo equipe de apoio.

9.3 A respeito dessa questão, o que dizem os(as) professores(as)?

As respostas a respeito da disciplina mais adequada para o trabalho de Educação Sexual fizeram parte da pesquisa “Educação em Sexualidade — Pesquisa Nacional com

Professores do Ensino Fundamental I”, realizada com 326 professores, em 139 Municípios, das cinco regiões do Brasil (Ribeiro, 2020). O estudo tratou-se de uma pesquisa qualitativa e quantitativa, com aplicação de questionário estruturado-fechado com análise e cruzamento dos resultados dentro do caráter exploratório, no modelo de pesquisa *survey*, através do *Google Forms*, com análise e validação do instrumento e conteúdo.

Para este capítulo, foi feito um recorte específico, pontual.

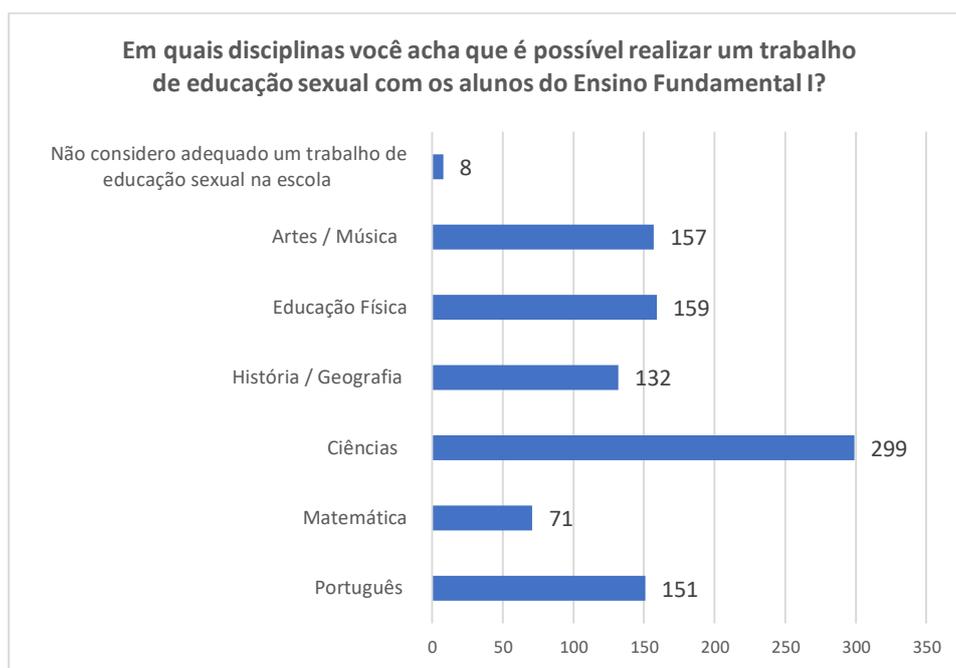


Figura 24. Gráfico 1 — Em quais disciplinas você acha que é possível realizar um trabalho de educação sexual com os alunos do Ensino Fundamental I? Fonte: Ribeiro (2020).

Para a pergunta “em quais disciplinas você acha que é possível realizar um trabalho de educação sexual com alunos do Ensino Fundamental I?”, o gráfico evidencia que os docentes, ao contrário do que acreditamos em um trabalho de Educação Sexual como descrito anteriormente, ainda consideram a disciplina de Ciências, com quase a totalidade dos docentes pesquisados (n=299), como a matéria mais adequada para a conversa sobre sexualidade na escola.

Como análise dessa questão,

(. . .) acredita-se que esta escolha deva ao fato de a compreensão da sexualidade estar associada aos aparelhos sexuais masculino e feminino, reprodução e prevenção de doenças como visto aqui anteriormente. Ainda existe muita dificuldade de falar na

construção social e do prazer da sexualidade, das dimensões que ultrapassam o corpo físico/biológico. (Ribeiro, 2020, p. 112).

Contudo, os estudos nos apresentam metodologias que nos mostram outras possibilidades pedagógicas que excluem a aula de Ciência como a única possibilidade do ensino da sexualidade da escola.

9.4 Postura do(a) Educador(a)

Se o conhecimento dos conteúdos, metodologias e recursos são fundamentais para a realização do trabalho de Educação Sexual, a postura do docente é parte importante dessa formação, principalmente porque alguns preconceitos, visão religiosa e dificuldades pessoais ainda estão muito enraizados nas pessoas e em suas atuações profissionais.

Nesse sentido, de acordo com a equipe do GTPOS, “(. . .) é fundamental que o orientador tenha uma atitude positiva frente a própria sexualidade e que seja capaz de tratar com naturalidade as questões levantadas (. . .)” (Suplicy et al., 2008, p. 16). Complementando essa ideia,

(. . .) o professor transmite valores com relação à sexualidade no seu trabalho cotidiano, na forma de responder ou não às questões mais simples trazidas pelos alunos. É necessário então que o educador tenha acesso à formação específica para tratar de sexualidade com crianças e jovens na escola, possibilitando a construção de uma postura profissional e consciente no trato desse tema. O professor deve então entrar em contato com questões teóricas, leituras e discussões sobre as temáticas específicas de sexualidade e suas diferentes abordagens; preparar-se para a intervenção prática junto dos alunos e ter acesso a um espaço grupal de supervisão dessa prática, o qual deve ocorrer de forma continuada e sistemática, constituindo, portanto, um espaço de reflexão sobre valores e preconceitos dos próprios educadores envolvidos no trabalho de Orientação Sexual. (Ministério da Educação, 1997, p. 84).

Dessa forma, espera-se que o(a) professor(a), em sua prática pedagógica em sala de aula, deva

(. . .) se mostrar disponível para conversar a respeito das questões apresentadas, não emitir juízo de valor sobre as colocações feitas pelos alunos e responder às perguntas de forma direta e esclarecedora. Informações corretas do ponto de vista científico ou esclarecimentos sobre as questões trazidas pelos alunos são fundamentais para seu bem-estar e tranquilidade, para uma maior consciência de seu próprio corpo e melhores condições de prevenção às doenças sexualmente transmissíveis, gravidez indesejada e abuso sexual. Na condução desse trabalho, a postura do educador é fundamental para que os valores básicos propostos possam ser conhecidos e legitimados de acordo com os objetivos apontados. Em relação às questões de gênero, por exemplo, o professor deve transmitir, pela sua conduta, a equidade entre os gêneros e a dignidade de cada um individualmente. Ao orientar todas as discussões, deve, ele próprio, respeitar a opinião de cada aluno e ao mesmo tempo garantir o respeito e a participação de todos. (Ministério da Educação, 1997, p. 84).

Todo esse processo será importante, inclusive, para identificar se o(a) professor(a) tem condições para esse trabalho ou se, por trazer uma rigidez pessoal e teórica, ele(a) vai se direcionar ao caminho contrário do esperado de um trabalho de Educação Sexual.

9.5 Corpo e gênero: a base para o trabalho de Educação Sexual

Destaca-se para este trabalho dois temas fundamentais para a formação docente e que “conversam” entre si e, por isso, inclusive, são considerados a base da sexualidade dos materiais educativos que compõe esta dissertação — tanto nos materiais para os(as) professores(as), mas também para os materiais para as famílias. Os temas são corpo e gênero.

1. Corpo: O corpo traz a identidade de cada pessoa e

“(. . .) embora o potencial erótico do corpo esteja centralizado nos genitais, ele se realiza em qualquer região do corpo. Olhos, nariz, cabelos, pescoço, costas, braços, quadris, pernas e até mãos e pés possuem, em circunstâncias adequadas, significado erótico. Em resumo, qualquer parte do corpo pode ser tornar erótica e se incorporar a um sistema de sistema de significados eróticos” (Parker, 1991, p. 174).

Por isso, em uma formação docente para a realização de um trabalho de Educação Sexual, não comporta apenas uma abordagem biológica e de prevenção. Não sendo só físico, traz uma abordagem em que se instala emoções, histórias e identidade.

Corroborando com essa perspectiva,

(. . .) o conceito de corpo diz respeito às possibilidades de apropriação subjetiva de toda experiência na interação com o meio. O organismo atravessado pela inteligência e desejo se mostrará um corpo. No conceito de corpo, portanto, estão incluídas as dimensões da aprendizagem e todas as potencialidades do indivíduo para a apropriação das suas vivências. (Ministério da Educação, 1997, p. 96).

Ratificando a proposta a partir dos conceitos apresentados,

(. . .) vê-se que a abordagem sobre corpo deve ir além das informações sobre sua anatomia e funcionamento, pois os órgãos não existiriam fora de um corpo que pulsa e sente. O corpo é concebido como um todo integrado, de sistemas interligados e inclui emoções, sentimentos, sensações de prazer/desprazer, assim como as transformações nele ocorridas ao longo do tempo. Há que se considerar, portanto, os fatores culturais que intervêm na construção da percepção do corpo, esse todo que inclui as dimensões biológica, psicológica e social.

O que se busca é construir noções, imagens, conceitos e valores a respeito do corpo em que esteja incluída a sexualidade como algo inerente, saudável, necessária e desejável da vida humana.

As ideias e concepções veiculadas pelas diferentes áreas (Língua Portuguesa, Matemática, Ciências Naturais, História, Geografia, Arte e Educação Física) contribuem para a construção dessa visão do corpo por meio da explicitação das dimensões da sexualidade nos seus conteúdos. (Ministério da Educação, 1997, p. 96).

2. Gênero: O debate sobre gênero traz a subjetividade de cada pessoa e a perspectiva das relações igualitárias entre o feminino e o masculino. A equidade de gênero pode ser uma linha condutora de todo o projeto de Educação Sexual.

Segundo Scott (1991), gênero é o “(. . .) elemento constitutivo das relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos” (Scott, 1991, p. 14). Gênero também é a

construção cultural de ser homem e ser mulher a partir de como a cultura percebe essas expressões de gênero e o momento histórico à qual estão inseridas. Corroborando com essa ideia, “(. . .) cada cultura (e época) define o que é ser feminino e masculino, depreendemos que essas construções não são fixas nem estanques, são mutáveis, inconstantes e, por conseguinte, possíveis de alterações” (Fagundes, 2019, p. 91).

Ainda segundo Fagundes (2019, p. 92),

(. . .) O termo gênero é produto de um longo trabalho histórico exercido sobre as mentes e os corpos dos indivíduos. Falar de gênero é falar em feminino e masculino, nas distintas formas de feminilidades e de masculinidades e não apenas em fêmeas e machos. Gênero, deste modo, remete a construções sociais, históricas, culturais que envolvem processos de configuração de identidades, definições de papéis e de desempenhos sociais. A construção dos gêneros se institui a partir de imagens e representações de quem são, social e culturalmente, definidos como mulheres e como homens em diferentes épocas e culturas.

Essa construção começa antes do nascimento, no preparo do enxoval, se solidifica na educação sexista comum nos lares e tem seu reforço na educação escolar com as diferenças de tratamento entre meninos e meninas, com situações que reforçam o preconceito e a superioridade atribuída aos homens em detrimento das mulheres. Ainda hoje, as escolas atribuem as atividades de letras e artes para as meninas e os jogos competitivos e o raciocínio lógico aos meninos. Dessa forma, é necessário mudar essa dinâmica e trabalhar

(. . .) as relações de gênero em qualquer situação do convívio escolar. Elas se apresentam de forma nítida nas relações entre os alunos e nas brincadeiras diretamente ligadas à sexualidade. Também estão presentes nas demais brincadeiras, no modo de realizar as tarefas escolares, na organização do material de estudo, enfim, nos comportamentos diferenciados de meninos e meninas. Nessas situações, o professor, estando atento, pode intervir de modo a combater as discriminações e questionar os estereótipos associados ao gênero. Os momentos e as situações em que se faz necessária essa intervenção são os que implicam discriminação de um aluno em seu grupo, com apelidos jocosos e às vezes questionamento sobre sua sexualidade. O professor deve então sinalizar a rigidez das regras existentes nesse grupo que definem o que é ser menino ou menina, apontando para a imensa diversidade dos jeitos de ser.

Também as situações de depreciação ou menosprezo por colegas do outro sexo demandam a intervenção do professor a fim de se trabalhar o respeito ao outro e às diferenças. (Ministério da Educação, 1997, p. 99).

É possível considerar o debate sobre gênero por meio do transculturalismo, no qual o mesmo tema é debatido em diferentes culturas. Como o livro *Menino brinca de boneca?*³³, a primeira obra para crianças a trazer o debate sobre gênero, que foi adaptado para um vídeo realizado com alunos(as), famílias e professores(as) em Cabo Verde (Continente Africano), no Projecto Saúde Escolar Coop. Luxemburguesa e Ministério da Educação do país (2002).



Figura 25. QRcode Vídeo de Cabo Verde sobre gênero a partir da literatura infantil. Fonte: Elaboração própria.

9.6 Atividades pedagógicas

Assim como todo processo educacional, no trabalho de Educação Sexual também é importante realizar o planejamento pedagógico, porque “(. . .) é uma maneira de organizar as atividades e os conteúdos que serão trabalhados na escola durante o ano letivo. Esse documento esboçará as intenções da escola, explicitando os objetivos que cada professor ou turma espera atingir ao final das aulas” (Cury, 2018, para. 3).

Dessa forma, após toda conceituação do trabalho de Educação Sexual e suas interfaces, são apresentados dois modelos de intervenção pedagógica com a proposta

³³ O livro *Menino brinca de boneca?* (Editora Moderna), publicado originalmente em 1990, foi a primeira obra no segmento da sexualidade a ser premiada pela Academia Brasileira de Letras (1991). No caso, o prêmio Monteiro Lobato. No início de 2024 será lançada a 4ª edição da obra, com novo projeto gráfico e novas ilustrações. A nova edição do livro traz o prefácio da 1ª edição, escrito pela psicóloga Marta Suplicy e, dessa nova edição, do Prof. Dr. Ricardo Desidério. Ele acompanha um Guia para Famílias e Suplemento Pedagógico, materiais didáticos produzidos para este mestrado.

metodológica de como trabalhar os temas corpo e gênero, como destacados no item 8.5, com os(as) alunos(as) dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental.

9.6.1 SUPLEMENTO PEDAGÓGICO 1

O primeiro suplemento traz uma proposta para trabalhar o tema Corpo a partir da obra *Mamãe, como eu nasci?*³⁴.

9.6.2 SUPLEMENTO PEDAGÓGICO 2

O segundo suplemento traz uma proposta para trabalhar o tema Gênero a partir da obra *Menino brinca de boneca?*³⁵.

Considerando os recursos pedagógicos apresentados, com estratégias e recursos para o trabalho de Educação Sexual com os temas Corpo e Gênero, apresentamos mais duas estratégias de ensino, a caráter de exemplo, que trazem mais duas possibilidades de ação para o trabalho de Educação Sexual na sala de aula por meio de aula específica ou oficina (Quadro 1, com o tema Corpo) e através da interdisciplinaridade, contemplando a BNCC (Quadro 2, com o tema Gênero).

Essas atividades, assim como as apresentadas nos suplementos pedagógicos, podem se estender por várias aulas. É preciso ter cuidado para que os recursos utilizados que venham a ser colocados em murais ou lugares públicos da escola não sejam exibidos para alunos(as) do contraturno da mesma turma ou para alunos(as) de outros anos escolares que não estejam trabalhando esses temas ou que sejam de idade inferior.

³⁴ Apêndice 1.

³⁵ Apêndice 2.

Quadro 1

ESTRATÉGIA DE ENSINO 1 (AULA ESPECÍFICA / OFICINA) – CORPO

Estrutura	Aula específica Oficina
Objetivo	Reconhecer as diferenças entre os corpos de homens (garotos) e mulheres (garotas), a importância dos cuidados de higiene e a construção das identidades feminina e masculina.
Conteúdo(s)	Corpo humano; diferenças físicas entre homens (garotos) e mulheres (garotas); higiene. Identidade pessoal e social.
Metodologia (estratégias)	<p>Convidar dois alunos voluntariamente — um garoto e uma garota — para que se deem no papel pardo e possam fazer o contorno dos seus corpos. Após o desenho, com os(as) alunos(as) em círculos, desenhar os órgãos sexuais e reprodutores no desenho (contorno) do papel e a função de cada um.</p> <p>Com os desenhos prontos, fixá-los na parede ou na lousa e, para cada desenho, o(a) professor pode sugerir que deem aos personagens: nome, orientação sexual, estado civil, profissão e o que cada um gosta de fazer no lazer e qual o livro que mais gostou de ler.</p> <p>O debate pode ser estendido à turma, perguntando: qual a profissão que eles pretendem ter, o que gostam de fazer quando não estão na escola, qual o livro que mais gostou de ler.</p> <p>Transversalizando com o tema gênero, o que cabe ao homem fazer e o que não fica bem? Idem para o sexo feminino? Os direitos são iguais ou alguns são mais indicados aos homens e outros às mulheres. O(A) professor(a) pode concluir falando de gênero e equidade de gênero, masculinidade tóxica e das mudanças significativas que ocorrem no comportamento e nas leis da nossa sociedade.</p> <p>Observação: antes da atividade que não podem fazer perguntas que invadam a privacidade.</p>
Recursos	Folhas de papel pardo; caneta hidrocor de várias cores; Fita crepe ou durex.
Avaliação	Debate em grupo e depois apresentação oral utilizando os dois desenhos construídos pelos alunos.

Nota. Elaboração própria.

Quadro 2

ESTRATÉGIA DE ENSINO 1 (INTERDISCIPLINARIDADE, CONTEMPLANDO A BNCC) – GÊNERO

LINGUAGENS	Língua Portuguesa
Objetivos	<ul style="list-style-type: none"> • Interpretar textos e dados apresentados no livro <i>Menino brinca de boneca?</i>. • Produzir histórias em quadrinhos a partir dos estereótipos de “coisas de menino” e “coisas de menina”. • Produção textual sobre os temas do livro utilizando o uso correto da língua, com inclusão de tabelas e gráficos como apoio, se pertinente.
Metodologia (estratégias)	<ul style="list-style-type: none"> • Discussão circular a partir da leitura do livro. • Trabalho em grupo na produção de revistas em quadrinhos e roteiro adaptado para dramatização. • Fichamento do livro em grupo para posterior debate.
Algumas habilidades da BNCC relacionadas à atividade	<p>(EF03LP25) Planejar e produzir textos para apresentar resultados de observações e de pesquisas em fontes de informações, incluindo, quando pertinente, imagens, diagramas e gráficos ou tabelas simples, considerando a situação comunicativa e o tema/assunto do texto.</p> <p>(EF04LP19) Ler e compreender textos expositivos de divulgação científica para crianças, considerando a situação comunicativa e o tema/assunto do texto.</p> <p>(EF35LP20) Expor trabalhos ou pesquisas escolares, em sala de aula, com apoio de recursos multissemióticos (imagens, diagrama, tabelas etc.), orientando-se por roteiro escrito, planejando o tempo de fala e adequando a linguagem à situação comunicativa.</p> <p>(EF35LP15) Opinar e defender ponto de vista sobre tema polêmico relacionado a situações vivenciadas na escola e/ou na comunidade, utilizando registro formal e estrutura adequada à argumentação, considerando a situação comunicativa e o tema/assunto do texto.</p>
Recursos além do livro	Folhas de papel tamanho A4 para os desenhos e fichamentos e material de desenho, como lápis de cor e canetas hidrográficas.
Avaliação	Exercícios de interpretação de texto, pertinência da produção textual, fichamento do livro em grupo e participação na dramatização.
LINGUAGENS	Arte
Objetivo	<ul style="list-style-type: none"> • Refletir sobre estereótipos de gênero e preconceitos em expressões corporais como dança, por exemplo, meninos que dançam balé.
Metodologia (estratégias)	<ul style="list-style-type: none"> • Após a leitura no livro sobre as diversas profissões que podem ser exercidas igualmente por homens e mulheres, sobretudo sobre o bailarino clássico Thiago Soares, exibir para a turma vídeos de apresentações de balé, como O quebra nozes, Coppélia e Bolero de Ravel. • Refletir com a classe sobre situações de preconceito que possam surgir no balé e em demais danças e práticas corporais, listando alternativas para superá-las.
Algumas	(EF15AR12) Discutir, com respeito e sem preconceito, as experiências pessoais e coletivas em dança vivenciadas na escola,

habilidades da BNCC relacionadas à atividade	como fonte para a construção de vocabulários e repertórios próprios. (EF35EF12) Identificar situações de injustiça e preconceito geradas e/ou presentes no contexto das danças e demais práticas corporais e discutir alternativas para superá-las.
Recursos além do livro	• Computador com acesso à internet.
Avaliação	Observação dos alunos nos debates sobre os vídeos assistidos e participação na aula.
LINGUAGENS	Educação Física
Objetivo	• Desenvolver pensamento crítico sobre as questões de gênero nas diferentes modalidades esportivas dos jogos olímpicos.
Metodologia (estratégias)	• Exposição oral sobre as competições olímpicas e as atividades esportivas que são culturalmente mais associadas a homens ou mulheres, ressaltando exemplos como a ginástica olímpica masculina e o futebol feminino. • Prática dos esportes estudados em espaço escolar.
Algumas habilidades da BNCC relacionadas à atividade	(EF35EF06) Diferenciar os conceitos de jogo e esporte, identificando as características que os constituem na contemporaneidade e suas manifestações (profissional e comunitária/lazer). (EF35EF07) Experimentar e fruir, de forma coletiva, combinações de diferentes elementos da ginástica geral (equilíbrios, saltos, giros, rotações, acrobacias, com e sem materiais), propondo coreografias com diferentes temas do cotidiano.
Recursos para além do livro	Imagens dos diferentes esportes que fazem parte das olimpíadas, folhas de papel A4 e material de desenho, como lápis de cor e canetas hidrográficas.
Avaliação	Aula prática misturando meninos e meninas em uma das modalidades escolhidas pela turma através das questões levantadas após as apresentações orais e os trabalhos desenvolvimentos com as imagens.
CIÊNCIAS DA NATUREZA	Ciências
Objetivo	• Reconhecer as mudanças físicas que ocorrem entre meninos e meninas durante a adolescência.
Metodologia (estratégias)	• Após o desenho do contorno do corpo humano em duas folhas de papel <i>kraft</i> , descrever algumas das mudanças citadas e outras sugeridas pelo(a) professor(a). O livro Mamãe, como eu nasci? pode contribuir com conteúdo para essa aula/dinâmica.
Algumas habilidades da BNCC relacionadas à	(EF01CI02) Localizar, nomear e representar graficamente (por meio de desenhos) partes do corpo humano e explicar suas funções. (EF01CI04) Comparar características físicas entre os colegas, reconhecendo a diversidade e a importância da valorização, do acolhimento e do respeito às diferenças.

atividade	
Recursos além do livro	Folhas de papel <i>kraft</i> , material de desenho, como lápis de cor e canetas hidrográficas, fita crepe ou adesiva.
Avaliação	Debate em grupo e apresentação oral utilizando os dois desenhos construídos pela turma.
CIÊNCIAS HUMANAS	História
Objetivo	<ul style="list-style-type: none"> • Conhecer a variedade de roupas e acessórios masculinos em diferentes culturas, compreender a associação das cores rosa e azul com meninos e meninas ao longo do tempo.
Metodologia (estratégias)	<ul style="list-style-type: none"> • Pesquisar sobre a história da moda, focando nas diferenças entre vestuários femininos e masculinos em uma perspectiva temporal. • Elaborar um painel com a cronologia da mudança de hábitos (como uso de maquiagem, saltos e acessórios) ao longo do tempo.
Algumas habilidades da BNCC relacionadas à atividade	<p>(EF01GE11) Associar mudanças de vestuário e hábitos alimentares em sua comunidade ao longo do ano, decorrentes da variação de temperatura e umidade no ambiente.</p> <p>(EF01GE06) Descrever e comparar diferentes tipos de moradia ou objetos de uso cotidiano (brinquedos, roupas, mobiliários), considerando técnicas e materiais utilizados em sua produção.</p> <p>(EF02HI02) Identificar e descrever práticas e papéis sociais que as pessoas exercem em diferentes comunidades.</p>
Recursos além do livro	Livros sobre o tema, computador com acesso à internet, impressora, papel <i>kraft</i> e folhas sulfites tamanho A4, materiais de desenho, como lápis de cor e canetas hidrográficas, tesoura, cola.
Avaliação	Identificação correta dos elementos e das diferentes épocas no painel construído.
CIÊNCIAS HUMANAS	Geografia
Objetivo	<ul style="list-style-type: none"> • Compreender as características das cinco regiões do Brasil, sinalizando a presença de homens e mulheres em suas tradições culturais.
Metodologia (estratégias)	Apresentar, através de um mapa do Brasil, as cinco regiões e suas características culturais e folclóricas, identificando tradições como danças típicas e a participação de homens e mulheres nelas.
Algumas habilidades da BNCC relacionadas à atividade	<p>(EF04GE01) Selecionar, em seus lugares de vivência e em suas histórias familiares e/ou da comunidade, elementos de distintas culturas (indígenas, afro-brasileiras, de outras regiões do país, latino-americanas, europeias, asiáticas etc.), valorizando o que é próprio em cada uma delas e sua contribuição para a formação da cultura local, regional e brasileira.</p> <p>(EF04GE06) Identificar e descrever territórios étnico-culturais existentes no Brasil, tais como terras indígenas e de comunidades remanescentes de quilombos, reconhecendo a legitimidade da demarcação desses territórios.</p>

Recursos além do livro	Reprodução grande de um mapa do Brasil, computador com acesso à internet, impressora, folhas sulfites tamanho A4, materiais de desenho, como lápis de cor e canetas hidrográficas.
Avaliação	Produção textual sobre as diferentes festividades tradicionais do Brasil.
MATEMÁTICA	Matemática
Objetivo	• Construir procedimentos para produzir, organizar, representar e interpretar dados, realizando a leitura das informações.
Metodologia (estratégias)	<ul style="list-style-type: none"> • Iniciar uma conversa listando as atividades da nuvem de palavras do início do livro. • Construir uma tabela com duas colunas: (1) “Menino” e (2) “Menina” e solicitar que os alunos preencham de acordo com seus conhecimentos prévios. • Discutir as relações de gênero a partir da tabela construída, considerando que essas questões são construções culturais e que mudam de acordo com o país e o momento histórico. • Ao final, sugerir que as crianças listem com a família os afazeres domésticos e como são divididos entre as figuras masculinas e femininas da casa e que tragam os resultados para a aula.
Algumas habilidades da BNCC relacionadas à atividade	<p>(EF01MA21) Ler dados expressos em tabelas e em gráficos de colunas simples.</p> <p>(EF02MA22) Comparar informações de pesquisas apresentadas por meio de tabelas de dupla entrada e em gráficos de colunas simples ou barras, para melhor compreender aspectos da realidade próxima.</p> <p>(EF03MA27) Ler, interpretar e comparar dados apresentados em tabelas de dupla entrada, gráficos de barras ou de colunas, envolvendo resultados de pesquisas significativas, utilizando termos como maior e menor frequência, apropriando-se desse tipo de linguagem para compreender aspectos da realidade sociocultural significativos.</p>
Recursos além do livro	Lousa, folhas de papel e material de anotação.
Avaliação	Observação dos alunos nos debates e a participação nas atividades realizadas na sala de aula.

Nota. Fonte: Ribeiro (2020).

As atividades propostas na Figura 27, quadro 2, por meio da interdisciplinaridade, precisam ser planejadas pela coordenação com a presença dos(as) professores(as) e todos devem estar preparados para realizá-la, preferencialmente em um trabalho que esteja no PPP da escola e que faça parte da formação docente da instituição.

10 O TRABALHO COM AS FAMÍLIAS

Se a formação docente é fundamental para a realização do trabalho de Educação Sexual na escola, a parceria com as famílias tem a mesma importância. Realizar encontros, grupos, reuniões e palestras com os(as) responsáveis(as) torna-se essencial, principalmente diante da leitura negativa que muitas famílias fazem, ainda hoje, em relação à abordagem da sexualidade pela escola.

10.1 A importância do trabalho com as famílias

Mesmo com toda proposta pedagógica apresentada ao longo desta dissertação para o trabalho na escola, incluindo a formação docente, não se pode esquecer que é fundamental que o trabalho aconteça “(. . .) em todos os ambientes de socialização inclusive na família e na escola, de modo que cada instituição colabore com a formação integral do indivíduo. A iniciação à formação cultural, social e psicológica acontece no ambiente familiar” (Braga, 2021, p. 49). Dessa forma, é importante que, desde cedo, as famílias conversem com os(as) seus(suas) filhos(as) e não os vejam (Braga, 2021) como seres angelicais e assexuados.

A ignorância a respeito do corpo e da sexualidade ou a omissão diante de situações relevantes constrói uma “cortiça de fumaça”, a qual impede que crianças e adolescentes saibam como lidar e como se proteger diante de uma situação, por exemplo, de assédio ou violência sexual, que pode trazer prejuízos irreparáveis para o psiquismo e para as relações sociais deles.

Braga (2021, p. 51) completa, dizendo que

(. . .) Muitos pais, ainda, temem que o diálogo sobre sexualidade fora do núcleo familiar ou sem o controle parental venha a contestar os valores morais e religiosos da família. Ou ainda que possa indicar caminhos contrários, ou seja, uma de um ‘estímulo à sexualidade precoce’, ‘um impulso para relações sexuais antes da hora’. Uma educação em sexualidade na escola baseada em dados científicos, pautada pelos Direitos humanos e de acordo com cada faixa etária não antecipa a atividade sexual, conforme indicam as principais pesquisas brasileiras e internacionais.

Muito pelo contrário, a informação protege, ensina e faz com que os(as) adolescentes tenham mais cuidados ao iniciarem uma vida sexual, buscando o momento certo e, quando ocorre, é com mais prevenção, o que significa o uso de preservativo.

Beliz (2018, p. 23) explica a importância de refletir sobre isso ao afirmar que

(. . .) Vivemos numa sociedade hipersexualizada e, mesmo que não queiramos falar sobre o assunto, o conteúdo chega-nos de todos os lados: televisão, revistas, músicas e internet. Mesmo que nos recusemos a falar, o tema chega inevitavelmente às nossas crianças sem filtro nem orientação e, por vezes, de forma crua e perigosa. Erotização da Infância, Violência Sexual, Violência de Gênero, Abuso, Sexting, Bullying ou Cyberbullying, podem ser conceitos para os quais as nossas famílias não estavam sensibilizadas ou que não fizeram parte da nossa infância (. . .) falar com as crianças e os jovens sobre sexualidade é a única forma de os proteger e ajudá-los a tomar decisões protetoras em relação a si e aos outros.

Essa conversa em casa é fundamental, primeiro, porque a família é o primeiro grupo social de convivência da criança; segundo, porque “(. . .) os pais são os primeiros modelos referentes à sexualidade de seus filhos e desempenham um importante papel na comunicação sobre sexualidade, relacionamentos e bem-estar” (Braga, 2021, p. 52).

Muitas vezes, para que essa conversa ocorra, é necessário que as famílias também tenham um espaço para esse aprendizado e recursos básicos que possam auxiliá-los na Educação Sexual dos filhos. E, nesse sentido, com a educação continuada dos(as) professores(as) como proposto, os docentes podem dar esse suporte, por meio dos recursos pedagógicos destinados elaborados exclusivamente para auxiliá-los nas estratégias com as famílias e apresentados nos apêndices desta dissertação. Lembrando que “(. . .) uma educação em sexualidade emancipatória garante aos(às) educandos o desenvolvimento de ações educativas em busca da promoção da autonomia, superando padrões de comportamentos hierarquizados e estereotipados, ou seja, quebrando tabus e preconceitos” (Braga, 2021, p. 51).

10.2 Entraves

Ao perguntarmos aos docentes na Pesquisa Nacional com Professores do Ensino Fundamental I”, citada anteriormente, qual o principal “entreve” que dificulta o professor de realizar um trabalho de Educação Sexual, a família foi a mais citada.

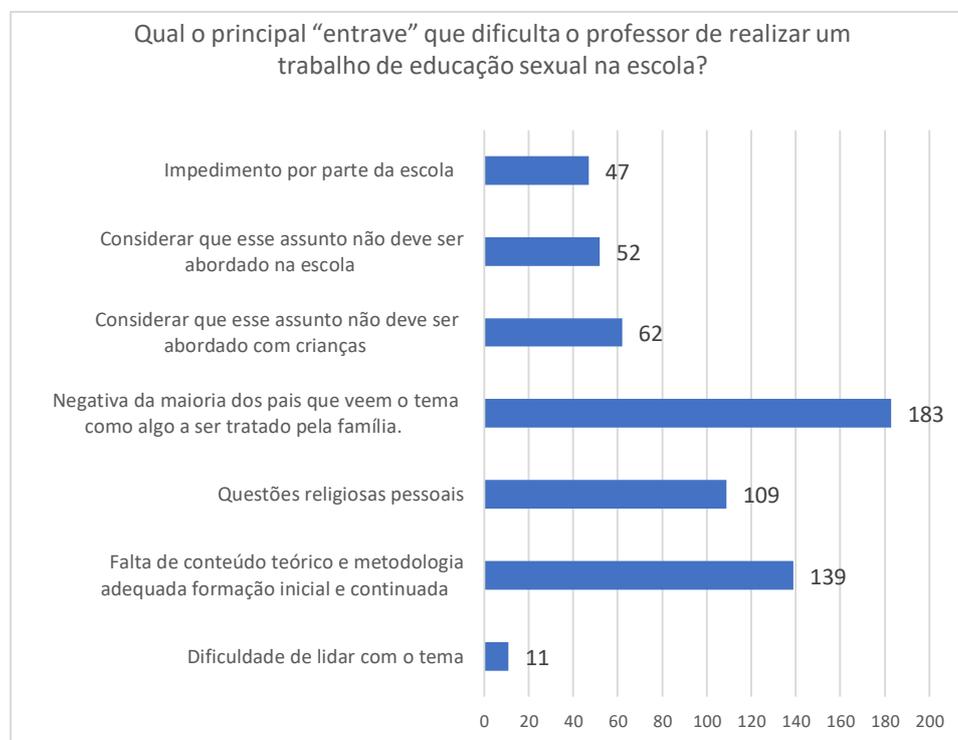


Figura 26. Gráfico 2 — Qual o principal “entreve” que dificulta o professor de realizar um trabalho de Educação Sexual? Fonte: Ribeiro (2020).

Esse resultado reforça a ideia propagada até hoje de que a Educação Sexual é algo a ser conversado em casa, pelas famílias (n=183), como se pode identificar nos resultados dessa pesquisa (Gráfico 2). Mas, segundo Ribeiro (2021b, p. 13),

(. . .) a escola tem um papel importante a cumprir e não há como adiar essa conversa que faz parte da formação educacional dos(as) alunos(as). Muitas instituições de ensino acreditam que este é um papel da família. E não deixa ser, mas o que propomos é um trabalho de parceria. No entanto, o que encontramos com frequência é uma dificuldade das famílias em falarem sobre sexo por acreditar que a inocência protege ou adia o início da vida sexual quando ela ‘*bater à porta*’ (. . .) Não estamos falando de uma *queda de braços*, entre um ou outro, mas da importância de esta conversa estar presente nas duas instituições de convivência das crianças e dos adolescentes: família e escola. Cada uma com o seu papel diferenciado de educar,

mas que compreendam que, enquanto o assunto não é tratado, os(as) filhos(as) em casa e os(as) alunos(as) na escola estão expostos a todo tipo de intercôrrência quando se desconhece o assunto.

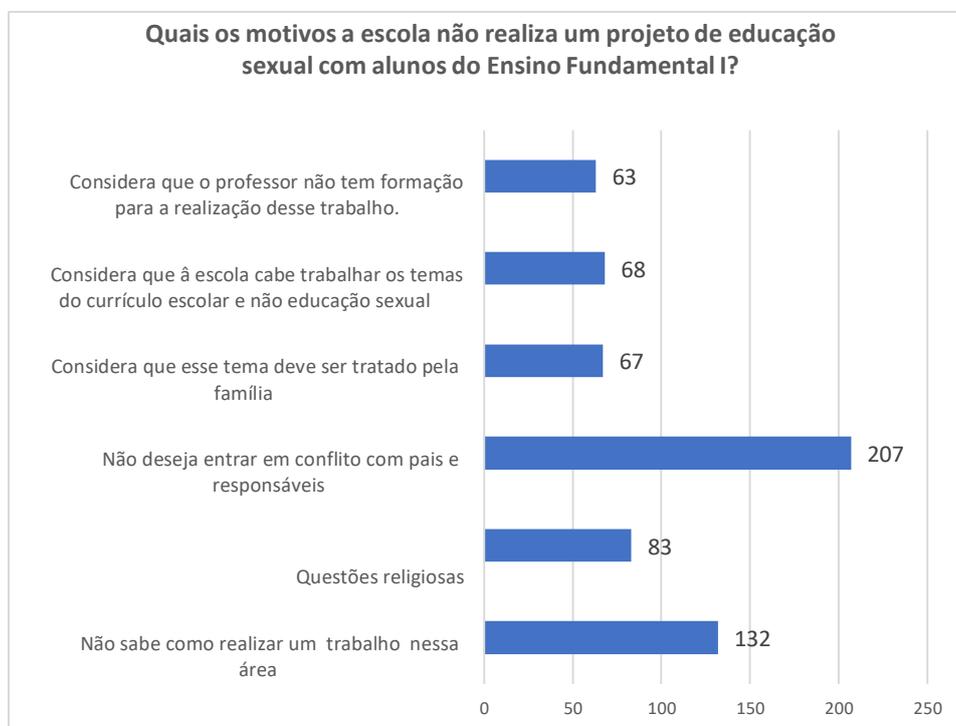


Figura 27. Gráfico 3 — Na sua opinião, por quais motivos a escola não realiza um projeto de Educação Sexual com os alunos do Ensino Fundamental? Fonte: Ribeiro (2020).

Mais uma vez, a família aparece com um entrave e, segundo os docentes pesquisados, um número bastante considerável (n=207) acredita que a realização do trabalho de Educação Sexual pode fazê-los entrar em conflito com os pais ou responsáveis. Isso reforça a importância do trabalho com as famílias, tão destacado nesta dissertação e proposto no material complementar anexado (Recursos Pedagógicos).

A respeito do tema, segundo Beliz (2018, p. 24) há vantagens na Educação Sexual com as famílias, pois ela:

- (. . .) Promove a confiança dentro da família, transmite segurança às crianças e jovens, pois saberão que poderão esclarecer todas as dúvidas num ambiente familiar privilegiado.
- Promove a proximidade e a cumplicidade entre todos os membros da família.
- Permite esclarecer os mitos e as ideias erradas que existam.

- Transmite valores importantes às famílias.
- Reduz os comportamentos de risco, como a violência sexual, a gravidez precoce, entre outros.
- Promove a autoestima, pois conversar desde cedo sobre o corpo de forma natural fará com que a criança ultrapasse mais facilmente as mudanças na puberdade e na adolescência.
- Promove o conhecimento e facilita a compreensão da sexualidade como um todo: afetos, emoções, relação, responsabilidade etc.

10.3 Recursos Pedagógicos

Dois Guias para Famílias são apresentados, com orientações básicas sobre corpo e gênero, seguindo os mesmos conteúdos destacados nos materiais do(a) professor(a), podendo ser um recurso importante para o trabalho com os(as) responsáveis(as) pelos(as) alunos(as), na interface de trabalho de Educação Sexual: Escola/Aluno(a)/Família.

10.3.1 GUIA PARA FAMÍLIAS – SOBRE CORPO³⁶

Conteúdos

1. Educação Sexual na Infância — o que é Educação Sexual e o que não é;
2. Idade para essa conversa;
3. Dicas para ajudar nessa conversa;
4. Motivos para falar sobre sexo em casa;
5. O que possibilita o trabalho de Educação Sexual;
6. Nudez/tomar banho junto;
7. Prevenção à violência sexual;
8. Alguns sinais que podem identificar se a criança foi abusada sexualmente;
9. Como evitar que a violência sexual aconteça.

10.3.2 GUIA PARA FAMÍLIAS – SOBRE GÊNERO³⁷

³⁶ Guia completo – Apêndice 3.

³⁷ Guia completo – Apêndice 4.

Conteúdos

1. Gênero;
2. Educação de meninos e meninas;
3. “Coisas” de meninos e de meninas;
4. Brincadeiras e jogos;
5. Sentimentos de meninos e meninas;
6. Medo, coragem.... homem não chora?
7. Afazeres domésticos;
8. Equidade de gênero;
9. Profissões “femininas” e “masculinas”
10. Diferenças culturais.

11 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Seria possível nomear esta seção como “Considerações Parciais”, visto que o trabalho científico estará sempre inconclusivo: a cada consulta de um novo pesquisador, novas ideias, pesquisas e reflexões certamente serão propostas. Os avanços da ciência, as novas publicações e descobertas, os entraves e as conquistas da sociedade ou os avanços ou retrocessos da política vão sempre interferir — positiva ou negativamente — no trabalho de Educação Sexual.

Portanto, é essencial não pararmos nunca de pesquisar. Este mestrado de Educação Sexual da Unesp (Araraquara-SP), de certa forma, “obriga” a comunidade acadêmica a dar continuidade em uma produção científica baseada nos direitos humanos, na equidade de gênero e na construção do cidadão e da cidadã — bases desse trabalho —, incluindo o respeito às diferenças e o combate a todo tipo de preconceito e violência. Esses, a meu ver, são os pilares de um programa de Educação Sexual.

Fazendo um retrocesso para essas considerações, reforço a ideia de se buscar sempre a compreensão histórica, importante para entender a sexualidade hoje em dia, principalmente nas questões de gênero e no combate à misoginia, à homofobia, ao racismo e às ações que subjagam a mulher, chegando ao feminicídio. A luz sobre a história pode ajudar com propostas educativas para os dias de hoje.

Um trabalho de Educação Sexual precisa de garantias legais, de uma fundamentação teórica consistente, recursos educativos acessíveis aos(as) professores(as) e aos demais atores sociais da escola, da aproximação da academia com a educação básica, de políticas públicas de Educação e Saúde com reconhecimento e alteridade às propostas e, além disso, sem a ingerência religiosa ou política.

O nosso país, segundo a Constituição de 1988, é laico, o que significa que o poder do Estado é imparcial ao debate religioso. No entanto, na prática, esse termo, que tem origem etimológica no grego laikós — do “povo” —, é desconsiderado nos projetos de Educação Sexual, com interferências principalmente da bancada conservadora de diferentes setores — das câmaras municipais ao congresso nacional.

As políticas públicas precisam ser autônomas, no sentido que tenhamos equipes técnicas que garantam a legitimidade do que é proposto.

Se considerar a existência de um importante arcabouço teórico, concepções pedagógicas bem fundamentadas e marcos nacionais e internacionais que garantam os

trâmites legais do projeto, o que falta para implementarmos a Educação Sexual no Sistema Educacional Brasileiro?

Vontade política? Talvez. Mas, além disso, que o Poder Público estabeleça metas, formalize a formação docente não só para os(as) professores(as) da Educação Básica, mas também uma formação docente enquanto disciplina nas licenciaturas, articule com as secretarias de ensino e, por fim, acompanhe até a autonomia de cada setor. Caso contrário, a história dos PCN vai se repetir: um trabalho riquíssimo, mas sem uma implementação eficaz, com um acompanhamento falho por acreditar que as próprias secretarias de educação dariam conta, sem que esses gestores soubessem como implementar essa política educacional.

Diante da gravidez na adolescência, das Infecções Sexualmente Transmissíveis, da violência contra crianças e adolescentes, da violência nas escolas, do *bullying* que se relaciona com comportamentos intolerantes e da falta de espaços de convivência entre os(as) alunos(as), é que se faz necessária uma política pública que traga garantias para a sua efetivação, com a presença do Estado e seus devidos direitos.

Do lado de cá, ou seja, da produção acadêmica a respeito do tema, como proposto com esta dissertação, é importante que a universidade se aproxime dos debates públicos, propondo ideias, dividindo pesquisas, pontuando caminhos, trazendo o conhecimento científico “além muros” do espaço acadêmico, encaminhando pautas e propondo projetos. Mas, nesse sentido, também é preciso vontade política.

Da universidade e, em particular no nosso caso, uma instituição pública, espera-se o retorno para a sociedade por meio do avanço da ciência e tecnologia, das descobertas para a saúde e das propostas educativas que, no nosso Mestrado, se refere à produção profissional que traga recursos educativos para o trabalho de Educação Sexual.

Partindo dessa premissa e como uma contribuição pedagógica para os(as) professores(as) e às famílias dos(as) estudantes, construímos recursos educativos que atendem esses dois públicos, em benefício dos(as) seus(suas) alunos(as) e filhos(as), através da formação pelos meios apresentados.

Os recursos elaborados, associados a duas obras de sucesso — *Mamãe, como eu nasci?* e *Menino brinca de boneca?* — de minha autoria, vão atingir alunos(as), escolas e famílias de todos os Estados brasileiros, por meio da Editora Moderna, responsável pela edição da obra e das propostas educativas que compõem este trabalho.

Soma-se a isso, em um segundo momento, a veiculação desse material pelas redes sociais e, através de uma parceria estabelecida com a Confederação Nacional com os

Trabalhadores de Educação (CNTE), os recursos elaborados para esta dissertação serão distribuídos para todas as secretarias de educação do país.

Com isso, acreditamos que, além de instituição de ensino, o nosso trabalho é produzir conhecimento e entregá-lo à população — no nosso caso, professores(as) e famílias —, para que tenhamos uma sociedade mais justa e democrática, para que a educação seja a mola mestra das formações e que tenhamos uma equidade entre todas as pessoas, independentemente de seu lugar de origem, raça, orientação sexual, gênero, religião ou escolhas no sentido mais amplo da palavra.

Quem sabe esta dissertação não chegue a diferentes instâncias públicas e privadas e organizações sociais, por meio de programas, projetos e ações de extensão, com valiosa contribuição para melhorar a vida das pessoas por meio da pedagogia da sexualidade?

REFERÊNCIAS

- Abawi, K., Smith, M., & Marnicio, A. (2017). Introdução à Saúde Sexual. In A. Diehl, D. L. Vieira (Orgs), *Sexualidade Do Prazer ao Sofrer* (2a. ed., pp. 29-40). Editora Roca.
- Aguiar, M. (2021). O Projeto Político-Pedagógico e a Abordagem dos Temas Especiais. In M. Ribeiro (Org.), *A Conversa sobre sexualidade na escola* (pp.17-31). Wak Editora.
- Albuquerque, P. (2016). Prefácio: José de Albuquerque, meu pai. In S. Carrara, & M. Carvalho (Orgs.), *Meu encontro com os outros – Memórias de José de Albuquerque, pioneiro da Sexologia no Brasil* (pp. 7-8). Editora Fiocruz.
- Alves, T. G. (2013). Mulher (D)E Malandro: efeitos de sentido no discurso amoroso do samba. Anais do VI Seminário de Estudos em Análise do Discurso (s.p.). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul.
- Barroso, C., & Bruschini, C. (1982). *Educação Sexual Debate Aberto*. Vozes.
- Batista, L. dos S., & Kumada, K. M. O. (2021). Análise metodológica sobre as diferentes configurações da pesquisa bibliográfica. *Revista Brasileira De Iniciação Científica*, 8, e021029. Recuperado de <https://periodicoscientificos.itp.ifsp.edu.br/index.php/rbic/article/view/113>
- Beliz, V. (2018). *Chamar as coisas pelos nomes – Como e quando falar sobre sexualidade*. Editora Arena.
- Braga, M. (2017). *Educação em Sexualidade – Perspectiva na vida de adolescentes e jovens*. Ed. Novas Edições Acadêmicas.
- Braga, M. (2019). Debater sexualidade e gênero é um direito constitucional. In M. Ribeiro (Org.), *A Conversa sobre gênero na escola* (pp.141-154). Wak Editora.
- Braga, M. (2021). O papel dos pais: será que o silêncio protege? In M. Ribeiro (Org.), *A Conversa sobre sexualidade na escola* (pp.47-58). Wak Editora.
- Brasil. Supremo Tribunal Federal (STF). (2022). *Convenção Americana sobre Direitos Humanos [recurso eletrônico]: anotada com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e da Corte Interamericana de Direitos Humanos / Supremo Tribunal Federal* (2ª edição). Brasília: STF, Secretaria de Altos Estudos, Pesquisas e Gestão da Informação. Recuperado de <https://www.stf.jus.br/arquivo/cms/jurisprudenciaInternacional/anexo/ConvenoAmericana sobreDireitosHumanos10.9.2018.pdf>.
- Bueno, R. C. P., & Ribeiro, P. R. M. (2018). História da Educação Sexual no Brasil: Apontamentos para Reflexão. *Revista da Sociedade Brasileira de Sexualidade Humana - RBSH*, 29(1), 49-56. Recuperado de https://www.rbsh.org.br/revista_sbrash/article/view/41.

- Câmara dos Deputados. (2021). *A Conquista do Voto Feminino*. <https://www.camara.leg.br/internet/agencia/infograficos-html5/a-conquista-do-voto-feminino/index.html>.
- Carelli, A. R. (2017). Sexualidade Humana: Do Passado ao Presente. In A. Diehl, & D. L. Vieira (Orgs.), *Sexualidade Do Prazer e o Sofrer* (ed. 2, pp. 3-25). Editora Roca.
- Carrara, S., & Carvalho, M. (Orgs.) (2016). *Meu encontro com os outros – Memórias de José de Albuquerque, pioneiro da Sexologia no Brasil*. Editora Fiocruz.
- Carvalho, J. R., & Oliveira, V. H. (2017). Pesquisa de Condições Socioeconômicas e Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher. Relatório Executivo II - Primeira Onda - 2016. Violência Doméstica e seu Impacto no Mercado de Trabalho e na Produtividade das Mulheres. Fortaleza, Recife.
- Castro, M. G., Abtramovay, M., & Silva, L. B. da. (2004). Juventudes e Sexualidade. UNESCO Brasil. Recuperado de https://crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/publi/unesco/juventudes_e_sexualidade_2004.pdf.
- Cervo, A., & Bervian, P. A. (1996). *Metodologia Científica: para uso dos estudantes universitários* (4a ed). Makron Books.
- Cochran, C. L., & E Malone, E. (1995). *Public policy: perspectives and choices*. McGraw Hill.
- Coelho, M. V. (2021, junho 20). O STF e a inconstitucionalidade do "Escola Sem Partido". Consultor Jurídico. Recuperado de <https://www.conjur.com.br/2021-jun-20/constituicao-stf-inconstitucionalidade-escola-partido>.
- Costa, M. A. B., & Toledo, J. C. (2016). Análise dos modelos e atividades do pré-desenvolvimento: revisão bibliográfica sistemática. *Gest. Prod.*, São Carlos, 23(4), 704-717. Recuperado de <http://dx.doi.org/10.1590/0104-530X1888-15>.
- Cury, A. (2018). Planejamento Pedagógico: você sabe qual a importância dele? *Escola da inteligência Educação Socioemocional*. <https://escoladainteligencia.com.br/blog/planejamento-pedagogico-voce-sabe-qual-importancia-dele/>.
- Dilma Rousseff. (2023). In *Wikipedia*. Acessado em 26 de abril, 2023 de https://pt.wikipedia.org/wiki/Dilma_Rousseff.
- Dye, T. (2011). *Understanding public policy* (13a ed.). Pearson Education.
- Egypto, C. (Org.) (2003). *Orientação sexual na escola: um projeto apaixonante*. Ed. Cortez, 2003.
- Eulau, H. E., & Prewitt, K. (1973). *Labirintos da Democracia: Adaptações, Vínculos, Representação e Políticas na Política Urbana*. Bobbs-Merrill Company.

- Fagundes, T. C. (2021). A pedagoga diante do trabalho de educação sexual. In M. Ribeiro (Org.), *A Conversa sobre sexualidade na escola* (pp.59-77). Wak Editora.
- Felicio, L. A. (2011). *Um projeto de Educação sexual para o Brasil: O Círculo Brasileiro de Educação Sexual - 1933 -1945*. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH, São Paulo.
- Ferreira, F. E. (2023). No Brasil, uma mulher é vítima de violência a cada quatro horas. *Agência Brasil*. Recuperado de <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2023-03/no-brasil-uma-mulher-e-vitima-de-violencia-cada-quatro-horas#:~:text=O%20boletim%20Elas%20vivem%3A%20dados,60%25%20do%20total%20de%20casos.>
- Figueiró, M. N. D. (2014). *Formação de educadores sexuais – adiar não é mais possível*. Editora EdueL.
- Frohock, F. (1979). *Public policy: scope and logie*. Englewood Cliffs. NJ, Prentice-Hall.
- Gagliotto, G. M. (2014). *A Educação sexual na escola e a pedagogia na infância*. Jundiaí, SP: Paco Editorial.
- Garcia, C. (2017, fevereiro 21). Disque 100: saiba como funciona o canal de atendimento. Criança Livre de Trabalho. Recuperado de <https://livredetrabalho infantil.org.br/noticias/reportagens/saiba-como-funciona-o-canal-de-atendimento-disque-100/>.
- Gaudio, M. (2019). Violência de gênero. In M. Ribeiro (Org.), *A Conversa sobre gênero na escola* (pp. 215-228). Wak Editora.
- Gil, A. C. (2007). *Como elaborar projetos de pesquisa* (9a ed.). Atlas.
- Grau, M. (2002). *O Estudo de Políticas Públicas: Abordagens e Metodologias de Análise*. Tirant lo Blanch.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística*. (IBGE) (2011). Dados de Registro Civil: óbitos e nascidos vivos. Rio de Janeiro. Recuperado de <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9110-estatisticas-do-registro-civil.html?=&t=destaques>.
- Jenkins, W. (1978). *Policy analysis. A Political and Organisational Perspective*. Martin Robertson.
- Junqueira, R. (2019). A invenção da “Ideologia de Gênero”. In M. Ribeiro (Org.), *A Conversa sobre gênero na escola* (pp.127-133). Wak Editora.
- Kamel, L., & Pimenta, C. (2008). Diversidade sexual nas escolas: o que os profissionais de educação precisam saber. *ABIA*. Recuperado de http://www.abiaids.org.br/_img/media/Cartilha_Diversidade_sexual_Escolas.pdf

Leão, A. M. De C., Ribeiro, P. R. M., & Bedin, R. C. (2010). Sexualidade e orientação sexual na escola em foco: algumas reflexões sobre a formação de professores. *Rev. Linhas*, 11(1), 36-52. Recuperado de <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/124980>.

Lei n. 5.692, de 11 de agosto de 1971 (1971, 11 de agosto). Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Seção 1. Presidência da República. Recuperado de <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5692-11-agosto-1971-357752-publicacaooriginal-1-pl.html>.

Lei n. 9394, de 20 de dezembro de 1996. (1996, 20 de dezembro). Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Recuperado de https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm.

Lei n. 11.340, de 7 de agosto de 2006. (2006, 7 de agosto). Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. Diário Oficial da União, Seção 1. Presidência da República. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm.

Lei n. 12.852, de 5 de agosto de 2013. (2013, 5 de agosto). Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude - SINAJUVE. Diário Oficial da União, Seção 1. Presidência da República. Recuperado de https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/112852.htm.

Lei n. 13.005, de 25 de Junho de 2014. (2014, 25 de junho). *Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências*. Diário Oficial da União, Seção 1. Presidência da República. Recuperado de <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2014/lei-13005-25-junho-2014-778970-publicacaooriginal-144468-pl.html>.

Meny, Y., & Thoenig, J. (1992). *Políticas Públicas* (1a ed.). Editorial Ariel.

Ministério da Educação. (1997). Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros curriculares nacionais: ensino fundamental*. Recuperado de <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro01.pdf>.

Ministério da Educação. (2007). *Programa Saúde na Escola*. Distrito Federal – DF. Recuperado de <http://portal.mec.gov.br/expansao-da-rede-federal/194secretarias-112877938/secad-educacao-continuada-223369541/14578-programa-saude-nas-escolas>.

Ministério da Educação. (2018). *Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos*. Ministério dos Direitos Humanos (3ª reimp. Simplificada). Brasília DF. Recuperado de <http://portal.mec.gov.br/pnlem/111-tv-mec-818951690/tv-escola-1440558247/13258-salto-para-o-futuro-sp-1346571866>.

- Ministério da Educação. (2019). *Base Nacional Comum Curricular*. Recuperado de <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>.
- Ministério da Saúde (1998). *Prevenir é sempre melhor*. Coordenação Nacional de DST e Aids. – Brasília: Ministério da Saúde, Coordenação Nacional de DST e Aids. Recuperado de https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/165_02Prevenir98.pdf.
- Ministério da Saúde (2006). Secretaria de Vigilância em Saúde. *Saúde e prevenção nas escolas: guia para a formação de profissionais de saúde e de educação* / Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde. – Brasília : Ministério da Saúde, 2006. 156 p. – (Série A. Normas e Manuais Técnicos). Recuperado de https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/saude_prevencao_escolas_guia_formacao_profissionais_educacao%20.pdf.
- Muller, L. (2013). *Educação Sexual em 8 lições*. São Paulo: Editora Academia do Livro.
- Nações Unidas no Brasil. (2022). *Sobre o nosso trabalho para alcançar os objetivos de Desenvolvimento Sustentável no Brasil*. Brasil. Recuperado de <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>.
- Nações Unidas no Brasil. (2023). *Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no Brasil*. Acessado em 26 de abril, 2023 de <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs/3>.
- Novaes, D. (2016). *Funk Proibidão: Música e Poder nas Favelas Cariocas* [Dissertação de Mestrado não publicada]. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- Organização Das Nações Unidas. (1948). *Declaração Universal dos Direitos Humanos*. Recuperado de <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>.
- Paiva, T. (2015). Orientação Sexual é suprimida da Base Nacional Curricular. *Revista Carta Capital*. <https://www.cartacapital.com.br/educacao/orientacao-sexual-e-suprimida-da-base-nacional-curricular/>.
- Parker, R. (1991). *Corpos, Prazeres e Paixões*. Editora Best Seller.
- Penido, A. (2016). Escolas em (re) construção. In Fundação Santillana, & Moderna, *Destino: Educação Escolas Inovadoras* (pp. 25-37). Fundação Santillana e Editora Moderna. Recuperado de <https://www.fundacaosantillana.org.br/publicacao/destino-educacao/>.
- Projeto de lei n. 246, de 04 de fevereiro de 2019*. (2019, 04 de fevereiro). Institui o “Programa Escola sem Partido”. Recuperado de <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2190752>.
- Rede Brasil Atual. (2022). *Mais de 90% dos brasileiros divergem de Bolsonaro e aprovam gênero e educação sexual nas escolas*. <https://www.redebrasilatual.com.br/educacao/90-brasileiros-divergem-bolsonaro-aprovam-genero-educacao-sexual-escolas/>.

- Reis, G. V., & Ribeiro, P. R. M. (2004). A institucionalização do conhecimento sexual no Brasil. In P. R. M. Ribeiro (Org.), *Sexualidade e educação: aproximações necessárias* (pp. 27-71). Arte & Ciência.
- Reprolatina. (2016). *Jovens pela Educação Integral em Sexualidade*. Reprolatina.
- Reprolatina. (2020). *Educação Integral em Sexualidade - Um Guia para sua realização*. Reprolatina.
- Ribeiro, M. (2009). *Conversando com seu filho sobre sexo*. Ed. Planeta.
- Ribeiro, M. (2020). *Educação em Sexualidade: conteúdos, metodologias e entraves*. Wak Editora.
- Ribeiro, M. (2021a). Quando a sexualidade chega à escola. Como fazer? In M. Ribeiro (Org.), *A Conversa sobre sexualidade na escola* (pp.33-46). Wak Editora.
- Ribeiro, M. (2021b). Apresentação. In M. Ribeiro (Org.), *A Conversa sobre sexualidade na escola* (pp.11-15). Wak Editora.
- Ribeiro, M. (2023). *Mamãe, como eu nasci?* Editora Moderna.
- Ribeiro, P. R. M. (1990). *Educação sexual além da informação*. EPU.
- Ribeiro, P. R. M. (2017). Entrevista Educação para a sexualidade. *Revista Diversidade e Educação*, 5(2), 07-15. Recuperado de <https://periodicos.furg.br/divedu/article/view/7867>.
- Ribeiro, P. R. M. (2019). Desafios contemporâneos em educação sexual: a perda do ambiente mental, social e escolar. In R. Desidério, M. N. D. Figueiró, P. R. M. Ribeiro, P. O. S. P. Mendes, S. M. M. de Melo, V. I. de A. Maistro, & V. C. Bastos (Orgs.), *Interseccionalidade e Transgressões em Educação Sexual* (ed.1, pp.29-39). Editora Syntagma.
- Rosa, J. G. (1994). *Grande Sertão: Veredas*. Nova Aguilar.
- Sáez, M. T. (1997). El análisis de las políticas públicas A Análise das Políticas Públicas. In R. Bañón, & E. Carrillo (Orgs.), *La Nueva Administración Pública* (1 ed., pp.281-312). Alianza Editorial.
- Santos, P. F. S. dos, & Kurpel, D. F. (2021). *Objetificação dos corpos das mulheres: o ser-em-si e o objeto, um estudo de representações sociais [Apresentação de trabalho]*. Anais do V Seminário Internacional Desfazendo Gênero (online). Recuperado de https://editorarealize.com.br/editora/anais/desfazendo-genero/2021/TRABALHO_COMPLETO_EV168_MD_SA_ID_10122021210929.pdf.
- Sayão, Y. (1997). Orientação Sexual na Escola: os territórios possíveis e necessários. In J. G. Aquino (Org.), *Sexualidade na escola – Alternativas teóricas e práticas* (ed.1, pp. 107-117). Ed. Summus Editorial.

- Scott, J. W. (1991). *Gênero: uma categoria útil para análise histórica*. SOS Corpo.
- Silva, R. D. da (2015). *Educação Audiovisual da sexualidade: olhares a partir do Kit Anti-Homofobia*. [Tese de Doutorado não publicada]. Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara. Recuperado de <https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/126523/000840674.pdf?sequence=1&isAllowed=y>.
- Silva, R. D. da. (2020, janeiro). Exclusão da temática sexualidade nos anos iniciais do ensino fundamental na BNCC e seus reflexos para o ensino de ciências. *Horizontes – Revista de Educação*, 8(15), 98-112. Recuperado de <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/horizontes/article/view/12282>.
- Souza, A. P., Milani, D. R. da C., & Ribeiro, P. R. M. (2020, janeiro). A educação sexual e o papel do educador: reflexões a partir de um contexto social em transformação. *Dialogia*, (34), 95-106. Recuperado de <https://periodicos.uninove.br/dialogia/article/download/16635/8214>.
- Suplicy, M (1999). *Conversando sobre sexo* (14ª ed.). Vozes.
- Suplicy, M., Egypto, A. C., Branco, C. C., Gonçalves, E. V., Menocci, D. T., Silva, R. C. ... Silva, M. C. P. (2008). *Sexo se aprende na escola*. Editora Olho D'água.
- Supremo Tribunal Federal. (2019). *Ministro suspende norma de Londrina (PR) que proíbe conteúdos com questões de gênero em escolas*. <https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=432679>.
- Telelab Diagnóstico e Monitoramento. (2016). *Departamento passa a utilizar nomenclatura "IST" no lugar de "DST"*. <https://telelab.aids.gov.br/index.php/2013-11-14-17-44-09/item/519-departamento-passa-a-utilizar-nomenclatura-ist-no-lugar-de-dst>.
- Teodoro, M. (2022). Dia do sexo: por que 6 de setembro é considerado uma data especial. *Isto é Dinheiro*. <https://www.istoedinheiro.com.br/dia-do-sexo-6-setembro/>.
- Unesco. (2008). *Construindo a paz no espírito dos homens. Video & Sound Collections*. Recuperado de <https://www.unesco.org/archives/multimedia/document-265-por-2>.
- Unesco. (2010). *HQ SPE: um guia para utilização em sala de aula; Histórias em Quadrinhos: Projeto Saúde e Prevenção nas Escolas*. UNESDOC Digital Library. Brasília - DF. Recuperado de <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000188264>.
- Unesco. (2023). *Direito à educação em Sexualidade e Relações de Gênero no Cenário Educacional Brasileiro*. UNESDOC Digital Library. Brasília – DF. Recuperado de <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000384680>.
- Unesco. (2014). *Orientações Técnicas de Educação em Sexualidade para o cenário brasileiro: tópicos e objetivos de aprendizagem*. UNESDOC Digital Library. Brasília: DF. Recuperado de <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000227762>.

Valente, D. (2014, Abril 24). Livro do Século 19 Mostra os Males da Masturbação. *Mega Curioso*. <https://www.megacurioso.com.br/literatura/42885-livro-do-seculo-19-mostra-os-males-da-masturbacao.htm>.

APÊNDICES

Apêndice 1 – Suplemento Pedagógico 1 – Sobre Corpo



Marcos Ribeiro

MAMÃE, COMO EU NASCI?

Confira aqui o
Guia para famílias:



SUPLEMENTO DIDÁTICO

SUGESTÕES DE ATIVIDADES ELABORADAS PELO AUTOR

Marcos Ribeiro é professor e mestre em Educação Sexual (Unesp), com pós-graduação em Educação Infantil e Desenvolvimento e em Sexualidade (UCAM/AVAM). Consultor em educação sexual e palestrante – de forma presencial e *online* –, com trabalhos realizados para os ministérios da Saúde e da Educação, Unesco, Fundação Roberto Marinho, Canal Futura, John Hopkins University, entre outras instituições públicas e privadas. Parecerista dos Parâmetros Curriculares Nacionais e autor, premiado pela Academia Brasileira de Letras, com mais de 20 livros publicados para crianças, adolescentes, famílias e professores.

SOBRE O LIVRO MAMÃE, COMO EU NASCI?

Mamãe, como eu nasci? trata, com responsabilidade, dos temas sexo e sexualidade, de maneira didática, em uma linguagem adequada ao universo infantil, propiciando a este público o direito à informação.

O livro serve de recurso para uma conversa que pode começar em casa, com as famílias, e ser pedagogicamente desenvolvido na escola, contribuindo de modo significativo para o bom desenvolvimento físico, afetivo, social e cognitivo de crianças e pré-adolescentes, o que assegura uma educação inclusiva, equitativa e de qualidade.

Este material traz, também, o conceito de comportamento preventivo, em que as crianças podem identificar limites que devem dar a respeito de toques em seus corpos, diferenciando entre toques de cuidado (com o sinal verde) e abusivos (sinal vermelho), algo fundamental para a prevenção à violência sexual infantil.

Mamãe, como eu nasci? aborda também: a descoberta do corpo, incluindo os órgãos reprodutores; o mito da cegonha e sua origem; a gravidez, o processo de fecundação, nascimento e parto; a diferença entre inseminação artificial e fertilização *in vitro*; por fim, o nascimento pelo coração x adoção.

O livro, ricamente ilustrado, reproduz a diversidade de corpos e famílias encontrados no mundo real, trazendo uma mensagem de respeito às diferenças e propiciando a identificação da criança com os vários personagens representativos.

Sabendo da importância de amparos legais para tratar deste tema em sala de aula, são listados no começo do livro leis e documentos assinados pelo Brasil, país signatário de acordos nacionais e internacionais, que legitimam o trabalho com o livro. Não nos esqueçamos de que, mesmo quando um documento se refere à educação integral da criança e do adolescente, a sexualidade está implícita, porque faz parte da identidade e do desenvolvimento de todas as pessoas.

Alguns objetivos do trabalho a ser realizado com este livro

- Identificar o corpo do homem e da mulher;
- Reconhecer as diferenças físicas entre meninos e meninas;
- Distinguir o que pode e o que não pode, como proteção a uma violência sexual;

- Compreender, através das imagens, a diferença dos órgãos internos de homens e mulheres e como ocorre a fecundação;
- Conhecer como ocorre o desenvolvimento do bebê durante o período de gestação;
- Distinguir o parto normal do cesariano;
- Reconhecer a diferença entre inseminação artificial e fertilização *in vitro*;
- Conhecer a adoção como parte da formação de famílias, além de um ato de amor.

Princípios a serem considerados ao trabalhar com o livro *Mamãe, como eu nasci?*

É importante que o trabalho a ser desenvolvido tenha o caráter pedagógico e seja pautado na ciência, nos direitos humanos e na equidade de gênero, a mesma perspectiva em foi escrita a obra.

A conversa sobre os temas levantados pelo livro é iminente na vida das crianças e faz parte de sua formação educacional. Por isso, a proposta não é retirar a conversa do seio familiar, mas criar uma parceria; o diálogo franco e instrutivo precisa estar presente nas duas instituições de convivência das crianças: família e escola, cada uma com seu papel.

Nesse sentido, a escola não deve ditar normas de "certo" ou "errado", dizer o que o aluno "deve" ou "não" fazer, impor os seus próprios valores ou crenças: isso cabe à família. O trabalho a ser realizado é o de esclarecer dúvidas, valorizando o diálogo e as experiências trazidas pelas crianças, que poderão ser úteis, inclusive, em apresentações e reuniões com as famílias, como comumente ocorre nas escolas.

É preciso compreender que, quando o assunto não é tratado, as crianças ficam expostas a todo tipo de intercorrência derivada dessa ausência de conhecimento.

A sexualidade na criança e no adolescente está presente desde sempre e se expressa de formas e linguagens diferentes, de acordo com a faixa etária. E é desta forma, com um planejamento segmentado por ano escolar e idade, que o trabalho deve ser realizado, e essa também é a proposta de *Mamãe, como eu nasci?*

Importante lembrar que as atividades propostas podem ocorrer ao longo de um período, de acordo com o seu planejamento. O assunto não se esgota em uma aula nem necessariamente em um mês.

SUGESTÃO DE PROJETO PEDAGÓGICO

Quadro-síntese

Gêneros: Não-ficção, expositivo

Palavras-chave: Comportamento preventivo, sexo, sexualidade, gestação, adoção, educação sexual para crianças

Componentes curriculares envolvidos: Ciências, Língua Portuguesa

Competências Gerais da BNCC: 1. Conhecimento, 7. Argumentação, 8. Autoconhecimento e autocuidado

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: 3. Saúde e bem-estar, 4. Educação de qualidade, 5. Igualdade de gênero, 10. Redução das desigualdades, 16. Paz, justiça e instituições eficazes, 17. Parcerias e meios de implementação

Temas transversais contemporâneos: Saúde, Vida familiar e social, Educação em Direitos Humanos, Direitos da Criança e do Adolescente

Público-alvo: Leitor em processo e fluente (4ª a 5ª ano do Ensino Fundamental)

Atividades para antes da leitura

1. Antes de apresentar o trabalho a ser feito com *Mamãe, como eu nasci?*, com todos em círculo, avalie o conhecimento da turma a respeito do tema. Comece a abordagem perguntando: "O que, normalmente, dizem os adultos quando as crianças perguntam de onde vêm os bebês ou como eles nascem?".

Caso alguma criança fale da cegonha, pergunte o que eles acham e, na sequência, conte que esse mito surgiu de uma lenda da Escandinávia, apoiando-se no conteúdo da p. 12 do livro.

Outras respostas fantasiosas devem surgir, como "o papai colocou uma sementinha dentro da barriga da mamãe", então prontamente fale a resposta correta — por exemplo: "Quem fez o bebê foram o homem e a mulher" —, ressaltando que, com a leitura do livro, eles aprenderão como isso acontece.

2. Após esse *brainstorming* — técnica de dinâmica de grupo desenvolvida para explorar a potencialidade criativa ou fazer um levantamento inicial de um indivíduo ou de um grupo — proponha uma atividade para as crianças fazerem em casa, com suas famílias.

Peça para responderem as seguintes questões em uma folha de papel:

- Qual o seu nome e idade?
- Onde você nasceu?
- Conte algo sobre sua família: você sabe com o que seus pais (ou responsáveis) trabalham?
- Você tem irmãos(as), meio irmãos(as) ou irmãos(as) adotivos(as)? Qual a idade deles?
- Caso não tenha irmãos(as), você tem algum primo ou prima que brinque sempre com você?
- O que você gosta de fazer no fim de semana?

Complemente a atividade elaborando outras perguntas, relacionadas à realidade da sua turma. Peça também que tragam, além das respostas, uma foto com a família ou de seus membros.

Com as respostas, peça a cada que apresente o que escreveu em casa para toda a turma e disponha as fotos em um painel na sala de aula com um título, como "As famílias da nossa turma".

Essa atividade é para contextualizar o tema, conhecendo a história de cada criança e sua família, antes de começar a conversa a respeito de sexualidade, reprodução e gravidez.

Atividades para durante a leitura

1. Divida a turma em dois grupos e peça que desenhem o contorno de um menino e de uma menina em dois pedaços grandes de papel *kraft* (ou similar, com cerca de 1 m x 2 m). Quando o desenho estiver pronto, prenda-o na parede da sala de aula e, com o livro em mãos, peça que à turma que desenhe as partes do corpo que considerem diferentes nos meninos e nas meninas, nomeando-as. Peça também que apontem quais roupas íntimas meninos e meninas usam.
2. Ainda com os desenhos, corte círculos de papel nas cores verde, vermelho e amarelo. Caso não disponha de papéis coloridos, peça a ajuda da turma para pintar círculos de papel branco nessas cores.

Acrescente aos desenhos de menino e menina a seguinte legenda:

- **Verde:** Aqui pode tocar
- **Amarelo:** Opa! Vou tomar cuidado!
- **Vermelho:** Aqui, de jeito nenhum!

Distribua os círculos coloridos entre os alunos e apresente o conteúdo das p. 20 e 21 sobre consenti-

mento e prevenção à violência sexual infantil. Oriente a turma, com base na ilustração do livro, sobre os toques de cuidado (sinal verde) e toques abusivos (sinal vermelho), além dos toques que precisam de atenção (sinal amarelo).

Peça aos alunos que coletem, nos desenhos da parede, os círculos produzidos, a partir do que aprenderam. Caso algum seja colado no local errado, corrija e explique novamente.

3. Amplie a conversa, ressaltando a importância de falar com uma pessoa de confiança caso alguém queira tocar numa parte do corpo com os sinais amarelo e vermelho. Este é o momento de criar um espaço de segurança com a turma, estabelecendo um canal seguro de conversa, e que as crianças podem falar sem medo de ameaças.

4. Ajude os alunos a produzir mais dois desenhos, agora do contorno de um homem e de uma mulher, colocando o resultado ao lado dos desenhos das crianças. Peça que desenhem os órgãos internos desses adultos: os em comum, como pulmão, e os diferentes, como os órgãos do sistema reprodutor. É possível identificar as semelhanças e as diferenças por cores.

Com os desenhos finalizados, peça aos alunos que criem identidades para o homem e a mulher. *Em que trabalham? O que gostam mais de comer? Para que time de futebol torcem? Eles têm filhos? Têm filhos adotivos?* É importante que tenham uma história e uma identidade, para que a abordagem desse conteúdo não fique apenas no conceito biológico.

5. Após a atividade proposta, e com o auxílio dos desenhos de *Mamãe, como eu nasci?*, explique como ocorre a fecundação. É importante ressaltar que o encontro que produz o bebê deve ser feito apenas por pessoas adultas, com responsabilidade e consentimento.

Para complementar essa conversa, assista ao vídeo *Um jeito divertido de entender a fecundação*, disponível no YouTube, e verifique se ele é adequado ao ano escolar, à faixa etária e à realidade de sua turma e da escola. O vídeo pode ser acessado no endereço <https://mod.lk/funfec>. Acesso em: jul. 2023.

6. Como uma historinha, explique o que acontece em cada um dos meses de gestação, o desenvolvimento do bebê, que, ao passar dos meses, vai crescendo em tamanho. É possível fazer associações, por exemplo: *O bebê não foi comprado na feira, mas aos três meses de gestação tem o tamanho de uma maçã.*

Brinque com a equivalência entre o tamanho do feto e o tamanho das frutas, e apoie-se no trecho "Cuide do seu corpo fazendo uma alimentação variada, com frutas, legumes, proteínas e beba muita água" para propor um lanche especial com uma salada de frutas feita pela turma.

Ao final do lanche, lembre aos alunos que ele só foi possível graças à cooperação de todos e que foi um

trabalho coletivo. Essa mesma cooperação deve existir na hora de guardar tudo o que foi utilizado na tarefa, lembrando que não há tarefas só de meninos e só de meninas.

7. Utilize, se possível, uma boneca de pano para explicar o processo do nascimento. Caso não tenha esse recurso, apoie-se na ilustração final da p. 28, com o bebê já rotacionado para baixo, explicando sobre o parto normal e o parto cesáreo ou cesariana. Se for necessário, volte ao desenho da mulher adulta e reforce a explicação sobre os órgãos sexuais internos.

Os métodos de concepção por inseminação artificial e fertilização *in vitro* podem ser mais superficialmente explicados, considerando sempre a idade e a realidade da turma.

8. Ainda sobre a formação das famílias, converse com a turma a respeito da adoção, sua importância e seu significado como um ato de amor. Talvez haja entre os alunos alguma criança que tenha sido adotada ou alguém que conheça um filho adotivo. Este é um excelente momento para compartilhar experiências.

9. Sugira reproduzir com a turma a ilustração das crianças em círculo, com uma foto de todos, que pode ficar na sala de aula com a mesma legenda que aparece no livro: "Essa é a primeira das várias histórias da sua vida. Você ainda vai aprender muito mais, com bastante coisa para contar e sonhos para realizar. Esse é só o começo!"

Atividade para depois da leitura

1. Após a leitura do livro e todo aprendizado adquirido e compartilhado, proponha aos alunos montar um teatro de fantoches. Peça a eles que se dividam em duplas ou em pequenos grupos, caso a turma seja grande. Cada dupla ou grupo deve criar um roteiro (supervisionado) sobre temas como: uma mãe grávida e o desenvolvimento do feto; o momento da adoção por uma família; o semáforo de toques, com orientação em caso de toque em algum sinal vermelho.

Caso julgue pertinente, sugira a participação das famílias na confecção dos fantoches e na apresentação. Esta parceria é muito importante!

Material necessário:

- meias sem uso;
- elásticos;
- botões coloridos;
- canetinhas coloridas;
- tesouras de ponta arredondada;
- pedaços de lã;

- pedaços de pano colorido;
- folhas de jornal velho;
- cola de tecido.

Preparação:

- Peça aos alunos que peguem algumas folhas de jornal e amassem até ficarem do tamanho de uma bolinha de tênis. Depois, eles devem enfiar a bolinha até o final da meia.
- Em seguida, mostre aos alunos como torcer a meia para separar a cabeça do fantoche do restante do corpo. Passe um elástico nessa divisão e dê quantas voltas forem necessárias para que fique firme.
- Para fazer os olhos, peça para que cole dois botões na cabeça do fantoche.
- Para fazer os braços, os alunos devem amassar mais duas outras bolinhas de jornal, menores do que a primeira, e colocá-las na meia, próximas à cabeça do fantoche, na altura apropriada. Depois, é necessário prendê-las com elásticos.
- Para criar fantoches masculinos e femininos, peça aos alunos que cortem pedaços de pano colorido, simulando diferentes vestimentas, e cole-os para formar os personagens que quiserem.
- Para fazer uma boneca grávida, coloque uma outra bolinha de jornal amassado embaixo do tecido que forma o vestido, simulando uma barriga.
- Para fazer os cabelos, os alunos devem cortar e colar pedacinhos de lã na cabeça do fantoche.

- Peça que utilizem canetas coloridas para desenhar nariz, boca, bigode e outros detalhes que quiserem incorporar aos seus fantoches.

Colocando em prática:

- Explique que devem utilizar três dedos da mão para manipular os fantoches: o dedão e o dedo médio movimentam os bracinhos e o indicador, a cabeça;
- Sugira que criem vozes para os personagens;
- Estimule a criatividade dos alunos para que associem o aprendizado com a diversão.

Após a apresentação, avalie o que acharam da atividade, como foi participar de todo o processo criativo (elaborar os roteiros, fazer os fantoches...) e do aprendizado por meio do teatro.

O livro *Mamãe, como eu nasci?* foi adaptado para o teatro e, no período de 2003 a 2009, foi apresentado em alguns estados brasileiros (RJ, MG, PR e PE) e também no exterior (Argentina, Venezuela e Angola).

Para citação: RIBEIRO, Marcos. *Mamãe, como eu nasci?* 4. ed. revista e atualizada. São Paulo: 2024.

Para consultoria, palestras, cursos *online* ou presenciais a respeito deste livro, ou para agendar encontro com o autor, é só entrar em contato:
 Site: www.marcosribeiro.com.br
 E-mail: marcosribeiro@marcosribeiro.com.br
 Instagram: @educadormarcosribeiro

Apêndice 2 – Suplemento Pedagógico 2 – Sobre Gênero



Marcos Ribeiro

MENINO BRINCA DE BONECA?

Confira aqui o
Guia para famílias.



SUPLEMENTO DIDÁTICO

SUGESTÕES DE ATIVIDADES ELABORADAS PELO AUTOR

Marcos Ribeiro é professor e mestre em Educação Sexual (Unesp), com pós-graduação em Educação Infantil e Desenvolvimento e em Sexualidade (UCAM/AVAM). Consultor em educação sexual e palestrante – de forma presencial e *online* –, com trabalhos realizados para os ministérios da Saúde e da Educação, Unesco, Fundação Roberto Marinho, Canal Futura, John Hopkins University, entre outras instituições públicas e privadas. Parecerista dos Parâmetros Curriculares Nacionais e autor, premiado pela Academia Brasileira de Letras, com mais de 20 livros publicados para crianças, adolescentes, famílias e professores.

SOBRE O LIVRO MENINO BRINCA DE BONECA?

Menino brinca de boneca? trata dos temas gênero, igualdade de direitos, divisão de tarefas e a atribuição de atividades, brincadeiras, sentimentos e atitudes diferentes entre meninos e meninas por questões culturais, sem nenhuma base científica. Trabalhar essas questões na escola é importante para que possamos construir uma sociedade igualitária, não-sexista, com respeito às diferenças, sendo este um aprendizado que pode começar desde cedo, como propõe esse livro.

Para entendermos melhor, gênero é uma construção cultural que diferencia as pessoas a partir dos padrões da cultura à qual estão inseridos, que podem mudar ao longo do tempo. Essa construção é estabelecida ao nascer, considerando as diferenças genitais para a separação entre identidade feminina e masculina. Sendo essa construção algo que afeta a sociedade, falar sobre gênero é falar sobre igualdade e direitos humanos.

Menino brinca de boneca? discute preconceitos, estereótipos e a forma como a sociedade contribui para que tais comportamentos sejam transmitidos de geração a geração: com vantagens, privilégios e mais oportunidades para o menino (homem), em detrimento da menina (mulher).

Sabendo da importância de amparos legais para tratar deste tema em sala de aula, são listados no começo do livro leis e documentos assinados pelo Brasil, país signatário de acordos nacionais e internacionais, que legitimam o trabalho com o *Menino brinca de boneca?*. Dessa forma, esse livro contribui significativamente para a conversa em casa e o trabalho em sala de aula, citando exemplos de situações que acontecem no cotidiano, enriquecido com ilustrações e fotos.

Alguns objetivos do trabalho a ser realizado com esse livro

- Reconhecer as diferenças na criação de meninos e de meninas.
- Valorizar a importância de uma educação igualitária, não-sexista, em casa, na escola e em todos os espaços sociais.
- Identificar quais são as brincadeiras e os jogos que meninos e meninas não participam por preconceito ou porque medo de críticas.
- Compreender que muitas atitudes, emoções e a forma de se vestir de meninos e meninas são construídos a partir da *cultura*, sem nenhuma relação com o *gênero*.

- Entender que as profissões são escolhas pessoais e não estão vinculadas ao gênero.

Princípios a serem considerados ao trabalhar com o livro *Menino brinca de boneca?*

A proposta principal deste livro é conversar sobre a importância de direitos iguais para meninos (e homens) e meninas (e mulheres) em todos os lugares — em casa, na escola, no trabalho e em todos os espaços sociais —, a fim de esclarecer que diferença não significa desigualdade e que as oportunidades devem ser iguais independente do gênero.

A sala de aula será o espaço inicial para o trabalho pedagógico a partir da leitura do *Menino brinca de boneca?* mas na hora da saída ou da entrada e durante o intervalo, será possível presenciar muitas situações nas quais o(a) professor(a) poderá intervir.

Procure identificar também algumas situações que ocorram fora do ambiente escolar, para que se possa abordar o tema da igualdade entre homens e mulheres a partir de diferentes perspectivas, tendo como enfoque o combate a todo tipo de preconceito e discriminação. Acreditamos que o mais adequado é trabalhar o livro por etapas, respeitando o tempo de cada turma, enquanto algumas crianças leem, outras discutem e expõem suas dúvidas.

É importante que o trabalho a ser desenvolvido tenha caráter pedagógico e seja pautado na ciência, nos direitos humanos e na equidade de gênero, a mesma perspectiva em que foi escrita a obra. Por isso, a proposta não é retirar a conversa do seio familiar, mas criar uma parceria; o diálogo franco e instrutivo precisa estar presente nas duas instituições de convivência das crianças: família e escola, cada uma com seu papel.

Nesse sentido, não cabe à escola ditar normas de "certo" ou "errado", dizer o que o(a) aluno(a) "deve" ou "não" fazer, impor seus próprios valores ou crenças: isso cabe à família. O trabalho a ser realizado é o de esclarecer dúvidas, valorizando o diálogo e as experiências trazidas pelas crianças, que poderão ser úteis, inclusive, em apresentações e reuniões com as famílias, como comumente ocorre nas escolas.

É preciso compreender que, embora um dia essa desigualdade tenha sido normalizada, nunca fez sentido (sobretudo hoje em dia) criar meninos e meninas sem os mesmos direitos e oportunidades. A educação precisa ser igualitária com a valorização do protagonismo da pessoa humana, independente do gênero.

Essa conversa se expressa de formas e linguagens diferentes, de acordo com a faixa etária. E é desta forma, com um planejamento segmentado por ano escolar e idade, que o trabalho deve ser realizado, e é esta também a proposta do *Menino brinca de boneca?*.

SUGESTÃO DE PROJETO PEDAGÓGICO

Quadro-síntese

Gêneros: Não-ficção, expositivo

Palavras-chave: Gênero, igualdade de direitos, educação não-sexista, educação sexual para crianças

Componentes curriculares envolvidos: Ciências, História, Língua Portuguesa

Competências Gerais da BNCC: 1. Conhecimento, 7. Argumentação, 8. Autoconhecimento e Autocuidado, 10. Responsabilidade e Cidadania

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: 3. Saúde e bem-estar, 4. Educação de qualidade, 5. Igualdade de gênero, 10. Redução das desigualdades, 16. Paz, justiça e instituições eficazes, 17. Parcerias e meios de implementação

Temas transversais contemporâneos: Saúde, Vida familiar e social, Educação em Direitos Humanos, Direitos da Criança e do Adolescente

Público-alvo: Leitor em processo e fluente (4^a a 5^a ano do Ensino Fundamental)

Atividades para antes da leitura

1. Faça uma nuvem de palavras com as atividades abaixo, acrescentando as sugestões dadas pelos alunos:

Lavar louça / varrer a casa / chorar / jogar bola / dançar balé / usar roupa azul / andar de skate / desmontar brinquedos / gostar de super-heróis / mexer no carro / engolir o choro / brincar de boneca / ficar na internet / brincar com jogos da memória / brincar de casinha / jogar futebol / brincar de carrinho / usar roupa rosa / dançar hip-hop.

Depois, no quadro de giz faça duas listas: "Coisa de menino" e "Coisa de menina". A partir da nuvem de palavras, peça que cada aluno distribua as atividades nas listas. Divida então a turma em grupos mistos e pergunte a eles: o que vocês acharam do que todos escreveram? A partir daí, os grupos devem produzir uma

nova lista, que pode ou não ser diferente da produzida coletivamente. Após o término da atividade, com todos em círculo, cada grupo apresenta suas ideias e a turma debate, contrapondo o que escreveram no quadro e no trabalho dos grupos.

Ao final, ressalte que todas as questões serão apresentadas ao longo do trabalho com o livro, mas, de forma inicial, fale da igualdade de direitos e que todas as pessoas precisam tê-los garantidos, assim como oportunidades iguais, independentemente de ser homem (menino) ou mulher (menina).

Atividades para durante a leitura

1. Proponha aos alunos que organizem um teatro de fantoches. Peça que se dividam em grupos e cada um crie um pequeno roteiro, que represente algumas situações do cotidiano, por exemplo: do que costumam brincar e as brincadeiras de que gostam mas não participam por medo do julgamento alheio; o que consideram como "coisa de menino" e "coisa de menina"; e algumas demonstrações de sentimentos (como chorar de tristeza) e medos (como o de tomar injeção) que associam mais a um gênero do que a outro.

Após a apresentação, proponha um debate sobre o tema. O teatro de fantoches pode ser apresentado para os familiares — esta é uma ótima oportunidade para levar a discussão para a família e apresentar o assunto desenvolvido em sala de aula.

Material necessário:

- meias sem uso;
- elásticos;
- botões coloridos;
- canetinhas coloridas;
- tesouras de ponta arredondada;
- pedaços de lã;
- pedaços de pano colorido;
- folhas de jornal velho;
- cola de tecido.

Preparação:

- Peça aos alunos que peguem algumas folhas de jornal e amassem até ficarem do tamanho de uma bolinha de tênis. Depois, eles devem enfiar a bolinha até o final da meia.
- Em seguida, mostre aos alunos como torcer a meia para separar a cabeça do fantoche do restante do corpo. Passe um elástico nessa divisão e dê quantas voltas forem necessárias para que fique firme.

- Para fazer os olhos, peça para que cole dois botões na cabeça do fantoche.
- Para fazer os braços, os alunos devem amassar mais duas outras bolinhas de jornal, menores do que a primeira, e colocá-las na meia, próximas à cabeça do fantoche, na altura apropriada. Depois é necessário prendê-las com elásticos.
- Para criar fantoches masculinos e femininos, peça aos alunos que cortem pedaços de pano colorido, simulando diferentes vestimentas e cole-os para formar os personagens que quiserem.
- Para fazer os cabelos, os alunos devem cortar e colar pedacinhos de lã na cabeça do fantoche.
- Peça que utilizem canetas coloridas para desenhar nariz, boca, bigode e outros detalhes que quiserem incorporar aos seus fantoches.

Colocando em prática:

- Explique que devem utilizar três dedos da mão para manipular os fantoches: o dedão e o dedo médio movimentam os bracinhos e o indicador, a cabeça;
 - Sugira que criem vozes para os personagens;
 - Estimule a criatividade dos alunos para que associem o aprendizado com a diversão.
2. Aproveitando as páginas do livro que trazem fotos antigas com turmas só com meninos e só com meninas, construa um painel a partir da realidade da turma, suas famílias e histórias.

Painel 1: Ontem

- Peça aos alunos que levem fotos da família (pai, mãe, tios, avós, bisavós...) na época da escola para compor um painel de como eram as turmas no passado. Quanto mais antigas, melhor.

Painel 2: Hoje

- Para este painel, peça aos alunos que levem fotos suas de turmas antigas em que estudaram, finalizando com uma foto da turma atual.

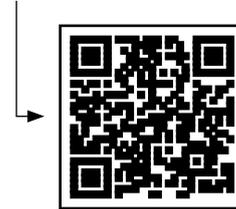
Com os dois painéis prontos, identifique quais foram as mudanças que ocorrem ao longo das décadas, muito antes de eles nascerem. Ressalte detalhes, como o fato de meninas não usarem calças e homens não usarem acessórios, como brincos.

Guarde o painel para ser apresentado em uma reunião com as famílias; se julgar oportuno, realize a mesma atividade com os familiares.

3. Proponha uma conversa sobre os medos (de escuro, de barata, de tomar injeção...), sentimentos (não poder

chorar, ser sempre forte e valente...), brincadeiras (pular corda, correr, brincar de casinha...) e atividades (lavar louça, arrumar a casa, fazer a cama...), esclarecendo que nada disso se relaciona ao gênero, mas aos nossos gostos e às diferenças naturais que temos.

Para concluir essa etapa, todos podem assistir juntos o vídeo da Turma da Mônica, *Juntos pela Igualdade*, disponível em: <https://mod.lk/monicaig>. Acesso em: maio 2023.



4. Ter direitos iguais é uma conquista, resultado da luta, principalmente, dos movimentos feministas. Pergunte ao meninos se eles sabem o que é uma menina feminista e explique a importância de todas as pessoas lutarem por direitos iguais.

Nessa conversa sobre direitos, apresente o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) para a turma como um documento muito importante de garantia de direitos, propondo como atividade para casa lerem a versão em quadrinhos com suas famílias, que está disponível em: <https://mod.lk/ecahq>. Acesso em: maio 2023.

5. Proponha a produção de livros pelos próprios alunos, em uma atividade que pode ser individual, em dupla ou em grupo. A partir dos conteúdos trazidos em *Menino brinca de boneca?*, a turma pode tratar de temas como:

- profissões que homens e mulheres podem exercer;
- roupas e cores que ambos podem usar;
- diferenças de atividades em casa para homens e mulheres.

Aproveitando a estrutura do teatro de fantoches, proponha a apresentação do conteúdo das produções literárias da turma.

6. Liste algumas tarefas domésticas e veja a distribuição feita nas casas dos alunos entre meninas (e mulheres) e meninos (e homens). Explique que a divisão deve ser igual, sem sobrecargas e com foco na colaboração.

Fazer o café / lavar a louça / molhar as plantas / fazer um arroz soltinho / lavar o banheiro / preparar o uniforme do colégio / ir ao mercado / levar em consulta médica / fazer um pudim de leite / lavar o carro.

Caso a família conte com ajuda de funcionários, quem faz as atividades em sua folga?

Atividade para depois da leitura

1. Após a leitura de *Menino brinca de boneca?* e discussão dos temas, proponha a realização de uma campanha de conscientização.

"Que tal agora, que já conversamos sobre muita coisa legal e importante, pensarmos em uma campanha para mais gente aprender sobre os direitos das meninas e dos meninos, e das mulheres e dos homens? Fale com seu professor ou sua professora."

Em parceria com a gestão escolar e a coordenação pedagógica, essa campanha pode ser veiculada na escola para que outras turmas tenham acesso.

O livro *Menino brinca de boneca?* foi adaptado para um vídeo realizado com alunos, famílias e professores em Cabo Verde, no Projecto Saúde Escolar Coop. Luxemburguesa e Ministério da Educação (2002).

Recurso pedagógico elaborado pelo autor para o mestrado profissional em Educação Sexual da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" - Unesp (Araraquara/SP), que tem como seu orientador o Prof. Dr. Ricardo Desidério.

Para consultoria, palestras, cursos *online* ou presenciais a respeito deste livro, ou para agendar encontro com o autor, é só entrar em contato:

Site: www.marcosribeiro.com.br

E-mail: marcosribeiro@marcosribeiro.com.br

Instagram: @educadormarcosribeiro

Apêndice 3 – Guia para Famílias – Sobre Corpo

MARCOS RIBEIRO



Para consultoria, palestras, cursos online ou presenciais a respeito desse livro, ou encontro com o autor, é **SÓ ENTRAR EM CONTATO:**

Site: www.marcosribeiro.com.br

E-mail: marcosribeiro@marcosribeiro.com.br

Instagram: [@educadormarcosribeiro](https://www.instagram.com/educadormarcosribeiro)

MATERIAL COMPLEMENTAR

GUIA PARA FAMÍLIAS

com orientações para leitura de *Mamãe, como eu nasci?*

COMEÇO DE CONVERSA

1.

POR QUE RESOLVI ESCREVER ESTE GUIA PARA VOCÊS?

Motivado com o objetivo de esclarecer dúvidas a respeito da sexualidade e do corpo, assim como apresentar um conteúdo importante para a prevenção da violência sexual infantil, escrevi este **Guia** para as famílias a partir da leitura do livro **Mamãe, como eu nasci?**

Sabemos que não é simples falar desse tópico. Primeiro, porque muitos de nós não tivemos essa conversa em casa. Segundo, porque não é fácil falar de um assunto tão íntimo e que causa vergonha em alguns.

Mas, convenhamos: não podemos adiar essa conversa tão necessária. Tem uma hora que precisamos dar o primeiro passo e começar a conversar sobre sexo com os filhos. Portanto, com este livro escrito para crianças e a fundamentação teórica que trago com este **Guia**, você terá informações e reflexões muito importantes para auxiliar na educação sexual das crianças e o seu aprendizado.

Ainda hoje, em pleno século 21, muita gente associa sexo a "sem-vergonhice", "coisa feia" ou "pecado". Há muito tabu em relação a temas relacionados à nossa sexualidade ou à educação sexual das crianças.

Vale ressaltar que tal discussão se fundamenta no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) de 1990, em alguns documentos nacionais e internacionais, dos quais o Brasil é signatário, e nas diretrizes da Organização das Nações Unidas (ONU), que entende a sexualidade como um dos indicadores de qualidade de vida.

É importante entendermos que não há uma regra para essa conversa: cada família sabe o que quer falar, a hora que considera mais adequada e os limites necessários. Mas, independente disso, é fundamental que o tema seja abordado a partir da ciência, dos direitos humanos e do respeito às diferenças. Não podemos propagar ou colaborar com as *fake news*, passando informações erradas que em nada contribuem, muito pelo contrário.

Quer uma dica bacana? Um bom começo é uma conversa entre os responsáveis pela criança. Conversem entre si, falem das suas dificuldades, do que os deixam constrangidos, qual a melhor hora e como começar a conversar com as crianças. É importante que exista essa sintonia entre vocês. Caso você seja a única pessoa responsável pela educação da criança, procure conversar com conhecidos que criam filhos(as) sozinhos, para que possam dividir a experiência com você. O aprendizado de um pode contribuir muito positivamente para o outro.

É sempre bom lembrar que só informar não basta! É fundamental ter uma atitude positiva em relação ao sexo, para que, desde pequenas, as crianças percebam a sexualidade como algo bonito e prazeroso. Educando desse jeito, elas terão mais chances de crescerem tendo uma vida afetiva e sexual mais tranquila, saudável e sem tabus.

DAI A IMPORTÂNCIA DO LIVRO MAMÃE, COMO EU NASCI? PARA AS CRIANÇAS E DESTE GUIA PARA VOCÊ, FAMÍLIA.

2.

EDUCAÇÃO SEXUAL NA INFÂNCIA

Todos nós sabemos que a sexualidade mudou muito de uns tempos para cá. Essas mudanças deixaram as famílias perdidas, porque algumas foram educadas com a ideia de que tudo era proibido. Outras, por sua vez, tiveram uma educação mais liberal. E, agora, tudo pode! Deparam-se com uma liberdade que a cada dia começa mais cedo. Soma-se a esse turbilhão a internet, que aproxima a criança de um mundo que talvez fosse apresentado mais tarde. Com isso, muitas famílias ficam na dúvida: Não permitir nada e não falar sobre o assunto ou "liberar geral"?

A resposta, para mim, é simples: nem uma coisa e nem outra. Usem o bom senso, respeitem os seus valores e comecem "digerindo" a ideia aos poucos. Você, família, não precisa ter tanta pressa assim. Numa época de transição como a que estamos vivendo, construir um pensamento sobre os valores sexuais é muito difícil, porque o que é considerado errado num momento pode ser absolutamente normal em outro. Hoje é muito difícil ter um consenso. Até numa mesma família, é difícil encontrar todos os membros pensando do mesmo jeito quando o assunto é sexo. Por isso, buscar essa base de valores em casa é fundamental.

É importante que a criança conheça o seu corpo e saiba cuidar dele, que desde pequena aprenda a se proteger e que perceba a igualdade entre meninos/homens e meninas/mulheres, sem vantagens e/ou privilégios para um ou outro. E isso se aprende com vocês, desde os primeiros anos de vida, com os exemplos dentro de casa. Assim como o **CARINHO** e a **PROTEÇÃO** – fundamentais para o bom desenvolvimento da afetividade.

Por isso que conversar com os pequenos é importante e a informação trazida por vocês – ou com o(a) professor(a) na escola – traz ganhos positivos para o desenvolvimento físico, psicológico, social e cognitivo das crianças.

Educação sexual É:

É conversar sobre o corpo, nomeando as partes íntimas sem apelidos; falar de sentimentos; desenvolver a responsabilidade com o seu corpo e o do outro, importante aprendizado para a prevenção da violência sexual; respeitar as diferenças e combater todo tipo de preconceito e intolerância.

Educação sexual NÃO É:

Incentivar as crianças a terem relação sexual precoce; falar de temas não adequados à sua idade ou ao seu ano escolar; mostrar pornografia ou expor a criança.

3. ESSA CONVERSA É MESMO NECESSÁRIA?

Mesmo que, num primeiro momento, vocês fiquem com um "nó" na cabeça, é muito importante conversar sobre sexo com as crianças, sim! Além de possibilitar que saibam mais sobre o corpo, a sexualidade e como se proteger, este diálogo em casa traz mudanças significativas no comportamento delas: ficarão menos ansiosas e a afetividade e confiança aumentarão entre vocês.

Essa **CONFIANÇA** é fundamental para as outras etapas de desenvolvimento, principalmente na adolescência, quando ocorrem as primeiras mudanças mais significativas da sexualidade. Saber que em casa têm pessoas "perguntáveis" contribui muito para que os pequenos passem por essa etapa de forma tranquila.

Além disso, quem cresce tendo a confiança como base tem grandes chances de se tornar um adulto mais preparado para o relacionamento com os outros.

Sei que muitas famílias podem achar bobagem essa conversa porque partem da sua experiência de não terem falado do assunto quando crianças e estão aí, muito bem... Mas, será que, se tivessem tido esse diálogo em casa, não teriam vivenciado melhor alguma experiência? Angústias, medos e ansiedades não teriam sido menos sofridos?

As dúvidas e fantasias criadas a partir do que não sabemos pode nos trazer muitos danos emocionais. E tudo poderia ser tão mais simples de resolver, não é?

MAS COMO CONVERSAR COM AS CRIANÇAS?, PODEM PERGUNTAR VOCÊS.

NATURALIDADE é a "palavra-chave". É importante passar para a criança, logo no início dessa conversa, que sexualidade é algo natural e prazeroso e que não devemos ter culpa ou vergonha de perguntar. A regrinha é básica: quem não pergunta, não aprende; quem não aprende, deixa de viver melhor.

MAS EU ACHO O MEU MENINO MUITO PEQUENO!, VOCÊS PODEM DIZER.

Não há uma idade "certa" para iniciar essa conversa – certamente a criança vai sinalizar o início quando chegar com a primeira pergunta. Esse é o momento, mesmo que você a considere novinha demais.

IDADE PARA PERGUNTAR É IDADE PARA TER RESPOSTA!

4. ALGUMAS DICAS PARA AJUDAR NESSA CONVERSA:

Quais são as dificuldades de falar sobre sexo com os(as) filhos(as)? Quando em casa ocorre essa conversa, não só a educação do(a) filho(a) tende a melhorar, mas o próprio relacionamento em casa também, porque todos passam a compreender melhor o que pensam e aprender a respeitar os próprios limites e os do outro.

Existe o medo de que, informadas, as crianças possam ter relações sexuais precocemente? Essa é a dúvida da maioria das famílias. Posso garantir a você que não. Pesquisas mostram que crianças que conversam sobre sexo em casa são mais responsáveis e tendem a ter o início da vida sexual adiado, quando já se sentem mais amadurecidas.

Como estão percebendo a sexualidade das crianças? Já estão perguntando? Estão muito curiosas? Se realmente está difícil, treine entre vocês: um faz a pergunta, como se fosse o filho, e o outro responde. Esse pode ser um ótimo exercício.

Procure a ajuda de uma pessoa próxima. Nos momentos de dúvidas, dividir com alguém e buscar outra opinião podem ser importantes.

O LIVRO MAMÃE, COMO EU NASCI? PODE AJUDAR MUITO NESSA CONVERSA.

5. MOTIVOS PARA FALAR SOBRE SEXO EM CASA:

- A criança mais informada, e de forma correta, terá mais chance de saber lidar com sua sexualidade e, no futuro, vivenciá-la sem culpa.
- Conversar sobre esse assunto em casa ajuda a destruir alguns mitos e a corrigir algumas informações e conceitos errados.
- Quando não se tem um espaço para falar sobre sexo claramente e elaborar suas dúvidas, a criança cria fantasias que geram ansiedade e que podem, no futuro, trazer prejuízos emocionais, de relacionamento e sexuais. Ou buscar a informação com terceiros, o que não é bom.
- Possibilita um aumento da intimidade e confiança com os(as) filhos(as), que passam a ver vocês como pessoas com quem podem contar no caso de uma dúvida ou problema.
- Aumento da afetividade.
- Quando conversam, as crianças ficam mais tranquilas porque têm suas dúvidas sanadas.
- A criança conhece melhor o próprio corpo.
- Proteção contra uma violência sexual: informando e conversando sobre sexo de forma natural com a criança, ela terá mais condições de se proteger de situações extremas, sem se sentir culpada ou com medo das ameaças geralmente feitas pelo agressor.

A INFORMAÇÃO POSSIBILITA QUE A CRIANÇA:

6.

Seja mais responsável.

Faça escolhas mais pensadas e, com isso, tenha menos chances de errar.

Tenha melhores condições de "administrar" seus conflitos, dúvidas e medos.

Tenha um início da vida sexual mais tranquilo, harmonioso e com prevenção. E também que saiba dizer não quando se é não!

Como você está vendo, é fundamental que possamos conversar sobre sexo com as crianças, mas é preciso ressaltar que cada família tem de buscar sua maneira, seu momento, dentro de sua realidade. O ideal é que a família abra um espaço para a informação, mas também para o diálogo. **DIALOGAR** é dar oportunidade para a troca, mesmo que a criança seja pequena. E isso vale não apenas a respeito de sexo, mas para os mais variados temas.

A primeira grande curiosidade de uma criança é saber de onde vêm os bebês, o tema desse nosso livro. Quando ela pergunta e seus responsáveis respondem de **FORMA CLARA E CONFIÁVEL**, a criança não só terá sua dúvida sanada, como também descobrirá um modelo de conhecimento que usará para o resto de sua vida. Ela entenderá que não precisa usar subterfúgios, porque ninguém está falando de "coisa feia", mas de algo que faz parte da **NATUREZA HUMANA**.

NUDEZ NO LAR, TOMAR BANHO JUNTO...

Para algumas famílias, andar nu ou tomar banho não é nada demais; elas se sentem à vontade e agem com naturalidade. Comportando-se assim, os filhos certamente vão perceber o corpo sem uma alusão ao pecado ou à vergonha. Neste caso, pode acontecer de as crianças terem uma autoimagem positiva, entendendo as diferenças anatômicas entre adultos e crianças.

Outras famílias preferem preservar sua intimidade e definir de forma bem clara os lugares onde a nudez é permitida, como no banheiro na hora do banho e no quarto na hora de se vestir.

De um jeito ou de outro, as famílias agem diferentemente umas das outras e devemos respeitar essa diferença. Cabe aos responsáveis orientá-las de que as partes íntimas não devem ser tocadas por ninguém, a não ser que a criança precise de ajuda para a higiene, na hora que for trocar de roupa, na consulta com o médico ou por alguém de sua confiança.

É importante que também saibam que não são obrigadas a cumprimentar às pessoas com beijo e abraço. Há outras formas de serem gentis.



CONCEITOS IMPORTANTES:

- A nudez está presente o tempo todo na vida das pessoas e, no caso das crianças, na creche ou quando os responsáveis trocam de roupa na sua frente;
- A nudez está presente na nossa vida mesmo que não nos atentemos para isso: em alguns desenhos em que os personagens aparecem tomando banho, nas obras de arte, em museus, até na Capela Sistina, com Adão tocando os dedos de Deus, ou seja, podemos ver a nudez por meio de imagens;
- A vivência natural em casa, respeitando os limites, faz as crianças se sentirem mais confortáveis com o próprio corpo. No futuro, podem sentir-se menos acanhados ao trocar de roupa na frente de outras pessoas, como os colegas da escola na aula de educação física ou após um jogo;
- É importante, quando considerar necessário e o(a) filho(a) tiver idade para compreensão, diferenciar nudez de pornografia, a qual passa uma imagem distorcida do corpo e da sexualidade, com o objetivo principal de excitar e fazer com que o público consuma como um produto.
- Há diferenças entre a nudez natural e a nudez relacionada à violência e ao abuso sexual. Cabe aos pais orientar as crianças a respeito disso e de como se proteger diante de uma situação de perigo.

PREVENÇÃO DE VIOLÊNCIA SEXUAL

8.

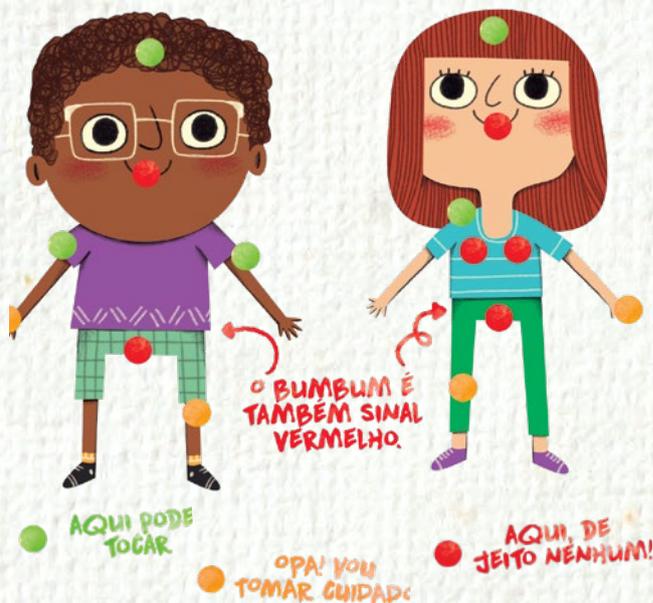
Este é um assunto muito delicado e importante e, por isso, não podemos deixar de fora dessa conversa. A **VIOLÊNCIA SEXUAL** contra crianças tem sido cada dia mais visível e atinge meninos e meninas em sua inocência de forma violenta, seja no aspecto físico, psicológico ou moral.

Geralmente, essa violência envolve toques (principalmente nos órgãos sexuais) e, algumas vezes, sexo com penetração, podendo ter contato físico ou não, **apesar de ser sempre um ato violento**.

Uma das dificuldades para identificar essa violência que acontece com muitas crianças é o **SILÊNCIO** criado em torno da situação, porque afeta emocionalmente todos os envolvidos e, até "cair a ficha" sobre o que de fato está acontecendo, leva-se um tempo. A criança tem muita dificuldade de contar para os seus responsáveis porque se sente amedrontada pelo abusador, que a ameaça, e por se sentir culpada, como se fosse a responsável.

Daí a importância do livro **Mamãe, como eu nasci?** e do trabalho de educação sexual. Essa conversa em casa ou na escola possibilita o conhecimento do corpo; desenvolve a criticidade; diferencia o toque de cuidado do toque abusivo e ressalta a importância de respeitarmos uns aos outros.

Neste sentido, a **INFORMAÇÃO** é uma forma de **PREVENÇÃO** dessa violência porque reforça a importância de se conhecer e desenvolver a autoestima, a responsabilidade e saber quem são as pessoas que podem ajudar com a higiene e a saúde.



Dessa forma você ensina a criança e se proteger e a pedir ajuda quando alguém avançar o sinal. Sempre é bom reforçar onde pode tocar (sinal verde) e onde é proibido (sinal vermelho), ou seja, nunca é demais repetir: as diferenças entre o toque de cuidado e o toque abusivo.

É um erro pensar que a **EDUCAÇÃO SEXUAL** erotiza a criança ou pode fazer com que tenham uma vida sexual mais cedo, na adolescência, por exemplo. Muito pelo contrário, quanto **MAIS INFORMADOS**, mais tarde os adolescentes iniciam a vida sexual e quando ela acontece, é com **PREVENÇÃO**, porque conhecem os riscos de uma relação desprotegida: estamos falando de uma gravidez não planejada ou de contraírem uma infecção sexualmente transmissível (IST).

9. ALGUNS SINAIS QUE PODEM IDENTIFICAR SE A CRIANÇA FOI ABUSADA SEXUALMENTE

MUDANÇAS DE COMPORTAMENTO

O primeiro sinal é uma mudança no comportamento da criança: ela fica apática ou com medo de tudo; torna-se mais agressiva; apresenta alteração no humor; vergonha excessiva, pânico.

COMPORTAMENTOS INFANTIS REGRESSIVOS

É importante que os responsáveis observem as crianças e vejam se elas regrediram em seus comportamentos, repetindo o que já não faziam mais no seu cotidiano.

SEXUALIDADE

De repente, apresentam uma superexcitação, fora do padrão, passando a ter interesse por questões sexuais, brincadeiras de cunho sexual ou desenhos que se referem a partes íntimas.

RENDIMENTO ESCOLAR

Observar se a criança começou a ter baixo rendimento escolar, dificuldade de concentração e aprendizagem ou se recusa ir à escola.

Essas são algumas situações que podem ser indícios de uma violência sexual. Mas é importante que se verifique cuidadosamente o que está acontecendo. Uma ou outra situação não caracteriza essa violência. Pode ser sintoma de outro problema que a criança esteja passando e é igualmente importante você estar ao lado dela para ajudá-la.

10. COMO EVITAR QUE A VIOLÊNCIA SEXUAL ACONTEÇA

Não há um modo infalível, mas podemos adotar algumas atitudes de prevenção:

- Ensinar a criança que o corpo dela lhe pertence.
- Explicar que, se alguém tentar tocá-la, ela deve pedir ajuda; que não deve ter medo de contar nem se sentir culpada.
- Ensinar a criança a dizer "não!".

E O MAIS IMPORTANTE:

A conversa e a leitura do livro *Mamãe, como eu nasci?* traz uma ajuda significativa para todas as questões tratadas nesse Guia.



11.

PRESTEM ATENÇÃO!

- Ouça a criança. Seu depoimento deve merecer credibilidade, pois dificilmente ela é capaz de elaborar uma falsa história de violência sexual.
- Caso você note alteração de comportamento, como falamos aqui, converse com ela e pergunte o que está acontecendo.
- Verifique se a criança não está com medo ou sendo ameaçada. Deixe claro que ela não vai ser castigada.
- Deixe claro que ela não é responsável e, por isso, não precisa se sentir culpada.
- Deixe claro que sexo não é isso. Que o ocorrido são atitudes de pessoas maldosas e que merecem ser punidas. Mas que a maioria das pessoas não é assim.
- E, lembre-se: **QUALQUER PESSOA QUE SUSPEITAR DE ALGO PODE DENUNCIAR PELO DISQUE 100.**

12.

VÍDEOS

Proponho que assistam, finalizando este **Guia** e após a leitura do **Mamãe, como eu nasci?**, a esses dois vídeos, juntos com as crianças:

ESCLAREÇA!

Defenda-se! (11):
Sentimentos, canal
Grupo Marista



<https://mod.lk/sentir>
Acesso em: maio 2023

Defenda-se! (12): Conheça
O Seu Corpo, Cuide Da Sua
Privacidade, canal Grupo Marista



<https://mod.lk/seucorpo>
Acesso em: maio 2023

AGORA, É COMEÇAR
ESSA CONVERSA EM CASA!

Apêndice 4 – Guia para Famílias – Sobre Gênero

MARCOS RIBEIRO



Para consultoria, palestras, cursos online ou presenciais a respeito desse livro, ou encontro com o autor, é **SÓ ENTRAR EM CONTATO:**

Site: www.marcosribeiro.com.br

E-mail: marcosribeiro@marcosribeiro.com.br

Instagram: [@educadormarcosribeiro](https://www.instagram.com/educadormarcosribeiro)

MATERIAL COMPLEMENTAR

GUIA PARA FAMÍLIAS

com orientações para leitura
de Menino brinca de boneca?

COMEÇO DE CONVERSA

1.

POR QUE RESOLVI ESCREVER ESTE GUIA PARA VOCÊS?

Motivado com o objetivo de esclarecer algumas das muitas questões sobre este tema, proporcionar a reflexão e, principalmente, informar diante de tantas *fake news*, escrevi este **Guia** para orientar as famílias a partir da leitura do livro **Menino brinca de boneca?**.

É fundamental que tenhamos essa conversa com as crianças, para que cresçam tendo uma vivência afetiva, responsável, com respeito às diferenças e uma **EDUCAÇÃO EQUITATIVA**, quebrando o paradigma de que garotos devam ter mais direitos e oportunidades do que garotas. Pode parecer estranho pensar desse jeito em pleno século 21, mas, ainda hoje, algumas relações são construídas pautadas na desigualdade de gênero.

As crianças precisam receber uma educação autônoma progressiva, de acordo com a faixa etária, para que elas possam desenvolver habilidades de **PROTEÇÃO** em relação a si e ao outro, percebendo que são corresponsáveis pela construção desse conhecimento a respeito dos direitos iguais para todas as pessoas.

É esperado com a leitura de **Menino brinca de boneca?** que as famílias e as escolas possam educar suas crianças numa perspectiva **NÃO-SEXISTA**, que busca promover a igualdade entre meninos (homens) e meninas (mulheres) e que ambos tenham as mesmas oportunidades nos mais diferentes espaços de convivência, sem discriminação e preconceito.

Por outro lado, a educação sexista é a que distingue homens e mulheres (logo, meninos e meninas) e transformam essas diferenças em desigualdades. Isso acaba refletindo na autoestima, nos estudos, na convivência escolar, nos relacionamentos futuros, validando o argumento infundado de que homens merecem mais e são mais capazes do que mulheres. Assim, a educação dos meninos é construída com base numa masculinidade tóxica, com repercussões negativas que começam em casa, se estendem na escola e seguem com ele nas relações afetivas e profissionais.

DAÍ A IMPORTÂNCIA DO LIVRO MENINO BRINCA DE BONECA? PARA AS CRIANÇAS E DESTE GUIA PARA VOCÊ, FAMÍLIA.



IGUALDADE DE DIREITOS NA EDUCAÇÃO DAS CRIANÇAS

2.

É preciso compreender que, embora um dia essa desigualdade foi normalizada, nunca fez sentido (sobretudo hoje em dia) criar meninos e meninas sem os mesmos direitos e oportunidades. Meninos e meninas têm suas diferenças, mas isso não pode ser motivo para desigualdade.

O tratamento diferenciado que podemos encontrar nas conversas de algumas famílias, sobretudo quando se referem às meninas no diminutivo e aos meninos no aumentativo, ou o uso de palavras que distinguem as crianças entre fragilidade e força com base no gênero, reforçam essa problemática.

NASCEU MENINA?
É A PRINCESINHA!

NASCEU MENINO?
É O HERÓI!

Embora pareça inofensivo, este comportamento expressa expectativas em torno da personalidade das crianças em formação. Já estamos no século 21 há mais de 20 anos, e os brinquedos como "de menino" são os de montar, de desenvolver o raciocínio lógico e vinculados às áreas tecnológicas; os "de menina" são normalmente utensílios domésticos e bonecas imitando bebês.

Quando as crianças ouvem em casa que geralmente os homens são melhores nas ciências exatas e as mulheres, nas ciências humanas, não nos perguntamos quais foram as oportunidades que ambos tiveram na infância e que brinquedos e brincadeiras foram proporcionados por suas famílias.

Essa relação desigual começa desde cedo e é isso que precisamos mudar. Os tempos mudaram e cabe a nós não reproduzir estereótipos, que em nada contribuem e só reforçam essa situação.

A desigualdade de gênero a que me refiro pode ser encontrada em todos os lugares: nas atividades domésticas, no dia a dia da escola, no machismo que acaba resultando em diversos tipos de violência e no mercado de trabalho, que produz uma defasagem salarial mesmo que ambos exerçam a mesma função.

Sobre a questão do mercado de trabalho, a Síntese de Indicadores Sociais (SIS), divulgada pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) e que considerou a base de dados dos anos de 2012 a 2020, apontou que **MULHERES RECEBEM 22% A MENOS DO QUE OS HOMENS GANHAM.**

Também é muito comum ouvirmos de muitas famílias que homem não chora, que os serviços domésticos cabem à mulher e que brigar rua é coisa de homem! Reforçar a ideia de que os meninos devem ser agressivos, competitivos e nada emotivos, certamente é um "treinamento" muito ruim para formar adultos que acreditam que, pelo fato de serem homens, têm direitos sobre a mulher. Essa é, aliás, uma das raízes da violência contra a mulher.

Já educar as meninas para serem passivas, abaixarem a cabeça para o namorado ou marido ou serem carinhosas e boazinhas através da submissão é um caminho para formar mulheres inseguras, com dificuldade de dizer não, acreditando que o homem tem mais direitos que elas.

ESTÃO VENDO O QUE UMA EDUCAÇÃO SEXISTA PODE PRODUZIR?

Então, o que proponho após a leitura deste **Guia** e do trabalho em casa com o livro **Menino brinca de boneca?** é que vocês possam refletir sobre:



- **Educar as crianças com igualdade de direitos e deveres.** Meninos e meninas podem arrumar a mesa do almoço e dividir as tarefas domésticas, de acordo com a idade. Colocar a filha para arrumar a cama do irmãozinho, por ser mulher, não só é injusto como contribui para o reforço dessa desigualdade.



- **Dar mais autonomia aos garotos e vigiar mais as meninas significa que você está educando seu filho com mais vantagens.** Ambos devem ser educados para terem autonomia. Ser vigilante é um comportamento de proteção e zelo, portanto, que seja com os dois igualmente. É importante lembrar, inclusive, que a violência urbana pode atingir os dois, independente do sexo.



- **Aceitar a criança como ela é.** Não tente moldar seu comportamento como você gostaria que fosse. Caso faça isso, você causará frustração e crise em sua identidade.



GÊNERO: COLOCANDO OS PINGOS NOS "IS"

3.

O QUE É GÊNERO, DE QUE TANTO SE HOUVE FALAR?

Essa é uma conversa importante e não há espaço para *fake news*. De forma didática, gênero é a construção social de "ser homem" e de "ser mulher" de uma cultura. Isso porque cada país estabelece os padrões de "ser masculino" e "ser feminino".

Gênero é o conjunto de condutas esperadas de uma pessoa desde criança — na verdade, até mesmo antes de nascer —, a partir da expectativa das famílias, de acordo com o que a cultura em que está inserida estabelece como um comportamento masculino e feminino, o que inclui as roupas que veste, as atitudes, o jeito que se comporta etc. E tudo isso muda de uma cultura para outra e ao longo do tempo. Vejamos alguns exemplos:



- Em diferentes países podemos encontrar homens usando saias, cumprimentando outros homens com beijinhos ou mesmo andando de mãos dadas na rua, o que não é comum entre nós, aqui no Brasil.
- Sobre vestimentas femininas, enquanto é comum e aceito no mundo ocidental mulheres com roupas mais curtas, em outras culturas verifica-se o uso de roupas mais fechadas e a cabeça coberta, por exemplo com o *hijab*.
- Há algumas décadas, a mulher que usasse calça comprida não era "bem-vista". Hoje isso não é uma questão polêmica nem raridade.
- Também em um passado recente, ter brincos nas orelhas não era aceito nem considerado um adereço masculino, sendo hoje bastante comum.

Portanto, cada cultura estabelece o que é "coisa de homem" e "coisa de mulher". Na nossa cultura espera-se que o homem seja viril, forte, competitivo e que não demonstre suas emoções. Quem nunca ouviu alguém dizer que "homem que é homem não chora"? Por outro lado, das mulheres espera-se que sejam boazinhas, frágeis e responsáveis pelos afazeres domésticos.

QUANDO UMA MULHER ESTÁ EM UMA CONFRATERNIZAÇÃO COM AS AMIGAS, NÃO É COMUM FIGAREM PREOCUPADAS EM SABER SE O FILHO JANTOU, SE O UNIFORME DO COLÉGIO ESTÁ ORGANIZADO PARA O DIA SEGUINTE?

COM OS HOMENS ACONTECE O MESMO?

QUEM GERALMENTE FALTA NO TRABALHO PARA LEVAR AS CRIANÇAS À CONSULTA MÉDICA OU BUSCA DA ESCOLA SE ESTÁ DOENTE?

Essas situações não são problemáticas desde que não sejam vistas como atribuições exclusivamente femininas. A mulher não nasce com uma genética que a faça ter preferência por atividades domésticas, assim como o homem não nasce com aversão a elas. Em relação às características pessoais, ambos podem ser frágeis, fortes, competitivos, emotivos e chorões.

Independentemente do gênero, o mundo em que vivemos espera que mulheres e homens tenham qualidades como autonomia, independência, compreensão e sejam assertivos, produtivos, afetivos e que possam desenvolver um autoconceito positivo de si mesmo e respeito ao outro em suas diferenças.

Os estudos de gênero partem da constatação de que todas as pessoas nascem livres e iguais em dignidade e direitos, como diz a Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948. Ela é reforçada em diversos outros documentos e leis, como a Convenção Americana sobre os Direitos Humanos e a Constituição Federal Brasileira, que diz em seu quinto artigo: "Todos são iguais perante a lei".

A ideia que embasa esses documentos é a de que, para além das diferenças biológicas que definem sua cor de pele, seu sexo, sua estatura, suas características físicas, sensoriais ou intelectuais, todas as pessoas devem ter os **MESMOS DIREITOS** assegurados.

"GÊNERO NÃO É CONVERSA PARA CRIANÇA", DIZEM ALGUNS!

Esse tema é para ser discutido por todas as pessoas, em todos os lugares. Em casa, em conversa com as famílias e, na escola, pelos professores e alunos, com conteúdos específicos para cada idade e ano escolar. Estamos falando da construção da nossa identidade – de homens e mulheres – e como a cultura nos vê. Portanto, esse tema se relaciona ao desenvolvimento físico, afetivo, social e cognitivo de todas as pessoas.

No entanto, se vocês têm outra ideia a respeito, como "falar sobre gênero é fazer o menino ser menina e menina ser menino", é preciso rever seus julgamentos, porque estão equivocados. Infelizmente, centenas de *fake news* invadiram nossas redes sociais nos últimos anos, fazendo com que muitos construam seus discursos reproduzindo conceitos errados como verdade absoluta.

NÃO É VERDADE!

- Falar sobre gênero não "incentiva" a homossexualidade.
- Falar sobre gênero não é propor a cirurgia de redesignação sexual, conhecida como "cirurgia de mudança de sexo".
- Falar sobre gênero não é incentivar os meninos a usarem a cor rosa e as meninas a cor azul.

É muito importante entender que **PARA OPINAR É PRECISO SE INFORMAR**. Esta é inclusive uma forma segura de ajudar os(as) filho(as) a não seguir informações infundadas, que só trazem prejuízo.

Abordar este tema na educação das crianças é educá-las para entender as diferenças culturais e que nem sempre as pessoas vão ser iguais à sua família; que a cor da roupa não define a sexualidade; que os **DIREITOS PRECISAM SER IGUAIS**, independente do gênero; que cada pessoa tem um jeito e deve ser respeitada.

A identidade de uma pessoa é composta por sua personalidade, sexualidade e jeito de ser. Assim, a identidade pessoal ou de gênero é a percepção interna que cada um tem de si. Este é um aspecto básico do desenvolvimento da personalidade de cada pessoa.

Ao nascer, a criança recebe o seu sexo de nascimento — homem ou mulher — baseado no órgão sexual, a que chamamos de sexo biológico. Em seguida, segundo as leis do país, tira a certidão de nascimento, seu registro no cartório. A esse processo chamamos de sexo legal (sexo de registro). A partir daí os responsáveis pela criação serão os primeiros influenciadores, a que chamamos de sexo de criação, neste caso, baseado no sexo legal.

Essa informação é importante neste **Guia** para vocês perceberem que a sexualidade de uma pessoa é complexa, mas simples de entender, desde que baseado numa fundamentação científica. Portanto, cuidado com o que lê ou ouve. Redes sociais, grupos de WhatsApp não são, necessariamente, os melhores lugares para você se informar.

Não há como impor uma orientação (ou atração) sexual — seja heterossexual, homossexual e bissexual — para as crianças nem para adultos, seja em que idade for. É bobagem acreditar que a atração sexual de alguém pode ser mudada, no caso das crianças, se meninos brincarem de bonecas e meninas de carrinho. Como vimos aqui e no livro, para as crianças essas brincadeiras trazem um outro aprendizado.

4. VIOLÊNCIA DE GÊNERO

4.

A igualdade a que nos referimos e propomos é a base para o combate da violência sexual infantojuvenil e doméstica. Muitos de vocês podem achar pesado conversar sobre isso com as crianças, eu entendo, mas de forma adequada e de acordo com a idade e o ano escolar, é importante e necessário iniciar esse diálogo de forma bem simples e didática, sem aprofundar o assunto.



NÃO ESQUEÇA DE RESSALTAR QUE NEM TODAS AS RELAÇÕES SÃO ASSIM, PARA NÃO TRANSFORMARMOS A SEXUALIDADE E AS RELAÇÕES DE GÊNERO COMO SINÔNIMOS DE VIOLÊNCIA.



5. AS BRINCADEIRAS DE MENINOS E MENINAS

5.

Brincar com boneca pode ser um aprendizado importante, como um treinamento mesmo, para que os meninos que queiram ser pais no futuro o sejam de forma cuidadosa, dividindo as tarefas na criação dos filhos, além de ser uma brincadeira prazerosa. Do mesmo modo, meninas que se interessam por carrinhos ou batem um bolão, incentivadas, por exemplo, pela genialidade da jogadora Marta, não perdem sua identidade de gênero por isso.

A questão aqui não são as preferências pessoais, mas a crença de que exista uma separação de brinquedos e brincadeiras com base no gênero. É importante entendermos que as crianças estão numa fase de conhecer, descobrir, brincar, experimentar e, neste sentido, a casa e os brinquedos fazem parte das fantasias e descobertas. Este é só mais um aprendizado, sem implicações na identidade ou antecipação de alguma fase da sexualidade da criança.

UMA DICA PARA AJUDÁ-LOS NA ESCOLHA DOS BRINQUEDOS:

PARA BRINCAR PRECISA USAR OS ÓRGÃOS GENITAIS?



Diante do que estamos vendo nesse **Guia**, é fundamental repensarmos a educação que temos dado aos meninos, transformando-os, mais tarde, em homens com uma masculinidade tóxica, que não respeitam as mulheres e não se veem no direito de expressar seus sentimentos. É claro que isso tudo pode trazer transtornos psíquicos sérios na vida adulta.

Ouvir "engole o choro" faz com que as suas emoções sejam represadas, o que certamente

não é bom para a saúde física e mental. Do mesmo jeito, ouvir "se der mole... passa o rodo!" faz com o garoto cresça com a ideia de que a mulher está disponível e que, por ser homem, tem total domínio sobre ela e suas vontades.

Se é de pequeno que se torce o pepino, como reprimenda aos atos reprováveis, é também de criança que se aprende sobre a igualdade de direitos, respeito às mulheres e às diferenças, para o combate a todas as formas de preconceito.

O QUE PODEMOS ENSIÑAR:

- **Que o choro não é sinal de fraqueza.** O choro é uma forma de todas as pessoas — homens e mulheres — expressarem suas emoções, seus sentimentos.
- **A ter contato com bons exemplos.** O contato com figuras masculinas que não fazem chacota das mulheres, que dividem as tarefas de casa e que cooperam para o fim da violência doméstica e de gênero são bons exemplos a serem seguidos.
- **Respeitar às mulheres.** Respeitar as colegas, professoras, mulheres da família e todas as outras, conhecidas ou não.



"Fecha as pernas, você já é uma mocinha!" Dessa forma, a educação das meninas baseia-se na ideia de que devem ser comportadas, emotivas e nada briguentas, afinal, "isso é coisa de menino!". Mas nessa construção se esquecem de **EMPODERAR AS MENINAS**, incentivá-las a buscar seus direitos, orientar que o estudo é um caminho para uma autonomia futura e de que a casa pertence a todos, ou seja, as atividades domésticas devem ser compartilhadas.

Em 2014, a organização Plan Brasil realizou uma pesquisa com 1.771 meninas das cinco regiões do Brasil, na faixa etária de **6 A 14 ANOS**. O resultado, ainda atual diante da realidade que nos cerca, mostra que a desigualdade começa dentro de casa, com uma educação que favorece os meninos em detrimento das meninas. Enquanto **81,4%** das meninas arrumam sua própria cama, apenas **11,6%** dos

meninos o fazem. Outras atividades com diferenças discrepantes são cozinhar (**41%** das meninas, **11,4%** dos meninos), limpar a casa (**65,6%** das meninas e **11,4%** dos meninos) e lavar louça (**76,8%** das meninas e **12,5%** dos meninos).

Uma menina que precisa arrumar a casa e lavar a louça antes de ir para escola e preparar o almoço e cuidar dos irmãos menores ao chegar está assumindo um papel que não lhe cabe, trazendo muitas consequências, como a falta de tempo para estudar ou até evasão escolar.

Não podemos "naturalizar" esta situação dizendo que "sempre foi assim", como justificativa para essa educação sexista, atribuindo à mulher o cuidado com os filhos, os afazeres domésticos e as atividades menos tecnológicas. Se aprendemos de um jeito, podemos reaprender de outro.

O que podemos ensinar:

- **Que é importante buscar os próprios direitos.** Meninas têm o direito de se expressar e ter tratamento igualitário nos diferentes espaços, sem discriminação de gênero. Os direitos são iguais e as meninas devem ter as mesmas oportunidades que os meninos.
- **Empoderamento.** Milhares de meninas no Brasil são educadas a pensar que "são menos que os meninos" e, por isso, se conformam com a falta de oportunidades iguais e nem lutam para serem ouvidas. Trabalhar o empoderamento é muito importante nesse contexto de vulnerabilidade.
- **A dividir as atividades domésticas.** Todas as pessoas devem assumir o compromisso de cuidar da casa e preservar a sua limpeza. Nesse sentido, a divisão dos serviços domésticos cabe a quem mora na residência, independente do gênero. Para as crianças, tarefas adequadas à sua idade devem ser divididas igualmente entre meninos e meninas.

8.

VÍDEOS

Proponho que assistam, finalizando este **Guia** e após a leitura de **Menino brinca de boneca?**, a esses dois vídeos, juntos com crianças:

Desigualdade de gênero no olhar das crianças



<https://mod.lk/desigen>
Acesso em: maio 2023

Turma da Mônica em "Juntos pela Igualdade"



<https://mod.lk/monicaig>
Acesso em: maio 2023

AGORA, É
COMEÇAR ESSA
CONVERSA
EM CASA!

